



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Ciências Humanas - ICH  
Departamento de Serviço Social - SER  
Programa de Pós-Graduação em Política Social - PPGPS

## Atos de reexistência: juventude negra, reinvenções e resistência anti-extermínio

Leonardo Ortegá

Brasília, novembro de 2019.



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Ciências Humanas - ICH  
Departamento de Serviço Social - SER  
Programa de Pós-Graduação em Política Social - PPGPS

Leonardo Ortegal

Atos de reexistência: juventude negra, reinvenções e  
resistência anti-extermínio

Tese apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Política Social da  
Universidade de Brasília como  
requisito para a obtenção do título de  
doutor em Política Social.

Brasília, novembro de 2019.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

RL581a Rodrigues de Oliveira Ortegá, Leonardo  
Atos de reexistência: juventude negra, reinvenções e  
resistência anti-extermínio / Leonardo Rodrigues de Oliveira  
Ortegá; orientador Ivanete Salete Boschetti. -- Brasília,  
2019.  
155 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Política Social) --  
Universidade de Brasília, 2019.

1. Juventude negra. 2. Raça. 3. Reexistência. 4.  
Extermínio. 5. Genocídio. I. Salete Boschetti, Ivanete,  
orient. II. Título.

Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegá

Atos de reexistência: juventude negra, reinvenções e resistência anti-extermínio

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de doutor em Política Social.

#### **Banca Examinadora**

**Profª Drª. Ivanete Salete Boschetti**

Orientador – Universidade de Brasília (UnB)

**Profª. Drª. Magali da Silva Almeida**

Membro Externo – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

**Prof. Dr. Evandro Piza Duarte**

Membro Externo – Universidade de Brasília (UnB)

**Profª. Drª. Camila Potyara Pereira**

Membro Interno – Universidade de Brasília (UnB)

*Durante todo o tempo que passei escrevendo esse texto, recebi, diretamente das cadeias de alguma penitenciária do Centro-Oeste do país, mensagens de incentivo de um jovem que acompanhei em sua adolescência no sistema socioeducativo. E a ele, por sua luta para reexistir, e pelo seu poder de fazer palavras de força atravessarem grades, muralhas e quilômetros, por toda a inspiração, dedico este trabalho.*

## Agradecimentos

É preciso uma flora inteira para produzir um talo de arruda. E foi preciso um mundo de gente comigo para que eu pudesse produzir esta tese. Por isso, meu coração é imensamente grato a cada contribuição que recebi durante toda essa caminhada.

Agradeço antes de tudo ao Verbo, às Forças Divinas que possibilitaram que esse grão de areia chegasse até o fim de mais uma jornada.

Agradeço ao Abayomi Mandela, ao Paíque Santarém, e à Isabela Ramos, minhas principais interlocuções ao longo deste trabalho.

À professora Ivanete Boschetti, pela orientação, confiança e liberdade para que minha experiência no doutorado e minha tese tivessem os contornos que tiveram.

À Karina. Porque amor é tudo nessa vida. Eu agradeço pelo amor e pelo companheirismo compartilhado em todo esse tempo.

Bença mãe, Aidê Ortegal, não tenho palavras. A senhora é uma rainha. Uma rainha.

À Luísa Ortegal, por sua presença eterna em minha vida.

À Chantilly, Pistache, Ana Teresa, e também aos eternos Turco e Fênix, pela companhia imprescindível e incansável em tantas as horas.

Agradeço aos professores Joaze Bernardino Costa, Evandro Piza, Camila Prando, Sílvia Yannoulas, Rosa Stein, Renísia Filice, Mario Theodoro, Carlos Alberto, Wanderson Flor, Pixote, Durex, e Eclilson de Jesus. Yiê! Salve, meus mestres!

Aos companheiros de trocas intelectuais e afetivas, que, já me desculpendo por faltar com muitos nomes, quero agradecer ao Vinícius Dias, Murilo Mangabeira, Marjorie Chaves, Leandro Bulhões, Eduardo Chaves, Marina Leite, Fabiana Boaventura, Lívia Barbosa, Ana Carolina de Souza, Jonas Freitas, Vitor Salazar, Igo Ribeiro, Rosana Castro, Guilherme Moura, João Nogueira, Daniel Kirjner, Rafael de Deus, Nathália Eliza, Cristiano Guedes, Hayeska Barroso, Xênia Rodrigues, João Telésforo, Dayane Augusta, Givânia Silva, Ana Flauzina, Felipe Freitas, Pedro Caribé, Rafael Trapp, Ana Flávia Pinto, entre tanta gente. Agradeço coletivamente, também, aos companheiros do Grupo de Estudos Afrocentrados – GEAC, Núcleo de Estudos Afro Brasileiros – NEAB/UnB, companheiras da Ênfase em Raça do GTP/ABEPSS, Sarau da CM, Sarau-VÁ, Grupo de Estudos e Pesquisas em Seguridade Social e Trabalho – GESST/UnB, Conselho Regional de Serviço Social – CRESS/DF, Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultural – SINDSASC/DF, e aos colegas do Fórum de Justiça Juvenil, assim como todos/as os/as companheiros/as de sistema socioeducativo ao longo desses anos.

Às colegas e aos colegas de departamento, pelo trabalho e empenho que me permitiram, entre outras coisas, me ausentar por um semestre e realizar um estágio doutoral em outro país.

Agradeço à professora Denise Ferreira, por fazer de meu estágio em Vancouver, no Canadá, uma experiência diaspórica de muito crescimento. Agradeço também a Pilar Riaño-Alcalá Phaniel Antwi, Andrea Monteiro, Kimberly Lamontagne, e aos colegas do Social Justice Institute – UBC.

Agradeço à Camilla Peregrino, pela parceria nas traduções, e ao Victor Papaleo, pela parceria com a parte gráfica.

Por ‘estar à escuta’, como dizia-se na velha África, todo o universo ao meu redor, de alguma forma, contribuiu neste processo. Por isso agradeço, talvez por quase já tê-la perdido por mais de uma vez, agradeço imensamente a esta vida.

## Resumo

Com o objetivo de identificar e discutir as estratégias adotadas por sujeitos jovens negros diante do processo de extermínio que enfrentam, foram analisadas produções culturais, como o rap, a literatura marginal e negra, e produções audiovisuais realizadas por estes sujeitos. A análise destas produções permitiu observar que a juventude e a negritude brasileira e da Diáspora não se encontram passivas diante deste processo. A análise do comportamento do Estado brasileiro diante do extermínio, expresso nos dados públicos sobre o assunto, revela o caráter racializado destas mortes, e revela aquilo que foi denominado neste trabalho de dialética da (in)diferença. Este movimento dialético produz, a um só tempo, a diferença que permite a classificação social do jovem negro como um inimigo interno a ser combatido; e a indiferença a estas mortes e demandas de proteção e outros direitos negligenciados a tais sujeitos e suas famílias. Considerando que os aspectos raciais da realidade em questão possuem importância fundamental, e que o debate sobre raça se encontra ainda pouco consolidado neste campo, realizou-se um resgate histórico e analítico sobre o uso da raça como categoria de análise em Ciências Sociais. A partir deste processo, foi elaborada também uma proposta dialética e diaspórica de conceituação desta categoria. Para dar conta da complexidade do objeto e objetivos de pesquisa, percebeu-se a importância de se discutir e apresentar uma proposta metodológica capaz de apreender as particularidades, as dinâmicas e as múltiplas determinações da realidade em questão. A perspectiva dialética crítica combinada à perspectiva decolonial subsidiaram não apenas a compreensão do sujeito jovem negro em sua potência, mas também o resgate de trabalhos, autores e linguagens subalternizadas no universo acadêmico. A teoria crítica da raça subsidiou o trabalho com trajetórias de vida, (auto)biografias e contra-narrativas, como instrumentos capazes de abordar o tema e a problemática a partir do prisma de sujeitos ainda marginalizados nos espaços acadêmicos. Por ser o extermínio contra a juventude negra e seu enfrentamento um assunto em intenso processo de transformação na atualidade, a análise da realidade por meio de matérias jornalísticas também foram importantes no decorrer pesquisa. Entre retrocessos e avanços no enfrentamento a estas mortes, a produção cultural jovem e negra analisada evidenciou a consciência destes sujeitos acerca do problema, a capacidade de compreendê-lo, e as estratégias de enfrentá-lo, por meio da (re)elaboração de narrativas que atribuam importância e humanidade às suas vidas. A estes esforços foi atribuído o nome de atos de reexistência.

**Palavras-chave:** Juventude negra; Raça; Reexistência; Extermínio; Genocídio.



## **Abstract**

In order to identify and discuss the strategies adopted by young black subjects facing the extermination process they face, cultural productions such as rap, marginal and black literature, and audiovisual productions performed by these subjects were analyzed. The analysis of these productions showed that the Brazilian and Diaspora youth and blackness are not passive in the face of this process. The analysis of the behavior of the Brazilian State in the face of extermination, expressed in the public data on the subject, reveals the racialized character of these deaths, and reveals what was called in this work the dialectic of (in) difference. This dialectical movement produces at the same time the difference that allows the social classification of the young black man as an internal enemy to be fought; and indifference to these deaths and demands for protection and other neglected rights to such subjects and their families. Considering that the racial aspects of the reality in question are of fundamental importance, and that the debate about race is still poorly consolidated in this field, a historical and analytical rescue about the use of race as a category of analysis in Social Sciences was necessary. From this process, a dialectical and diasporic proposal of conceptualization of this category was also elaborated. In order to account for the complexity of the object and research objectives, it was realized the importance of discussing and presenting a methodological proposal capable of apprehending the particularities, dynamics and multiple determinations of the reality in question. The critical dialectical perspective combined with the decolonial perspective subsidized not only the comprehension of the young black subject in his power, but also the rescue of subalternized works, authors and languages in the academic universe. The critical theory of race subsidized the work with life trajectories, (auto) biographies and counter-narratives, as instruments capable of approaching the theme and the problematic from the perspective of subjects still marginalized in academic environment. Because the extermination against black youth and their confrontation is a subject in intense transformation process, the analysis of reality through journalistic articles were also important in the course of research. Between setbacks and advances in coping with these deaths, the young and black cultural production analyzed showed the awareness of these subjects about the problem, the ability to understand it, and the strategies to address it through (re) elaboration of narratives that attach importance and humanity to their lives. These efforts have been referred to as acts of reexistence.

**Keywords:** Black youth; race; reexistence; extermination; genocide.

## Resumen

Para identificar y discutir las estrategias adoptadas por los jóvenes negros que enfrentan un proceso de exterminio, se analizaron producciones culturales como el rap, la literatura marginal y negra y las producciones audiovisuales realizadas por estos sujetos. El análisis de estas producciones permitió observar que la juventud y la negritud brasileñas y de la Diáspora no son pasivas frente a este proceso. El análisis del comportamiento del Estado brasileño ante el exterminio, expresado en los datos públicos sobre el tema, revela el carácter racializado de estas muertes, y revela lo que se llamó en este trabajo la dialéctica de la (in)diferencia. Este movimiento dialéctico produce al mismo tiempo la diferencia que permite la clasificación social del joven negro como un enemigo interno a ser combater; e indiferencia a estas muertes y demandas de protección y otros derechos desatendidos a tales sujetos y sus familias. Teniendo en cuenta que los aspectos raciales de la realidad en cuestión son de importancia fundamental, y que el debate sobre la raza todavía está poco consolidado en este campo, se llevó a cabo un rescate histórico y analítico sobre el uso de la raza como categoría de análisis en Ciencias Sociales. A partir de este proceso, también se elaboró una propuesta dialéctica y diaspórica de conceptualización de esta categoría. Para dar cuenta de la complejidad del objeto y los objetivos de la investigación, se dio cuenta de la importancia de discutir y presentar una propuesta metodológica capaz de comprender las particularidades, la dinámica y las determinaciones múltiples de la realidad en cuestión. La perspectiva dialéctica crítica combinada con la perspectiva descolonial subsidió no solo la comprensión del joven sujeto negro en su potencia, sino también el rescate de obras subalternizadas, autores e idiomas en el universo académico. La teoría crítica de la raza subsidió el trabajo con trayectorias de vida, (auto)biografías y contra-narrativas, como instrumentos capaces de abordar el tema y la problemática desde la perspectiva de sujetos aún marginados en espacios académicos. Debido a que el exterminio contra la juventud negra y su afrontamiento es un tema en intenso proceso de transformación en el presente, el análisis de la realidad a través de artículos periodísticos también fue importante en el curso de la investigación. Entre los reveses y los avances para hacer frente a estas muertes, la producción cultural joven y negra analizada mostró la conciencia de estos sujetos sobre el problema, la capacidad de comprenderlo y las estrategias para enfrentarlo, a través de la (re) elaboración de narrativas que atribuyen importancia y humanidad a sus vidas. A estos esfuerzos se le dio el nombre de actos de reexistencia.

**Palabras clave:** Juventud negra; raza; reexistencia; exterminio; genocidio.

## Sumário

<b>Apresentação</b> .....	<b>13</b>
<b>1. Sobre negros, violões e canivetes (ou: construindo um método para esta pesquisa)</b> .....	<b>19</b>
<b>1.1. A dialética é blues</b> .....	<b>22</b>
<b>1.2 Uma proposta metodológica jovem e negra para uma pesquisa sobre juventude negra</b> .....	<b>29</b>
1.2.1. Os poderes de um diário.....	30
1.2.3. A partir do meu diário de pesquisa.....	32
1.2.4. Leões contando histórias .....	35
1.2.5. Nossos passos vem de onde? .....	50
<b>2. Que coisa é ser negra? (Ou: a categoria <i>raça</i> em questão)</b> .....	<b>58</b>
<b>2.1. Um breve histórico do debate sobre <i>raça</i></b> .....	<b>58</b>
<b>2.2. A categoria <i>raça</i> e seu emprego nas ciências sociais</b> .....	<b>61</b>
2.2.1. O debate racial no Brasil entre 1930 e 1970 .....	63
2.2.2. A categoria <i>raça</i> na contemporaneidade.....	67
<b>2.3. Elaborando uma interpretação para a categoria <i>raça</i></b> .....	<b>74</b>
2.3.1. Questão racial, mundo colonial e capitalismo dependente.....	86
<b>3. Entre o corte da espada e o perfume da rosa (ou: sobre o extermínio e o anti-extermínio da juventude negra)</b> .....	<b>97</b>
<b>3.1. Numerologia da morte (e alguma margem de vida)</b> .....	<b>100</b>
<b>3.2. Genocídio, extermínio e homicídios: diferenciando categorias</b> .....	<b>105</b>
3.2.1. Sobre homicídios e o extermínio.....	112
<b>3.3. Dialéticas da diferença e da visibilidade</b> .....	<b>115</b>
<b>3.4. Reexistência jovem negra anti-extermínio</b> .....	<b>125</b>
3.4.1. Como esse negro não cai? .....	126
3.4.2. Para que os reis não despertem .....	132
3.4.3. A gente se vê onde? .....	135

<b>4. E se eles fossem à prova de balas? (ou: considerações finais sobre a reexistência).....</b>	<b>140</b>
<b>5. Referências .....</b>	<b>147</b>

## Apresentação

*“o que aconteceria se todos aqueles garotos negros abatidos por balas tivessem a chance de cometer erros, ler livros, se apaixonar, aprimorar habilidades, tomar novos caminhos e crescer?”*

(Melissa Harrys-Perry)

Em 83, eu nem sequer era nascido e o Pedro Paulo já beijava a boca das meninas, ouvia o som e sentia um clima bom numa favela que ficava logo acima da dele. "Moleque magro e fraco, invisível na esquina, planejava a chacina" aos treze anos. Mas...

...Talvez fascinado pelo 'bum bap' do partido alto no pandeiro - a primeira habilidade que aprendeu em sua vida - acabou planejando e executando canções que levaram ele e seu grupo a escolher outro caminho. O livro e o lápis que lhe faltaram, no início de sua adolescência, em um Brasil em colapso, renderam palavras que valiam tiros. E foi com munição de sobra que os Racionais fizeram um sucesso "violento".

Pelo visto, uns dez anos depois, Pedro, agora Mano Brown, reaparece num estilo pesado. O pivete magro e fraco agora era um homem de múltiplas faces. Talvez um sádico, um anjo, um mágico, um juiz... ou réu... um bandido do céu, um malandro, um otário... ou mesmo um franco atirador, se necessário for. Um revolucionário, um insano, ou, simplesmente, um marginal. Soldado "violentamente pacífico", determinado a cumprir sua missão; sabotar raciocínios com seu evangelho. E por falar em sabotar, um salve ao grande Sabotage. Entre um rap venenoso e uma rajada de pistola, Mano Brown escolheu inocular sua toxina via ondas sonoras nos auto-falantes do país afora. Aleluia! Clama a nigeriana Sade Adu entre os versículos sagrados do Capítulo Quatro.

97 era o ano, e quem tinha treze era eu. A fita cassete gravada com Sobrevivendo no Inferno tocava incessantemente no sonzinho portátil de um dos moleques às tardes do bloco onde cresci, numa cidade satélite dormitória no Distrito Federal. Sem nenhum interesse na escola, e ao mesmo tempo, obcecados por aqueles versos e bases, crescemos "sem pai nem parente", a sós, entre feras, malandros e miséria, ensaiando footworks de break e versos iguais aos da Bíblia Sagrada de Racionais. É a ela que várias das frases desse texto e desta tese como um todo fazem referência. A maioria daqueles que as conhecem passou pelo curso de introdução auto-didática em cultura marginal, mas parte dessa bíblia foi publicada em 2018 pela editora

Companhia das Letras, depois que a Unicamp passou a exigir, em seu vestibular, o álbum *Sobrevivendo no Inferno* como leitura obrigatória.

A precisão da síntese poética e a narração da realidade brasileira certamente estão entre as razões da escolha dessa obra. Dessa vez, não pela observação dos gabinetes de pesquisa das universidades, mas foram vividas e processadas pelos sentidos de quatro jovens, sobreviventes ao *inferno* e ao *holocausto urbano* em curso nas cidades onde cresceram. A elevação das canções e poesias marginais ao status de fontes de conhecimento tão importantes quanto obras acadêmicas e de literatura clássica é algo ainda raro, e desperta polêmicas ao ir na direção contrária ao *status quo*. Mas é nesse sentido que esta pesquisa procurou se desenvolver: como os saberes e sujeitos marginalizados e subalternizados podem contribuir para um determinado problema de pesquisa, nesse caso, para o alto índice de homicídios contra jovens negros no Brasil? Esse exercício de resgate de autores e saberes não apenas serviu como referencial teórico para esta pesquisa, como também conduziu e formatou o caminho metodológico que foi nela adotado. Tensionando a dinâmica acadêmica que, pelo recorrente de referências bibliográficas pouco acessíveis, uso de arcaísmos e expressões em latim ou em francês, acaba causando em um sujeito jovem negro a sensação de ignorância e não pertencimento ao mundo acadêmico, é possível encontrar, eventualmente, neste trabalho o caminho reverso. Gírias, referências de fundo e outras menções sutis podem surgir como *easter eggs*, como pistas para um outro mundo de cores e valores que perpassam pouco o ambiente acadêmico. A sensação de ignorância e distanciamento que leve o leitor ou leitora a perguntar *que bloco é esse?* também é parte das *intensões* pedagógicas desta pesquisa.

Inspirado pela pergunta de Melissa Harrys-Perry, em epígrafe, extraída do prefácio do livro do jovem Mychal Denzig, formulei uma das principais perguntas a partir da qual esta pesquisa foi desenvolvida. *O que aconteceria se um jovem negro driblasse os obstáculos em seu caminho, chegasse até a universidade e pudesse escrever sobre a violência contra a juventude negra de forma autêntica, ainda que desfigurado e mutilado por todas as adequações e concessões que tivesse que fazer para chegar até ali?* A partir dessas perguntas, busquei elaborar um método capaz de atender aos meus diversos interesses de pesquisa, de modo a superar aparentes conflitos entres os saberes acadêmicos e marginais que adquiri ao longo de minha própria trajetória até aqui. Se considerarmos os termos *jovem/velho*, *negro/branco*, não em suas acepções mais cotidianas, mas como categorias que sintetizam conjuntos de valores, podemos afirmar que os trabalhos sobre violência, juventude e questão racial de maior circulação realizados sob uma perspectiva *jovem* e *negra* são minoritários. E o fato de a juventude

negra ser geralmente tratada como *problema* e não como *potência* também é capaz de informar sobre o modo como este campo e as pesquisas que nele ocorrem são realizadas.

Partindo da premissa metodológica a ser utilizada neste trabalho, tudo traz informação. E a própria formulação dos interesses de pesquisa ganham forma e direção em um processo no qual a incidência de corpos, trajetórias e experiências também possuem importância. Uma das perspectivas teórico-metodológicas que fundamenta esse processo é a da decolonialidade, e sua busca por narrativas contra hegemônicas ou subalternizadas no processo de compreensão da realidade e da história.

Resgatar, então, sujeitos, biografias e saberes pouco presentes nos circuitos acadêmico passou a ser incorporado entre os intuitos deste trabalho. Além do livro *Sobrevivendo no Inferno*, outras obras também se destacam pela perspectiva subalternizada que possuem, e também por terem como berço o hip hop. É caso de *A guerra não declarada na visão de um favelado*, escrito pelo rapper Eduardo, ex-integrante do grupo Facção Central. Livros como o do neurocientista Carl Hart e o do ator Lázaro Ramos têm como principal marca a habilidade de abordar temas sociais importantes, passo que tramam experiências autobiográficas. É nessa mesma trilha que esta pesquisa procurou caminhar.

A metodologia elaborada para isso é apresentada no capítulo 1. Nele, busquei exercitar, não apenas no conteúdo, mas também na forma, aquilo que penso que seria produzir uma pesquisa jovem e negra sobre juventude negra. Os objetivos de pesquisa estão descritos e discutidos à luz do referencial teórico, que conta com o pensamento de intelectuais negros e negros contemporâneos, bem como em conhecimentos africanos e diaspóricos, cuja época e a autoria são inviáveis afirmar, em razão do caráter coletivizado que possuem e existência milenar. Também conto com griots da Diáspora, sejam eles rappers, poetas, capoeiras, escritores marginais, cineastas, entre outros, que, embora também sejam, aqui, considerados intelectuais contemporâneos, não têm o reconhecimento formal, uma vez que produzem em espaços fora da universidade ou fora de agências de pesquisa, e por se utilizarem de veículos de comunicação e linguagem que frequentemente confrontam a norma culta. A aproximação entre essas perspectivas teóricas diversas, porém, como defende-se aqui, convergentes pelo caráter crítico que possuem, é uma demanda que pulsa a partir do próprio objeto de pesquisa. Outra demanda observada, a partir das aproximações ao objeto, está relacionada à intensidade com que este se transforma. Com o objetivo de acompanhar a intensidade das mudanças, adotei a estratégia de elaborar um diário, utilizando-me,

também, de matérias jornalísticas para acompanhar os desdobramentos relacionados ao tema de pesquisa.

O segundo capítulo visa revisitar o fundamento racial dos elementos que compõem o objeto da pesquisa, a partir do método elaborado. Nesse sentido, retomo brevemente o percurso das teorias raciais, desde seu surgimento até o momento contemporâneo, em que raça passa a ser compreendida como uma categoria de significado sociológico e não mais biomédico como originalmente. Por se tratar de um debate ainda em expansão no campo da Política Social e dos estudos amparados na dialética crítica, trata-se, também, de uma contribuição a esses campos de pesquisa. Visei também, neste sentido, o fortalecimento teórico-metodológico do debate racial, a fim de qualificar a pesquisa social numa perspectiva de totalidade, contrapondo-se, por exemplo, a tendências economicistas de análise. Busquei, na perspectiva do método proposto, elaborar um conceito para a categoria raça, com o objetivo de subsidiar a abordagem ao tema de pesquisa, a partir de uma perspectiva dialética e decolonial voltada ao contexto brasileiro de Diáspora e de capitalismo dependente.

Para avançar neste trabalho sobre o (anti)extermínio da juventude negra, o primeiro capítulo veio cumprir a importante tarefa metodológica, para que esta não fosse uma pesquisa com as mesmas marcas das pesquisas hegemônicas. O segundo capítulo, por sua vez, me possibilitou fundamentar o porquê de se discutir raça em pleno século XXI, e que caminhos haveria para tal discussão, a partir de uma perspectiva jovem e antirracista. Além disso, contribuiu para o reforço da abordagem empregada neste trabalho, situando a importância da dimensão racial do fenômeno da violência. A discussão dos aspectos de classe, território e política de segurança pública são, embora importantes, insuficientes para explicar a seletividade racial dos homicídios no país. Fundamentado nesses subsídios teóricos e metodológicos, pude abordar com maior profundidade o tema central desta pesquisa, em sua complexidade e particularidades, no capítulo 3.

Embora esteja entremeado ao longo de todo o trabalho, é no terceiro capítulo que o extermínio e o anti-extermínio da juventude negra adquirem maior centralidade. A primeira parte do capítulo dedica-se, então, à discussão do cenário de extermínio, situando esse processo como sendo a expressão mais aguda do genocídio antinegro. Na seção, foram utilizadas, também, pesquisas quantitativas e matérias jornalísticas, a fim de situar a realidade da violência no país, as respostas e as negligências do Estado e da sociedade diante fenômeno. Os conceitos de homicídio, extermínio e genocídio são trazidos a uma discussão comparativa, a fim de contribuir didaticamente com o



campo, tendo em vista os equívocos e imprecisões recorrentes que o uso dessas categorias promove, pelo fato de parecerem sinônimos. Apresento as categorias de guerra não declarada e inimizade como ferramentas teóricas importantes para tornar possível a compreensão das altas cifras de morte, encarceramento e seletividade racial nesses processos de controle e também de desprezo à população negra, sobretudo jovem. Os processos de (in)visibilidade e (in)diferença são abordados a partir da dinâmica dialética que os constitui, de modo a compreender as engrenagens perversas que produzem e intensificam os processos de extermínio e homicídio em questão.

No que diz respeito ao anti-extermínio, nesse capítulo desenvolvo o que seria a ideia de reexistência como forma de resistência e enfrentamento, e como as produções jovens e negras de música, cinema e literatura são importantes instrumentos nesse processo. O lugar da subjetividade, da representação dos sujeitos na sociedade, a importância do imaginário e do resgate da memória, e o caráter teleológico das obras de ficção e romance são abordados por sua relevância na construção e no enfrentamento do estado de coisas em que reproduz e se intensifica o extermínio.

O índice de mortes violentas vem, há anos, em uma crescente. A desagregação dos dados demonstra a seletividade racial desse processo, de modo que a taxa de morte é crescente com intensidade entre jovens negros, enquanto entre jovens não-negros cresce em menor intensidade ou até mesmo reduz. Na contramão do que se pensava acerca da correlação entre gastos sociais e taxas de encarceramento e mortalidade, a dinâmica da violência provou seu caráter pernicioso, ao longo dos anos em que o aumento do investimento em políticas sociais foi diretamente acompanhado pela continuidade do crescimento dos números de assassinados e presos no país. É preciso prestar atenção a outras determinações desse cenário trágico - foi o que compreendi ao me deparar com esse quadro.

Entre os principais desafios para a redução de homicídios no Brasil estão os chamados atos de resistência. Este é o nome dado à justificativa formal para os homicídios cometidos por policiais em que se alega legítima defesa ou resistência à ação policial, e que tem por resultado, geralmente, o arquivamento do processo<sup>1</sup>. Em contraposição a este nome, que se refere a uma potência de extermínio, elaborei a ideia de *atos de reexistência*, em referência ao conjunto de esforços que a juventude negra envida para superar e reelaborar a narrativa de *problema do país e inimigo da nação*, hegemonicamente atribuída sobre ela. Reexistir é uma necessidade urgente para

---

<sup>1</sup> O uso do termo foi alterado por dispositivos legais, mas a dinâmica das investigações não sofreu alterações significativas, além do fato de sofrer novas ampliações, com a aprovação do chamado Pacote Anticrime, em tramitação. Estas questões serão abordadas no capítulo 3 desta pesquisa.

sujeitos que, para a narrativa hegemônica atravessada pelo racismo, existem como menos que humanos, existem como descartáveis. É o que aponta também o conjunto de artigos da edição temática da Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, *Letramento de reexistência – um conceito em movimentos negros*, publicada em 2018.

*O mundo é diferente da ponte pra cá*, alertava Mano Brown (2002). E “não adianta querer” usar as mesmas estratégias conhecidas se quisermos alcançar um resultado diferente. Reconhecer a potência desses jovens, escutar o que eles dizem e ver o que produzem parecia-me, então, um caminho. Nesse processo, acabei me permitindo escutar a mim mesmo, e também a me colocar, em primeira pessoa, como observei fazer Magali Almeida que, por sua vez, observou fazer Lélia Gonzalez (ALMEIDA, 2014). Ousei trazer para a própria pesquisa conhecimentos que adquiri ao longo do caminho; conhecimentos que eram muito importantes em outras áreas da vida, mas que se encontravam geralmente ausentados da construção da trajetória acadêmica que construí. Brasil é osso, também dizia o Mano Brown em *Quanto vale o show* (2014), música em que conta uma história que inclui a sua, e que usei para incluir a minha enquanto abria a apresentação deste trabalho. Perseguindo sua ideia fixa, o *pardim* foi garimpar o que havia do lado de lá da ponte. Pelo visto voltou, e fez esse cruzamento inúmeras vezes de 87 pra cá. Há potência no cruzar a ponte. Foi o que eu, outro pardim entre um monte, também aprendi. E é um tanto sobre isso este trabalho.

## 1. Sobre negros, violões e canivetes (ou: construindo um método para esta pesquisa)

Nascido na luta pela vida, pela real necessidade de existir. O lamento cantado dos escravizados nas plantações de algodão ganhava novas nuances em um vagão de um trem qualquer, em qualquer dia do ano de 1903. Um anônimo e um clandestino. Um violão tocado com um canivete. Era essa a linguagem, o canal, por onde eram transmitidos o poder e a expressão da arte sequestrada em fuga. E é desta história, literal e inventada, de uma testemunha só, que nasce o blues<sup>2</sup>.

De sua própria força e pungência, na contracorrente, e fora do enquadro daquilo que era esperado, dois *bluesmen* forjavam ali, ao mesmo tempo, sua expressão musical e sua linhagem. Um bluesman é aquele que sabe que nunca foi “uma reprodução automática da imagem submissa que foi criada por *eles*” (BACO, 2018). O blues acontecia no Delta do Mississippi, assim como o jazz se formava em Nova Orleans, atendendo ao mesmo chamado da arte sequestrada que insiste em fugir. E eis que cem anos depois, um moleque petulante, meio deus grego e meio orixá, nasceria na baía de todos os santos para contar outra vez a história de sua linhagem. Seu nome é Diogo Moncorvo, o Baco Exu do Blues, e seu segundo disco, *Bluesman*, é lançado no mesmo momento em que escrevo estas páginas como um clandestino num vagão de um trem. Porque escrever na academia sobre a morte de jovens negros de forma que não reproduza simbolicamente mais morte de jovens e negros é desafiador como querer fazer história tendo apenas um violão e um canivete.

Meu desafio não é imenso como dar à luz a algo como o blues, mas tratar do extermínio da juventude negra sem excluí-la desse processo também não é tarefa assim tão fácil. A presença de autores negros no referencial bibliográfico sobre a maioria dos temas na universidade já é escassa por si só, e a presença de sujeitos jovens negros sendo referência para a compreensão do processo que estes mesmos sofrem é ainda menor. O processo de esvaziamento destes sujeitos do quadro de referências bibliográficas produz um efeito perverso, que faz parecer que estes jovens não possuem um saber em si. Nem sequer um saber a respeito do problema que a eles mesmos atinge, como se não elaborassem sobre suas próprias vidas. O nome que atribuímos a esse fenômeno também é o de *epistemicídio*, a negação da intelectualidade de um povo, e o desprezo ou a aniquilação de seus saberes. O epistemicídio, assim como o extermínio, é mais uma das dimensões que constituem o genocídio. Portanto, para

---

<sup>2</sup> Versão não literal, elaborada a partir das diversas versões populares do episódio vivido por W. C. Handy, o auto-proclamado pai do blues. Handy registra esta história em sua autobiografia *Father of the blues* (1991)

compreender o processo de extermínio, é importante compreender também os processos de epistemicídio, e não somente como algo que atravessa os sujeitos de pesquisa, mas como um processo capaz de atravessar, inclusive, a própria elaboração dos processos metodológicos e estruturantes de uma pesquisa como a que aqui se propõe.

Dessa forma, ao aceitar o desafio de incluir e atribuir centralidade aos saberes jovens negros no debate sobre o processo de extermínio, muitas questões sobre método e procedimentos metodológicos precisaram ser (re)elaborados. Foi em vista disso que a presente sessão, dedicada aos aspectos metodológicos, transcendeu o lugar usual da Introdução e passou a ser também um dos pilares que compõem o próprio **objeto** da tese: o processo de extermínio da juventude negra e as resistências a este processo compreendido partir de uma *perspectiva* jovem e negra. Este objeto é resultado da **pergunta de pesquisa** mencionada na Apresentação deste trabalho, que, por sua vez, determinou diversos outros elementos, como o próprio método. Isso porque, como a perspectiva jovem e negra de abordar qualquer temática não é a perspectiva usual no meio acadêmico, elaborar procedimentos metodológicos que tornassem isso possível passou a ser, então, um dos **objetivos** desta tese.

Me (re)aproximando sucessivamente da perspectiva marginalizada da negritude e da juventude a respeito de sua própria realidade, me dei conta de que, enquanto a perspectiva acadêmica geralmente se mobiliza a partir do problema, pulsam nos saberes jovens negros a dimensão da grandeza, da potência, da promessa e da utopia. Essa constatação preliminar foi um dos elementos que impôs as alterações mencionadas para o objeto da pesquisa e seu **objetivo geral**, que passou a enfatizar, não mais o problema do extermínio em si mesmo, mas os processos de resistência e enfrentamento a este problema produzidos pelos próprios jovens e negros. Em outras palavras, o objetivo desta pesquisa tornou-se, portanto, realizar uma análise do processo de extermínio da juventude negra a partir de seus próprios saberes e posturas de resistência. Vale destacar que este termo “jovens negros” é utilizado aqui, tanto em um sentido literal, como também em um sentido ampliado. Em um sentido literal, jovens negros são sujeitos negros, cuja faixa etária gira em torno dos 15 a 29 anos. Mas, fora desse contexto etário e populacional, também me refiro a um grupo ampliado que contempla jovens que não são negros, assim como negros que não são jovens. Isso porque não poderia excluir sujeitos negros que já não são jovens, mas produzem a partir da experiência de juventude que tiveram, assim como os jovens que, embora não sejam negros, estão inseridos em espaços predominantemente negros, como as periferias, o rap, entre outros. Nesta pesquisa, portanto, a negritude e a juventude estão relacionadas mais a valores do que a classificações legais ou biológicas.

Além da elaboração de processos metodológicos capazes de dar conta do objeto de pesquisa escolhido e suas especificidades, o objetivo geral mencionado se desdobra em outros **objetivos auxiliares** para a realização desta tarefa, que são: utilizar como ferramenta teórico-metodológica da pesquisa, para além da dialética crítica já consolidada no campo da Política Social, os saberes negros e jovens, geralmente subalternizados ou excluídos do ambiente acadêmico de debate; revisitar o debate em torno da categoria *raça* a partir da perspectiva teórico-metodológica aqui adotada; e analisar a realidade de extermínio e anti-extermínio da juventude negra, enfatizando, não os já conhecidos quadros estatísticos, nem as medidas governamentais, mas aquilo que esta juventude negra produz como resistência, ou melhor dizendo, como formas de reexistência, diante da realidade de morte que se impõe como contexto e ameaça. Vale destacar que, no âmbito da Política Social, como área de conhecimento no qual esta pesquisa encontra-se inserida, formatos metodológicos semelhantes a esse são pouco usuais. Nesse sentido, existe ainda o objetivo de que esta pesquisa também contribua com a área de conhecimento em que se insere, propondo ou reforçando a possibilidade de realizar o debate sobre política social, Estado e sociedade a partir de perspectivas como a que aqui se apresenta.

Essa proposta de pesquisa é estruturada a partir da premissa de que a participação de outros sujeitos e outros prismas podem também oferecer uma contribuição autêntica e valiosa, trazendo outros elementos para uma determinada questão, como a do extermínio e do genocídio antinegro. Desse modo, esse capítulo é dedicado à discussão de um método que seja capaz de analisar o objeto escolhido em sua profundidade, particularidade e nuances, extraindo daí as necessidades teóricas, os principais interlocutores, as ferramentas, técnicas e categorias necessárias para uma pesquisa desta natureza.

É importante destacar que, quando me refiro a *construir um caminho de pesquisa*, isso não significa apresentar um novo *método*, como fizeram pesquisadores/as que dedicaram o trabalho de uma vida para a produção de algo desta grandeza. Considerando que o método é composto pela abordagem teórica e pelo conjunto de *técnicas* e *procedimentos* a serem adotados para a realização de uma pesquisa, o objetivo deste capítulo é, portanto, discutir o método elegido como aquele capaz de desvendar o objeto em sua profundidade e complexidade, combinando-o com as ferramentas, procedimentos e técnicas também escolhidos.

O que me propus a realizar, então, foi buscar aproximar, combinar e dialogar a contribuição oferecida pela tradição da dialética crítica, os conhecimentos da Diáspora Negra, e a perspectiva decolonial. Investi nesta possibilidade, à medida em que avançava ao longo do processo do doutorado em contato com o tema, por enxergar um

importante potencial de convergência ainda pouco exercitado, e também por reconhecer em cada uma das abordagens, uma força singular para o alcance dos objetivos propostos para a pesquisa.

Tal escolha encontra-se fora do local seguro no universo das pesquisas acadêmicas, ainda mais considerando o caráter transgressor aos formatos convencionais que o caráter provocativo dos conhecimentos da Diáspora, da decolonialidade e da dialética crítica essencialmente possuem. Estou ciente dos riscos implicados nessa escolha. É como se eu estivesse em uma encruzilhada. Mas, apesar do medo que imediatamente se instala diante de desafios como esse, é na epistemologia negra que encontro uma resposta de confiança, quando esta ensina que uma encruzilhada é um lugar de riqueza própria, de riqueza em si mesmo. Lugar de riqueza de escolhas, de pedagogia e reinvenção<sup>3</sup>, lugar de encontros, e também um lugar de conexão de caminhantes e jornadas. Por falar em jornada, e regressando ao assunto do blues, foi também numa encruzilhada, em Clarkdale, Mississippi, que Robert Johnson teria se sagrado o Rei do Delta Blues. Conta a lenda que uma noite, à meia noite, Johnson teria vendido sua alma ao diabo, e que este teria retribuído afinando seu instrumento da forma que o fez ser considerado por muitos o maior cantor de blues de todos os tempos. Se esta história fosse interpretada pelos saberes da Diáspora, teria sido ali Exu, e não o diabo, a se fazer presente e realizar suas peripécias que dão corda no pião do ilê, ou que fazem girar o planeta. Pela ótica da subalternidade, o Reino do Blues teria sido concedido ao bandido Johnson, num *cruzamento* em Clarkdale, em que pediu com fé uma lembrança a um Jesus crucificado que compartilha o seu reino com bandidos encruzilhados. Na ausência de atestados de verdade, a história de Robert Johnson segue como mistério, inspiração e possibilidade na encruzilhada em que me encontro. E foi mesmo entre discos, itans<sup>4</sup>, e livros acadêmicos que pude perceber que o blues também atravessa a dialética.

### **1.1. A dialética é blues**

Estudar assuntos complexos, multidimensionais e atravessados por forças antagônicas, como a violência e o racismo, exige algo além daquilo que é oferecido pelos métodos hegemônicos na academia. É preciso um ferramental capaz de alcançar o lado oculto dos processos que produzem fenômenos como a violência e o racismo.

---

<sup>3</sup> Sobre “Exu e a pedagogia das encruzilhadas”, conferir (RUFINO, 2017).

<sup>4</sup> Palavra iorubá que se refere às histórias, mitos e canções.

Na minha trajetória acadêmica, reconheci na dialética crítica, de fundamentação marxista, essa capacidade, em seu contraponto à lógica formal funcionalista e de inspiração aristotélica. Mas também reconheci essa mesma complexidade e alcance no contato com outros saberes que aqui mencionei. Os ensinamentos adquiridos por meio dos diversos saberes negros me possibilitaram conhecer um conjunto de ideias e perspectivas que também se constituem a partir de uma compreensão de mundo e de realidade que considera o seu caráter histórico, dinâmico e contraditório. Se o epistemicídio é uma força genocida, à qual os princípios éticos e políticos que orientam este trabalho se opõem frontalmente, é de fundamental importância que tais perspectivas subalternas ocupem também o centro da roda no debate sobre método aqui proposto.

Baco Exu do Blues, na abertura de seu último disco (2018), apresenta um conceito essencial do que seria blues, que vai além da usual referência ao gênero musical. Para Baco, “tudo aquilo que, quando era negro, era do demônio, e depois virou branco e foi aceito” é algo blues (2018). E é recorrente na história do mundo, exemplos de elementos que possuem sua origem relacionada a um povo mas, com o passar do tempo, foram descaracterizados e, ou, apropriados por outro povo em posição de dominância. Baco cita alguns casos. O rock, o jazz, bem como personagens históricas como Jesus Cristo seriam outros exemplos de blues.

A história do povo africano e seu território também é repleta de casos em que seus recursos, incluindo recursos imateriais, como memória, cultura e intelectualidade, foram expropriados e remodelados por povos outros. No caso do pensamento dialético, não pretendo afirmar, por exemplo, que a dialética nasceu na África e foi posteriormente apropriada. Entretanto intento destacar que, muito antes do pensamento dialético possuir seus registros ‘embrionários’ na região da Grécia, outras ideias carregadas de princípios comuns aos princípios dialéticos já circulavam pelo continente africano. Na verdade, a cosmogonia e a cosmologia de diversos povos africanos denotam estar fundamentadas em princípios milenares, como: historicidade, totalidade, mediação, integralidade, organicidade, dinamicidade e o contraditório como constitutivos da realidade. Estes mesmos princípios são também observados na fundamentação da dialética, tanto em perspectivas mais recentes como a dialética marxista, como alguns destes princípios compõem também as primeiras acepções, no século IV a.C (KONDER, 2004) as noções filosóficas africanas, cujo conteúdo é convergente ao conteúdo dialético, destaco *ubuntu*, *sankofa*, o conhecimento iorubá e a capoeira. Esse pensamento complexo, potente, que há milênios circula e se atualiza em terras africanas e diaspóricas, mas que só é reconhecido em sua versão de matriz europeia é o que seria o lado blues da dialética.

Para a dialética crítica de fundamentação marxista, o ponto de partida de qualquer pesquisa não está na escolha do método para a análise da realidade em questão. Ao contrário, é a realidade em questão que determina o método a ser empregada. As sucessivas aproximações ao objeto de pesquisa vão, pouco a pouco, indicando o caminho e também o modo pelo qual este caminho deve ser trilhado.

No caso do processo de extermínio da juventude negra, o contato com essa questão durante os anos que precederam a fase de elaboração desta tese revelou muitos elementos importantes. O primeiro deles é o fato de que é impossível compreender os problemas do racismo sem resgatar o *processo histórico* pelo qual este se consolidou, o que nos remete, pelo menos, aos primórdios da era colonial. Além disso, a constatação de que o racismo se consolidou como algo muito mais complexo do que um comportamento hostil como a injúria racial, permeando até mesmo a lógica e as formas de produção de conhecimento, fez com que esta pesquisa voltasse sua atenção não apenas às manifestações explícitas do racismo, mas também às suas manifestações mais latentes, aos *processos infraestruturais, estruturais e estruturantes* da realidade em questão. Outro aspecto é que, diferentemente de como o problema das taxas de *homicídio* é tratado pela maioria das agências de segurança pública, foi possível observar que os processos que constituem o *extermínio* são componentes de uma realidade maior, e que este extermínio é, na verdade, mais uma das expressões do *genocídio* antinegro. Sem essa compreensão prévia, qualquer análise sobre os homicídios de jovens tende a não ultrapassar a superfície do problema. A aproximação atenta a tal realidade também revelou que não se tratava de uma realidade estática, em que se encontram o sujeito assassinado e o sujeito que assassina. Pelo contrário, trata-se de um cenário altamente *dinâmico*, em que jovens não apenas sofrem, mas também cometem homicídios, em que o Estado, por meio dos mesmos instrumentos de segurança pública, enfrenta e promove a questão. Sobretudo, é possível reconhecer que estes jovens negros não se encontram em estado de passividade ou inércia, reféns de iniciativas externas de intervenção ou pesquisa. Pelo contrário, também produzem suas próprias formas de conhecimento e reação a essa realidade que os acomete, ainda que a estrutura e o contexto limitem o potencial que estas possuem.

Ao considerar estas características da realidade pesquisada, as categorias que compõem o método de Marx e seus continuadores, como totalidade, historicidade, contradição e mediação, revelam ter grande valia para o processo de pesquisa que aqui se propõe. Além disso, seu caráter crítico garante à pesquisa a segurança na tomada de posição frente ao tema em questão, ao reconhecer que não há neutralidade na produção de conhecimento. Mais do que isso, é importante que o conhecimento



socialmente produzido também seja socialmente referenciado, isto é, que sirva como contribuição na superação da realidade encontrada, na direção da realidade desejada.

De todas as categorias que compõem o método de Marx para compreender a realidade, é a totalidade, a mais importante delas, como afirma Netto (2011) a partir da contribuição de György Lukács. Num contexto de resposta às críticas recorrentes de que a perspectiva marxiana seria economicista, é Lukács que, ainda na década de 1940, destacava que a categoria de totalidade significa:

(...) de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas (LUKÁCS, 1967, p.240).

Essa relação entre parte e todo, unidade e conjunto, é de fundamental importância para que se compreenda que, por um lado, a morte de um jovem é a morte de um indivíduo único e inigualável em sua trajetória e lugar no mundo, mas por outro, é uma morte que se soma a um conjunto de mortes que partilham características comuns. O processo que resulta nessa totalidade de homicídios é que chamamos de extermínio da juventude negra. Este processo de extermínio, embora seja repleto de características singulares na realidade social, é também repleto de características comuns a outros processos de violência contra a população negra. A esse quadro ainda mais amplo de violências que tem como elemento comum o seu caráter racializado chamamos de genocídio antinegro em sua totalidade<sup>5</sup>.

A relação entre *singularidade*, *universalidade* e *particularidade*, foi apresentada a partir da teoria marxiana por Lukács (1978) e discutida também por Pontes (2018) e outros. Nesta teoria, o particular, ou a particularidade, seria justamente a mediação, a encruzilhada que destaca ao mesmo tempo os aspectos da totalidade em cada elemento singular, bem como as singularidades que compõem o conjunto maior, o universo de que fazem parte. Essa tríade é essencial para compreender a relação dialética entre indivíduo e sociedade, e também o que chamamos de *ser social*.

O ser social, como apresenta Lukács (2015), diz respeito a algo muito mais complexo e amplo do que a simples afirmação de que o ser humano é um ser social, por viver em sociedade. Produzida gradativamente por meio do trabalho, a relação entre o ser pré-humano, por assim dizer, e a natureza em que está inserido transforma não apenas a matéria bruta, mas também transforma aquele que nela interveio. Na busca por satisfazer suas necessidades mais primárias, acaba por produzir também novas

---

<sup>5</sup> O debate sobre genocídio antinegro será retomado com maior profundidade no capítulo 3 deste trabalho.

necessidades e demandas mais complexas, assim como mais complexa vai se tornando a relação com o ambiente e com os outros de sua mesma espécie. A geração de uma vida cada vez mais complexa do ponto de vista relacional é o que gera também nesse animal o seu caráter humanizado. A sociedade passa a se constituir, dela passam a depender cada vez mais os seres humanos, e esta, por sua vez, só existe por meio da relação estabelecida entre estes indivíduos. O ser social não se limita, portanto, nem ao indivíduo que tem por marca a vida em sociedade, e nem à sociedade como uma unidade abstrata, um organismo unitário em si. O ser social se produz justamente na dialética da relação de coexistência e codependência entre indivíduo e sociedade.

As bases deste conceito de ser social, fundamental para o modo como a dialética crítica analisa e compreende a realidade, também se fazem observáveis em diversas formas africanas de conhecimento. A mais conhecida delas, talvez, seja *ubuntu*, uma palavra do tronco linguístico Bantu que concentra um conjunto de ideias que dizem respeito ao caráter relacional da realidade. Comumente resumida por ideias como “eu sou porque tu és” e também pela máxima *umuntu ngumuntu ngabantu*, aproximadamente traduzido como “uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas” (NOGUERA, 2012, p. 148), trata-se de uma sabedoria milenar, um modo de compreensão da realidade essencialmente constituída de relacionalidade, individualidade e totalidade humana com a qual se assemelha a perspectiva dialética crítica.

Embora profundamente interessante como perspectiva ética e filosófica<sup>6</sup>, o que mais importa destacar nesse momento é que a concepção de *ubuntu* é também uma constatação sobre a realidade. Estamos todos vinculados, pois a humanidade de cada um e do todo está indissociavelmente condicionada. Trata-se de um aspecto factual sobre uma palavra extremamente recorrente e polissêmica: humanidade. Uma das teses defendidas neste trabalho é a de que a categoria humanidade e suas derivações são um dos aspectos centrais para a compreensão dos processos de racismo e antirracismo, e por isso mesmo será retomada no capítulo 3, para que seja discutida com maior profundidade. Por ora, o que importa é compreender como o método dialético crítico compreende a realidade, e ao mesmo tempo identificar perspectivas semelhantes ou convergentes a esse modo de compreensão da realidade que estão também presentes no patrimônio intelectual africano soterrado pelo genocídio e submerso no mar da Diáspora. Vale destacar também que, ao contrário de tentar estabelecer uma teoria dogmática sobre a aproximação destes saberes, o exercício a que aqui me proponho é muito mais sobre trazer estes saberes africanos, geralmente alijados, para

---

<sup>6</sup> Sobre a ética, filosofia, e o caráter ontológico e epistemológico de *ubuntu*, ver: Mogobe Ramose (2002),

o campo de discussão no universo acadêmico, evidenciando o “lado blues” que o pensamento dialético possui. Além disso, tornar possível a conciliação entre estas perspectivas na Diáspora é também uma forma de me fazer possível como um pesquisador, sem que para isso eu precise mutilar parcelas do conhecimento que adquiri e empreguei na vida. Conhecimentos que me fizeram ser quem sou e que, inclusive, permitiram que eu chegasse até aqui.

Outro elemento fundamental para a compreensão do momento presente de qualquer realidade é a *trajetória*. O ser social, por exemplo, se expande e se complexifica ao passo do tempo, na medida em que acumula experiências e também produz memórias sobre estas. E sob a perspectiva da dialética crítica, a busca por entender a razão de ser de determinados fenômenos impõe a necessidade de retomada dos processos históricos que os produziram. Trata-se do caráter histórico da realidade, aqui já mencionado como um dos pilares deste método. No continente africano e na Diáspora, uma das mais importantes representações do caráter histórico da realidade conhecidas no Brasil é o adinkra<sup>7</sup> *sankofa*. Este ideograma, que tem por uma de suas principais representações a figura de um pássaro, cuja cabeça está voltada para trás, ou por um símbolo que nos remete à figura de um coração, é geralmente explicada por meio do provérbio Akan, que diz que “nunca é tarde para voltar e apanhar o que ficou para trás”. A maneira ao mesmo tempo circular e espiral de sua imagem, traduz a perspectiva de uma história cíclica e criadora para este povo (OLIVEIRA, 2016). Como sugere Gustavo Silva: “(...) o tempo presente, dito de outro modo, é o hospedeiro de muitos tempos, até daqueles que podemos não conhecer e codificar” (*apud* OLIVEIRA, 2016, p. 22). Essa perspectiva, profundamente carregada da dinâmica complexa, assim como, semelhantemente a dialética, nos convida, por exemplo, a retomar os primórdios da Diáspora Negra, se quisermos entender a complexidade do momento atual para a população que a vivencia.

Esse mesmo movimento complexo é observado no itã iorubá que diz: “Exu acertou ontem um pássaro com a pedra que lançou hoje”. Tal episódio, inimaginável num prisma linear cartesiano, representa bem a complexidade por meio da qual o passado e o presente transitam no tempo. Na perspectiva milenar da temporalidade iorubá, representada nos atos de Exu no itã acima, seus poderes e ações praticadas no presente são capazes de repercutir sobre o passado. Em relação a temas como o genocídio e seus componentes como o historicídio e o epistemicídio, resgatar hoje autores e obras soterrados no árido chão da Diáspora é trazer de volta à vida sujeitos

---

<sup>7</sup> Adinkras são, de forma resumida, símbolos ideográficos criados pelos povos Akan, vinculados a valores ou provérbios que acabam por compor uma espécie de “dicionário de valores” (cf.: <http://www.afreaka.com.br/notas/adinkra-um-dicionario-de-valores-na-arte-dos-carimbos/> Acesso em fev/2019)

que ontem mesmo estavam dados como mortos. Um jovem transformou erros que cometeu ontem em oportunidades com o olhar atento que lançou hoje. É lamentável, porém, que essa sabedoria milenar tenha sua circulação severamente restringida por um processo de demonização que perpassa a maior parte dos saberes africanos. Esse movimento condenatório, realizado pelo poder colonial, de caráter religioso e, ou, tradicional, ao que seria parte do conhecimento tradicional africano é o mesmo que, contraditoriamente, aceita e assimila os deuses gregos, incorporando suas histórias como fonte de conhecimento, inclusive em âmbito acadêmico. Essa é mais uma razão pela qual uma abordagem decolonial se faz aqui necessária numa proposta de pesquisa como esta.

Na verdade, a cosmogonia iorubá como um todo é composta de elementos cujo movimento poderia ser caracterizado como dialético, em que pese ser muito anterior à dialética. As próprias noções de orun (correspondente ao mundo espiritual) e aiye (correspondente ao mundo físico) são construídas como uma unidade de opostos em movimento, mediados por complementaridade, conflitos e sínteses, representadas, sobretudo, na figura dos orixás. Além disso, diferentemente do que se convencionou na cultura ocidental, não opera sob a dinâmica da dicotomia entre bem e mal. Na perspectiva iorubá, humanos, animais e demais formas de vida terrena, assim como as próprias divindades são constituídos por características diversas, interpretadas como força ou fraqueza, a depender das mediações e contextos envolvidas, e em franco movimento, transformando-se na espiral multidimensional da história.

São diversos os elementos presentes no patrimônio intelectual milenar africano entesouradas nas profundezas transatlânticas da Diáspora com os quais o conceito de dialética guarda convergência. Busquei apresentá-los nesta seção, mais como um conjunto, do que aprofundá-los, com o propósito de destacar o caráter *blues* da dialética. Aprofundá-los em sua riqueza e complexidade seria tarefa para outras propostas de pesquisa, que inclusive serviram como referencial bibliográfico ao longo desta seção. É importante destacar, ainda, que o processo da Diáspora não se resume a soterramento e submersão de saberes. Estes e outros saberes foram também moqueados, como a luta escondida na dança do jogo do capoeirista, ou a semente escondida na trança de quem traz consigo seu lugar na cabeça. Outros foram também reinventados, como o griô, que emerge como essência, nas maneiras do mestre de cerimônias do rap; ou mesmo como os desfiles e sambas-enredo de escolas de samba, como os de Mangueira, campeã em 2019, e Paraíso do Tuiuti, em 2018, ao abordarem o caráter racial dos conflitos e mazelas brasileiras nas tevês e demais mídias nacionais e internacionais. Para além de serem *estratégias*, *caminhos* inspiradores para esta pesquisa, estes elementos são também *conteúdos* de alta relevância, em que pese

ainda insuficientemente presentes no debate sobre o extermínio de juventude negra. Nesse sentido, o tópico a seguir tem como objetivo dar maior concretude ao que seria uma proposta metodológica que leve em conta estes elementos, como o rap, o cinema e a literatura, e a forma como estes compõem o objeto desta pesquisa.

## **1.2 Uma proposta metodológica jovem e negra para uma pesquisa sobre juventude negra**

*"Esteja à escuta', 'dizia-se na velha África'.  
Tudo fala, tudo é palavra, tudo procura nos comunicar um conhecimento..."  
(HAMPÂTÊ BÂ, 2003, p. 31)*

A escolha de trabalhar com temas, materiais e bibliografias subalternizados e contra hegemônicos tem suas implicações. Uma delas é, às vezes, a necessidade de não somente trilhar o caminho, mas também a de abrir as veredas da trilha a ser caminhada. O velho conselho, resgatado por Pâté Poullou e registrado por Hampâtê Bâ (2003), todavia, é providencial para o desafio a que me propus. O que será que se ouve quando se está à escuta e o assunto é a morte de jovens negros? Esse assunto, que está literalmente sob estampidos e alardes de um fogo cruzado, tem como principais vias de circulação pesquisas estatísticas realizadas por instituições governamentais e organismos internacionais, que, por sua vez, embasam a maioria das reportagens produzidas sobre o assunto. Estas pesquisas costumam ser conduzidas por sujeitos distantes da realidade estudada. O fio condutor das pesquisas geralmente se orienta a partir do problema atrelado ao jovem, e o principal sujeito destinatário das demandas pela transformação desse quadro é o próprio Estado, que direta e indiretamente é responsável por uma parcela expressiva das mortes que se pretende reduzir. É consenso que a produção e análise de dados estatísticos possui importância fundamental para a formulação de políticas e projetos sociais, e também para trazer o assunto à agenda pública, mesmo que sua evidência seja de curta duração, logo após a divulgação de novos dados, por exemplo. Entretanto, este fenômeno também pode ser abordado a partir de outros prismas e aspectos.

A fim de contribuir com os aspectos da potência, da resistência, e da formulação de alternativas produzidas “de baixo”, “de dentro”, pelos próprios jovens e negros, a elaboração deste trabalho também acaba por demandar alternativas teórico-metodológicas para que isso se torne possível.

A intenção de conhecer a força e a autenticidade da contribuição destes sujeitos comunga com a perspectiva apresentada por Florestan Fernandes, quando afirma que

aqueles geralmente tratados como “humildes e incultos, que ‘sofrem a história’, completam os contornos de uma aprendizagem abstrata, e põem-nos diante das melhores aproximações sociológicas da verdade” (1973, p. 9). É daí, portanto, das características e contornos do próprio objeto de pesquisa, que emergem as demandas para a metodologia do trabalho.

Na intenção de encontrar outras possibilidades de compreensão desta realidade multidimensional, optei pelo caminho menos usual, de buscar no universo jovem negro, aqueles que “sofrem” o problema que é conviver com o risco de que se efetive o racismo letal. Optei por compreender que conhecimentos teriam eles para comunicar. Se esses jovens e negros são, de fato, parte de um “tudo” que tem “algo a comunicar”, o desafio que se estabelece, portanto, é saber como “estar à escuta”. Como me apropriar academicamente de um conhecimento que, via de regra, não é acadêmico? E ainda: é possível trazer, para além de um conteúdo, uma *forma* jovem e negra para uma pesquisa acadêmica?

Considerando que o extermínio é mais uma das formas de genocídio, assim como o epistemicídio e o historicídio, alijar esta população, seus saberes e suas trajetórias é alimentar o processo genocida, o que, por sua vez, intensificará sua faceta homicida. Esse fato desperta a atenção para o valor que trajetórias, lugares, linguagens, culturas, símbolos e corporeidades possuem nessa trama complexa que é o conhecimento em sua totalidade. O racismo, inclusive, vem demonstrando uma grande habilidade em valer-se desses mesmos elementos para se manifestar com maior ou menor intensidade em cada contexto. Por isso, a preocupação com o que aqui estou chamando de *forma*, para além dos conteúdos jovens e negros, assume ainda mais importância na produção de uma pesquisa como esta, que se propõe a produzir conhecimento e resultados que fortaleçam o anti-extermínio, e procurei atender a esta questão ao longo de todo este trabalho.

### 1.2.1. Os poderes de um diário

1998 marcou a história da música brasileira, quando os Racionais MC's conseguiram o trunfo de Artista do Ano no Video Music Brasil, o mais importante evento de premiação musical daquele tempo no país<sup>8</sup>. Com cara de ‘poucas ideia’ (mas só a cara mesmo), um bonde de cerca de dez homens negros de capuz, boné e roupas largas subiu ao palco para receber o prêmio e proferir algumas palavras. Enquanto o clipe

---

<sup>8</sup> O momento da premiação pode ser visto em <https://www.youtube.com/watch?v=IbN2a7ixYyo>. Acesso em: 02/04/2019.

premiado *Diário de um detento* era exibido no imenso telão ao fundo, os quatro integrantes trouxeram ao palco do Palácio das *Convenções* do Anhembi, em São Paulo, discursos pouco “convencionais”. Declarações de amor e gratidão a Deus, à periferia, aos detentos de todo o Brasil, e aos que ajudaram no clipe, e além disso mencionaram histórias pouco conhecidas pelo grande público da premiação, como a do início do rap nacional, na estação São Bento, sob constante repressão policial, como lembrou Mano Brown. Após agradecer a Deus pelo dom da palavra e do rap, Edi Rock fez questão de dizer que não estava completamente feliz ali. Estava contente, agradecido, mas infelizmente sua inspiração era a favela, a fome e a droga, coisas que ele gostaria que chegassem ao fim. Contradições, realidades indigestas e releituras da violência de classe e raça. Talvez tenha sido essa a fórmula que fez com que a canção premiada ocupasse o 52º lugar na lista das *100 maiores músicas brasileiras* publicada pela revista Rolling Stone, o clipe ocupasse o 2º lugar na lista de "O Melhor Clipe Brasileiro de Todos os Tempos", pelo jornal Folha de São Paulo, e o álbum *Sobrevivendo no inferno*, que ocupou o 14º lugar entre os *100 maiores discos da música brasileira*<sup>9</sup>, alcançasse a marca de um milhão e meio de cópias vendidas.

Narrar a experiência diária de um detento do Carandiru, no contexto do massacre que vitimou ao menos 111 pessoas, trouxe fôlego para a discussão sobre as condições de humanidade da população carcerária brasileira, justamente por humanizar, no discurso em primeira pessoa, uma realidade geralmente apresentada por jornalistas, políticos e outros sujeitos externos àquela realidade. A narrativa original foi feita por Jocenir Prado, que à época cumpria pena naquele presídio. Segundo o próprio Mano Brown afirma em entrevistas<sup>10</sup>, os dois se conheceram numa ocasião em que Brown atendia a um convite para participar de uma partida de futebol, no dia do aniversário de um detento que era seu conhecido. Apresentados por meio de outros internos, Mano Brown acabou levando consigo o material apresentado por Jocenir. Tempos depois, Brown consegue retomar o contato com Jocenir, para informá-lo que escreveu uma letra a partir do material de Jocenir, e que, por isso seriam coautores na faixa que viria a ser o mais importante sucesso do grupo, responsável por fazê-lo conhecido nos vários extratos sociais de todo o país.

O fato é que toda essa história improvável só se concretizou, graças a um elemento-chave: o diário de Jocenir. Sem estes registros cotidianos, ora descritivos, ora poéticos, a produção audiovisual que se tornou um marco para o rap nacional e até

---

<sup>9</sup> Embora as conquistas sejam conhecidas pelo público, a única fonte disponível que encontrei como referência aos *rankings* citados encontram-se em:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Di%C3%A1rio\\_de\\_um\\_Detento#cite\\_ref-4](https://pt.wikipedia.org/wiki/Di%C3%A1rio_de_um_Detento#cite_ref-4)

e em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Sobrevivendo\\_no\\_Inferno#cite\\_note-4](https://pt.wikipedia.org/wiki/Sobrevivendo_no_Inferno#cite_note-4)

<sup>10</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=v49hOpCIEpQ>

mesmo para o cinema brasileiro talvez não tivesse existido. Embora ainda não tão frequentes no campo da Política Social, diários são instrumentos de grande potencial, pois permitem que tenhamos uma noção de um determinado momento histórico, bem como do movimento que produziu este momento. Isso porque um diário não é elaborado a partir do passado, mas como um registro do presente daquele momento.

Durante os primeiros semestres do curso de doutorado, percebi que o tema do extermínio da juventude negra que me propus a estudar possuía um histórico de pouca atenção por parte do Estado e da própria academia, mas ao mesmo tempo passava por um intenso aumento de interesse. Os editoriais das revistas acadêmicas *Cadernos do CEAS*, nº 238 (CALAZANS, et al., 2016) e *RBCCRIM*, nº 135 (DUARTE, 2017), que são, ao meu ver, as duas mais importantes compilações sobre a temática da violência atrelada à questão racial até então, narram esse momento de transformações em tempo real. Ao perceber essa realidade de baixa produção combinada a uma intensa guinada de publicações nesta temática, concluí que, para acompanhar esta dinâmica do campo sem acabar me dispersando para dar atenção a cada nova produção, notícia, ou decisão governamental relevante no decorrer dos quatro anos de elaboração de minha tese, deveria também produzir um diário. Este diário poderia servir, inclusive, como material para análises empíricas posteriores. Decorridos alguns meses registrando e tecendo comentários sobre eventos que me chamavam a atenção relacionado à juventude e negritude, entendi que a maior contribuição deste diário não seria a de servir como material empírico de análise, mas sim me fazer perceber as mudanças que deveria realizar no meu objeto de pesquisa, em decorrência das transformações que o objeto vinha sofrendo ao longo do tempo.

### **1.2.2. A partir do meu diário de pesquisa**

O exercício de construção do diário me possibilitou perceber processos contraditórios ao longo do tempo em que vinha cursando o doutorado, iniciado em 2015. De um lado, os Mapas da Violência de 2012 e 2014<sup>11</sup>, pela primeira vez davam ênfase à questão dos homicídios contra a população negra, sobretudo entre jovens, e estes dados subsidiaram o fortalecimento de planos governamentais como o Juventude Viva, que era a minha unidade de análise até então. De outro lado, estas mesmas iniciativas governamentais vinham enfrentando desgastes, apresentando fragilidades nos processos de apresentação de resultados e prestação de contas, e depois passando a

---

<sup>11</sup> Cf. *Mapa da violência 2012: a cor dos homicídios no Brasil* (WAISELFISZ, 2012) e *Os jovens do Brasil: mapa da violência 2014*. (Idem, 2014).



ser suspensos, na medida em que o governo que as implementou passou a perder força politicamente. As edições posteriores do Mapa e do Atlas da violência continuavam a corroborar o crescente extermínio da juventude negra, consolidando a tese do caráter racializado dos homicídios no Brasil, não apenas contra jovens, mas também contra mulheres negras, quando comparados a não-negras<sup>12</sup>. Casos emblemáticos como os de Cláudia Silva Ferreira, Amarildo de Souza, o fuzilamento dos cinco jovens em Costa Barros, Rio de Janeiro tomavam com esforço os noticiários, mas, ainda assim, as medidas governamentais para o enfrentamento destes problemas continuavam a se fragilizar com o redimensionamento das pastas e dos orçamentos destinados a elas.

O início do ano de 2016 foi marcado pelo acirramento do processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff. Em maio assume interinamente o então vice-presidente Michel Temer, que viria a ser oficialmente empossado presidente em agosto daquele mesmo ano. Em um clima de tensionamento no âmbito político, econômico e social, as pautas relacionadas sofreram perdas ainda maiores no novo governo. Conseqüentemente, o Plano Juventude Viva teve suas ações severamente reduzidas e não publicizadas ao longo dos últimos anos até então<sup>13</sup>. Em 2017, o plano foi retomado pelo governo Temer, passou por reformulações, e em novembro de 2018, foi lançado como Novo Juventude Viva, sob a gestão do secretário nacional de juventude, Francisco de Assis Filho. Entretanto, em janeiro de 2019, com a mudança de governo no país, toma posse a nova secretária, Jayana da Silva. Ainda em janeiro, a atual secretária afirmou em nota para reportagem produzida pelo jornal Destak que o foco do plano será alterado nesta nova gestão. A juventude negra deixaria de ocupar a centralidade do plano, que agora passa a ser destinado a todos os segmentos de juventude considerados vulneráveis para o novo governo: "vamos abranger, além da juventude negra, o principal atual foco, para também a juventude indígena, ciganos, ribeirinhos, quilombolas, rural, e toda a parcela da população jovem que se mostra mais vulnerável"<sup>14</sup>.

Como ingressei no doutorado em 2015, tendo como elemento central de meu objeto de pesquisa o Plano Juventude Viva, acompanhei o processo de fragilização

---

<sup>12</sup> De acordo com os dados do Mapa da Violência 2015, no período de 2003 a 2013 a taxa de homicídios entre mulheres negras aumentou 54%, ao passo que a mesma taxa entre mulheres não negras caiu 9,8%.

<sup>13</sup> A escassez de informações é uma marca do Plano Juventude Viva e de suas ações. Até mesmo as fontes oficiais são esparsas e, além disso, confusas. É o caso da matéria a seguir, de dezembro de 2018, assinada pelo ex-secretário de juventude, no governo Temer, Assis Filho. Nela, afirma-se que o Plano se encontrava suspenso há quatro anos. Lançado em setembro de 2012, o Plano teria tido, então, apenas dois anos de atividade, o que não é verídico. Cf.:

<http://juventude.gov.br/juventude/noticias/juventude-viva-para-garantir-direitos-e-oportunidades-dos-jovens-neste-pais> Acesso em: 05/02/2019.

<sup>14</sup> Cf.: *Governo tira jovens negros do 'foco' de programa criado para eles*: <https://www.destakjornal.com.br/brasil/politica/detalhe/governo-tira-jovens-negros-do-foco-de-programa-criado-para-eles>. Acesso em: 05/02/2019.

deste Plano em seus mais variados aspectos: perda de incidência do assunto na agenda pública, limitação das ferramentas de monitoramento da execução do Plano, como notícias institucionais e documentação oficial atualizada, e a ausência de apresentação de resultados e prestação de contas consistentes. Este cenário, agravado após a qualificação de meu projeto de pesquisa, me fez compreender que o Estado<sup>15</sup>, em sua atribuição protetiva e preventiva de violações de direito, entre estes o direito à vida, atribuía baixa relevância aos homicídios contra 30 mil jovens por ano no Brasil, e menos relevância ainda ao fato de que destes, 77% são negros. Pude constatar que não se tratava da ausência de subsídios analíticos, críticos ou propositivos em relação ao Plano Juventude Viva, mas, sim, de uma realidade de menor importância política no rol de demandas governamentais, mesmo com a intensificação destes processos a cada ano. Além disso, ganharam relevância e publicidade nesse período os dados sobre a participação do Estado no quadro de homicídios, por meio de suas polícias. Embora ainda notadamente subnotificados, a produção de pesquisas sobre esse assunto veio confirmar a realidade que o movimento negro há décadas já denunciava: o Estado não apenas é indiferente à violência racial que deveria estar a enfrentar, como também a reproduzia ativamente.

Constatar esse duplo movimento e vê-lo ser reafirmado a cada novo episódio de violência policial ou de negligência em relação à epidemia de mortes entre a juventude negra produzia em mim uma frustração que progressivamente me levou a uma necessidade de inflexão em meu processo de pesquisa. Se este processo, por um lado, me distanciava daquilo que pretendia estudar inicialmente, por outro lado o acompanhamento diário me permitiu observar outro processo que acontecia ao mesmo tempo. Testemunhei o disco *Sobrevivendo no inferno* ser cobrado no vestibular da Universidade de Campinas (Unicamp) e se tornar um livro, acompanhei o lançamento do segundo volume de *A guerra não declarada na visão de um favelado*, do rapper Eduardo, Kendrick Lamar ser o primeiro rapper a receber o prêmio Pulitzer em cem anos de existência da premiação, e Kanye West receber o prêmio de doutor *honoris causa* pelo renomado Instituto de Artes de Chicago, entre outros acontecimentos notórios como estes. Em resumo, eu vi saberes jovens negros romperem barreiras históricas e ocuparem espaços importantes do mundo de adultos velhos e brancos. E foi nessa direção que pensei que poderia seguir, me dedicando não mais ao Estado, mas ao que os próprios jovens negros vinham produzindo como possibilidades de interpretação e reação à realidade hostil que vivenciam.

---

<sup>15</sup> Uma discussão de maior fôlego sobre Estado pode ser encontrada no capítulo 3 deste trabalho.

### 1.2.3. Leões contando histórias

*Até que os leões contem as histórias, a história da caçada sempre glorificará o caçador.*

Provérbio africano

À medida que avançava nas leituras sobre a mortalidade de jovens no Brasil e seu caráter racializado, tanto a presença escassa de jovens negros entre as referências teóricas e entre os pesquisadores do assunto, como a prevalência de uma abordagem que se estrutura a partir do sofrimento e da violência eram elementos que me chamavam muita atenção. É importante que a morte sistemática, a ferida mais pungente do genocídio, seja exposta e denunciada<sup>16</sup>. Além disso, a palavra é de fato um importante mediador na tradução da dor de um povo desumanizado, dor geralmente despercebida pelos sentidos embrutecidos da colonialidade. Entretanto, como asseveram os antigos por meio do provérbio em epígrafe, a narrativa da história é dialética e está sempre sujeita ao prisma e aos interesses do sujeito que a enuncia. A própria juventude negra vem tratando, ao seu modo, estes temas e questões. A juventude negra ruga para o mundo ouvir. E é esse rugir que interessa a esta pesquisa.

Considerando que uma das premissas metodológicas desta pesquisa é a da *totalidade* – a premissa de que “tudo fala” – os interesses, o pertencimento e o prisma de quem enuncia a história jamais serão neutros, pois também produzem valores. E é pensando em valores que me refiro à produção de uma pesquisa *jovem e negra*. Quando redirecionei o enfoque analítico para os sujeitos jovens e negros, uma das características que mais me chamou a atenção é recorrência da estratégia de buscar compreender a vida e a realidade social por meio de suas próprias trajetórias e experiências. Ainda que num primeiro momento possa parecer relativista ou personalista, esta forma de produzir saberes é, na realidade, uma das mais importantes formas de registro da história e da discussão sobre os processos sociais, a partir do prisma de quem os experimenta.

É o caso das produções textuais de escravizados que conseguiram a liberdade nos países da Diáspora. Foram as autobiografias destes sujeitos que, muito antes dos primeiros trabalhos historiográficos ou em ciências sociais, as primeiras contranarrativas acerca dos temas afetos à escravidão em uma perspectiva distinta daquela hegemônica elaborada pelo colonizador. Desde relatos sobre as condições de vida e morte dos escravizados e dos tiranos a estratégias de autolibertação, passando por questões

---

<sup>16</sup> Conferir a discussão apresentada por Ana Luiza Flauzina e Felipe Freitas no artigo *Do paradoxal privilégio de ser vítima: terror de Estado e a negação do sofrimento negro no Brasil* (2017).

filosóficas sobre o próprio significado da vida e da liberdade para quem acabou de conquistá-la em meio a uma realidade adversa (ZUBERI, 2016). Produzidas a partir de um prisma da realidade que nenhum outro sujeito poderia alcançar naquele tempo, estas narrativas, diários e autobiografias, além de peças de inestimável valor para o conhecimento, tornaram-se também fonte de inspiração teórica e metodológica para um conjunto de abordagens em pesquisa, como é o caso da *teoria crítica da raça*.

Esta vertente, cuja maior influência pode ser observada nos campos das Ciências Sociais e do Direito (FERREIRA; IGREJA, 2017), busca reinterpretar as relações sociais a partir da chave da raça e do racismo, numa perspectiva evidentemente crítica. Ainda pouco presente nos estudos e pesquisas em Política Social, trata-se de uma perspectiva cuja contribuição pode ser bastante relevante, na medida em que potencializa o processo de análise crítica e autocrítica da consolidação, da história e do contexto atual da política social. Isso porque conduz a atenção aos elementos coloniais e raciais que constituem a identidade do país, as medidas estatais e a sociedade em sua complexidade e conflitos.

A meta-análise realizada por teóricos desta perspectiva apontou, por exemplo, o fato histórico e atual de que as ciências sociais tinham, em grande medida, entre seus sujeitos principais, acadêmicos brancos produzindo conhecimento sobre os “outros” (ZUBERI; BONILLA SILVA, 2008). Afirmam ainda que a integração posterior de pessoas pertencentes a grupos minoritários promovida na academia não havia sido suficiente para romper com a “lógica branca”, pois tendia à uma integração geralmente de baixa criticidade, produzindo o que Zuberi e Bonilla Silva denominam como “acadêmicos brancos com rostos negros” (p. 16).

Numa perspectiva semelhante, embora apresente um jogo de palavras invertido, Frantz Fanon aborda o problema que intitula seu principal trabalho, *Pele negra, máscaras brancas* (2008). Nesta obra seminal, Fanon aborda os dilemas e os problemas do sujeito negro em um mundo organizado pelo branco, no contexto histórico do colonialismo, mas também da colonialidade, um modo de dominação não apenas estrutural, mas profundamente enraizado na subjetividade dos sujeitos subalternizados e também dos que exercem a dominância. Vale destacar que esta obra, que veio a se tornar uma das mais importantes referências para o estudo das relações raciais, da colonialidade e da subjetividade moderna veio a ser apresentada como tese de doutoramento em Psiquiatria pelo autor, sendo, contudo, rejeitada pela comissão examinadora na Universidade de Lyon. Lewis Gordon, um dos principais estudiosos de Fanon, ao prefaciá-la edição brasileira de *Pele negra, máscaras brancas* nos informa que a obra foi rejeitada em razão das exigências da comissão julgadora, que demandaram do autor um trabalho ajustado a uma abordagem positivista no estudo da

psiquiatria (GORDON, 2008). Três anos depois, aos vinte e oito anos, Fanon retoma e publica sua obra, em que, já na Introdução comenta sobre a rejeição de sua tese: “Este livro deveria ter sido escrito há três anos... Mas então as verdades nos queimavam. Hoje elas podem ser ditas sem excitação.” (FANON, 2008, p. 27).

O fato que tanto Zuberi e Bonilla-Silva, quanto Fanon, buscam salientar é o de que, sejam pessoas negras os sujeitos de um problema de pesquisa, ou sejam pessoas negras ocupando a posição de pesquisadores, ainda não será suficiente se a lógica e o método que organizam todo o processo da pesquisa continuarem a ser “brancos”. Aproveitando o provérbio africano em epígrafe, seria algo equivalente a leões usando máscaras de caçadores, ou caçadores com rostos de leão sendo chamados para contar a nova e velha história das caçadas.

No esforço de tornar o referencial desta proposta de pesquisa não apenas cada vez mais negro, como cada vez mais jovem, lanço mão também do videoclipe da faixa *Moonlight*, do rapper Jay-Z, que ilustra de modo artístico e contundente a problemática intelectual aqui discutida a partir de uma situação concreta. O enredo do clipe se dá em um *set* de gravação, onde um elenco composto por atores negros de renome encena um episódio clássico da série *Friends*, numa versão para negros. No intervalo da gravação, Jerrod Carmichael, o ator principal encontra-se com um amigo, Hannibal Buress, um famoso comediante negro que o aguardava e o assistia nos bastidores, a quem ele pergunta: “seja cem por cento honesto comigo, o que você achou?”. Buress, por sua vez, sentencia: “Lixo.” “Não seria mais do que episódios de mais uma das séries americanas em que todo o elenco é branco, porém refeita agora por atores negros”<sup>17</sup>, continua Buress. Carmichael argumenta que, ao receber o convite, lhe pareceu subversiva uma mudança cultural como essa em uma série de tamanha importância. Buress contesta parabenizando pela proposta de subverter uma comédia com atores negros e pergunta quais seriam os próximos passos para o ator, se seria regravar com um elenco negro outras séries de comédia estadunidenses em que todo o elenco é branco e que, quando atores negros aparecem, não vão muito além de figurantes. Após dizer isso, questiona: “quem pediu por isso?”. O diálogo deixa Carmichael atordoado no retorno à gravação, abandonando-a em seguida. No contexto, o clipe é uma crítica direta a um movimento de inserir pessoas negras no lugar de pessoas brancas para realizarem uma demanda ou atividade, mantendo, porém, além da estrutura, todo o conceito, a dinâmica e o enredo. Em outras palavras, mantendo a lógica e o método branco, desta vez operados por pessoas negras.

---

<sup>17</sup> Tradução e adaptação livre feita por mim para o diálogo ocorrido no clipe.

O clipe se chama *Moonlight* como uma referência direta à situação em que o filme de mesmo nome foi o vencedor da categoria de melhor filme do Oscar em 2017, contudo, no momento do anúncio, em razão de um alegado mal entendido com os envelopes em que ficam depositados os nomes de cada ganhador, foi declarado como vencedor o filme *La la land*. Em posições opostas, o primeiro foi um filme que dispôs de baixo orçamento e quase todos os atores eram negros, enquanto o segundo utilizou-se de um orçamento aproximadamente vinte vezes maior, e dos onze atores do elenco principal, dez eram brancos e um era negro. O episódio gerou indignação, pois o incidente acabou ganhando mais visibilidade do que o próprio filme vencedor em si. Partindo desta situação, Jay-Z transforma *La La Land* em mais do que um filme. Trata-o como um conceito, uma metáfora para um “país” (*land*, em inglês) provido, organizado e dominado por brancos, no qual os negros estariam presos, emperrados, no qual perdem até mesmo quando ganham, como canta no refrão desta canção, traduzindo artisticamente aquilo que Fanon, Zuberi e Bonilla-Silva argumentam em seus trabalhos acadêmicos.

Outro sujeito a traduzir a inviabilidade da igualdade racial para o negro na Diáspora, ainda no século XIX, é o poeta Cruz e Sousa. Filho de pai escravizado e mãe alforriada, teve acesso a uma formação educacional incomum para indivíduos em igual situação, em razão da proteção dos antigos “proprietários” de seus pais e aprendeu diversas línguas, como o latim e o francês (ALVES, 2015). O acesso a uma educação diferenciada não foi, contudo, suficiente para eliminar as barreiras impostas pelo racismo de seu tempo, como quando foi indicado ao cargo de promotor público no município de Laguna em Santa Catarina, mas foi impedido de assumir pelo fato de ser negro<sup>18</sup>. Da poesia pioneira de Cruz e Sousa é possível extrair o conceito de *emparedamento*, quando narra o que seria a sina de ver seu próprio reconhecimento como artista em razão de sua origem africana e de tudo aquilo que ela representava naquele momento. Diz o poeta:

“Se caminhares para a direita baterás e esbarrarás ansioso, aflito, numa parede horrendamente incomensurável de Egoísmos e Preconceitos! Se caminhares para a esquerda, outra parede, de Ciências e Críticas, mais alta do que a primeira, te mergulhará profundamente no espanto! (...) E, mais pedras, mais pedras se sobreporão às pedras já acumuladas, mais pedras, mais pedras... Pedras destas odiosas, caricatas e fatigantes Civilizações e Sociedades... Mais pedras, mais pedras! E as estranhas paredes hão de subir, — longas, negras, terríficas! Hão de subir, subir, subir mudas, silenciosas, até às

---

<sup>18</sup> Em 2016, 133 anos depois, Cruz e Sousa foi reconhecido simbolicamente como promotor de justiça pelo Ministério Público de Santa Catarina. Cf.: <https://mpsc.mp.br/noticias/assinado-projeto-de-lei-que-reconhece-cruz-e-sousa-como-promotor-publico>. Acesso em 29/02/2019.

Estrelas, deixando-te para sempre perdidamente alucinado e emparedado dentro do teu Sonho..." (CRUZ E SOUSA, 1889)<sup>19</sup>

Ao longo do poema, Cruz e Sousa explicita as dificuldades enfrentadas por um negro, simplesmente por ser negro, em sua época. O sentimento de emparedamento é, à luz do que o poema permite compreender, justamente um sentimento que decorre da percepção sobre o quanto são antinegras as estruturas, limitando as possibilidades de expansão ou emancipação a este indivíduo negro, que estaria emparedado. Esse relato em formato poético expressa justamente o que as premissas da teoria crítica da raça aqui mencionadas têm a intenção de destacar. Sobretudo num tempo em que a quantidade de negros livres e letrados ainda era baixa, e as teorias falaciosas que afirmavam a inferioridade da “raça” negra, quando comparada à branca vigoravam com status de ciência, formatando lógicas e métodos racistas como, por exemplo, a tradição eugenista e a criminologia etiológica (DUARTE, 2002).

Além de servir como material historiográfico o raro relato de um negro crescido em liberdade, em que pese o pai ainda escravizado, e de trazer um conceito que até hoje se mostra atual para compreender a realidade, a forma poética utilizada no texto produz um efeito importante para enfrentar um dos desdobramentos mais perniciosos do racismo: a insensibilidade ante o sofrimento negro. Os efeitos de diferenciação, hierarquização e até de antagonismo produzidos pelo racismo resultam na produção de um *outro* cuja dor não provoca a mesma empatia e a história não tem a mesma importância que a de um semelhante. Nesse sentido, a poética adquire um papel importante pela capacidade de acessar os aposentos do sensível e do emocional no ser humano, o que a torna um instrumento de força para a ruptura das barreiras erguidas pela dessensibilização que o racismo produz.

Em meados do século seguinte, é possível observar esse mesmo debate no Brasil. A um modo particular do contexto brasileiro, as críticas sobre o poder de capilarização e estruturação epistemológica do racismo vão adquirindo densidade. Ainda nos anos 50, é possível encontrar em *Rebeliões da senzala* alguns dos principais fundamentos das obras que Clóvis Moura viria a publicar, dedicadas justamente ao debate da questão racial, combinado com o debate crítico e propositivo de uma sociologia, uma historiografia e uma dialética capaz de tratar a realidade do povo negro no Brasil como algo mais que uma *cobaia sociológica* (1988, p. 109). O processo epistemológico que reifica o negro ao lugar de problema ou de exótico, para o autor, é uma dinâmica que pode ser operada indistintamente por pesquisadores brancos ou

---

<sup>19</sup> Texto disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/11-textos-dos-autores/694-cruz-e-sousa-o-emparedado>

negros, convergindo com as teses de Fanon e da teoria crítica da raça apresentadas acima. Após estas proposições, Moura amadureceria ainda mais sua teoria, acerca da devida implicação dos brancos brasileiros no problema do racismo e da necessidade de uma conduta capaz de construir uma *práxis* que superasse o academicismo de seu tempo. Seu conjunto de problemas de pesquisa o conduziram à produção de um referencial capaz de reposicionar a grandeza da história e dos feitos desse povo, como o fenômeno dos quilombos, territórios de autonomia negra, em pleno Brasil-Colônia. Dentre estes, elegeu Palmares como uma espécie de arquétipo de projeto societário do povo negro em Diáspora, e denominando-o de República de Palmares (1988, p. 09).

A insatisfação de Clóvis Moura com a sociologia hegemônica de seu tempo, como sendo uma sociologia *sobre* o negro, e não *do* ou *para* o negro, que produzia “indiferença pelos valores humanos em conflito” (1988, p. 11), e reduzia o negro a um “simples objeto de laboratório” (1988, p.11), é também identificável entre outros autores do mesmo período. O diálogo entre estes autores é retomado no capítulo 2 deste trabalho, com o foco no processo histórico de desenvolvimento do debate sobre raça e racismo no Brasil. Neste momento, importa a ênfase nos processos inteligíveis pela dinâmica da Diáspora, que conectam e fazem convergir insatisfações e proposições em relação às ciências sociais e o racismo de que podem ser produto e também vir a produzir.

Os autores a que me refiro são, além de Moura, Guerreiro Ramos, Eduardo de Oliveira e Oliveira, Beatriz Nascimento e Lélia González. Pensadores negros e pensadoras negras que, à medida em que buscavam nas ciências sociais um instrumento para o enfrentamento antirracista, se depararam com o racismo introjetado no próprio instrumento que estavam a utilizar. Diante desta realidade, cada autor à sua maneira, nomeou e descreveu os obstáculos do racismo que encontraram nesse percurso.

Eduardo de Oliveira e Oliveira, por exemplo, ao escrever o texto para conferência *De uma ciência Para e não tanto Sobre o negro*, em 1977, propõe algo bastante semelhante ao que Clóvis Moura viria a propor poucos anos depois quando publica o livro mencionado acima, ambos criticando o mesmo processo que estavam a identificar. Seu trabalho é também inspirado pelo movimento desencadeado com o livro *Death of White Sociology*, organizado por Joyce Ladner em 1973, que afirma a insurgência de uma Sociologia negra em resposta aos limites, contradições do que foi denominado de Sociologia branca. Entre os problemas criticados pela obra, está o processo de produção de conhecimento sob o véu da impessoalidade e da universalidade, mas que, na realidade, não deixava de ser produzido a partir de uma perspectiva particular e impregnada de uma percepção pejorativa acerca da população negra e seu processo



histórico na Diáspora. Como afirma Rafael Trapp (2018), Oliveira em suas produções buscava contribuir para a construção dos fundamentos intelectuais das lutas políticas e acadêmicas negras locais e nacionais, por meio do que seria um projeto epistemológico. Além das críticas à sociologia de seu tempo, apresentou também questões atinentes à figura do intelectual, em especial à do intelectual negro, formulando elementos éticos e políticos que divergiam da concepção positivista hegemônica<sup>20</sup>. Trata-se de proposições convergentes ao que Clóvis Moura também propunha em suas discussões sobre a importância da práxis antirracista para o pesquisador das relações raciais, que muitas vezes oculta a indiferença pela situação social do negro e do racismo no país em uma suposta imparcialidade científica (MOURA, 1988). Fica evidente a preocupação e busca pela superação dos mesmos fenômenos mencionados há pouco, da produção de acadêmicos brancos com rostos negros e de peles negras vestidas de máscaras brancas.

Beatriz Nascimento, com quem Eduardo Oliveira firmou uma parceria de suporte e crítica mútuas no Movimento Negro Unificado (MNU)<sup>21</sup>, dedicou grande parte de sua atenção ao estudo dos quilombos no Brasil e suas origens angolanas. Nascimento (2006) evidenciou em sua pesquisa como os quilombos transcenderam o lugar eminentemente concreto no tempo e espaço, e passaram a significar, ainda em tempos de escravismo, uma referência simbólica de resistência e um conjunto de valores ideológicos capazes de orientar as mais diversas experiências negras na busca por autonomia. A tônica da centralidade negra não apenas nos temas, como também na forma de tratá-los, levou a pesquisadora a defender o que conceituou como *uma história do homem negro*. Em seu texto, publicado originalmente em 1974, republicado posteriormente na obra *Eu sou Atlântica*, de Alex Ratts (2006), a autora traz questionamentos importantes acerca das plataformas epistemológicas, teóricas e metodológicas, por meio das quais é tratada a problemática racial, identificando a incidência do racismo no processo de estruturação do próprio modo de produção do conhecimento. Nascimento adianta questões que ainda hoje são objeto de polêmica, como a da representatividade e sua importância nos processos de construção da história:

As manifestações preconceituosas são tão fortes que, por parte de nossa intelectualidade, dos nossos literatos, dos nossos poetas, da consciência nacional, vamos dizer, somos tratados como se vivêssemos ainda sob o escravismo. A representação que se faz de nós em literatura, por exemplo, é a de criado

---

<sup>20</sup> Este tema é retomado no capítulo 2 deste trabalho.

<sup>21</sup> Sobre a relação entre estes dois intelectuais, cf.: TRAPP, 2018.

doméstico, ou, em relação à mulher, a de concubina do período colonial (p. 94 - 95)

Vale mencionar que, nesta mesma direção, embora por outra linguagem, o rapper Emicida transmite as tensões entre as possibilidades de grandeza e rebaixamento que negros ainda vivenciam, por meio do videoclipe lançado em 2019, *Eminência Parda*. Em uma sociedade que tem como representação monótona para a população negra posições como as que destacou Nascimento, o clipe mostra uma família negra retinta de elevado poder econômico e cultural se dirigindo a um restaurante de custo elevado e serviço de alto padrão para comemorar a conquista de Vitória, a filha mais nova. Ocorre que, apesar de todas as posições que a família de fato havia conquistado e da equivalência do poder aquisitivo, a clientela do restaurante, majoritariamente constituída de pessoas brancas, olhava com incômodo a família de Vitória, reproduzindo em suas mentes cada um dos membros daquela família em um lugar de subalternidade ou mesmo de violência e animalidade, destacando mais esse obstáculo, construído subjetivamente, como resultado da imbricada dinâmica de prejuízos e discriminação produzidas pelo racismo.

Lélia Gonzalez (1984) tratou problemas como estes a partir do conceito de *lugar natural*, concebido por Aristóteles. Esse lugar, que eu diria ser um lugar *naturalizado*, e não de fato natural, se remete àquelas posições que brancos e negros deveriam ocupar, de acordo com a dinâmica colonial, vigente até hoje numa versão atualizada e sofisticada. O tensionamento dessa dinâmica ocorre quando um sujeito pertencente a um grupo racial naturalmente designado a uma realidade de vida em posições de subalternidade ascende a posições de dominância, ou vice-versa. Esse fenômeno entra em conflito com as expectativas e profecias sociais de ocupação racial das posições econômicas e até mesmo dos espaços geográficos, resultando em estranhamento, desconforto e repulsa. É o caso de negros ocupando posições socialmente mais elevadas, evidenciando uma das formas pelas quais a raça estrutura também a produção e a reprodução da dinâmica de classes no Brasil, que é incapaz de ocultar as marcas de sua fundação colonial e escravista.

Beatriz Nascimento retomou estas questões, e aborda a questão racial como produto de uma problemática mais complexa e insidiosa do que costumava encontrar na maioria das obras de seu tempo. A autora questionou os limites da forma corrente de se abordar a questão, geralmente desprovidas de importantes determinações que resultavam na realidade vivenciada pela população negra brasileira. Para Nascimento (2007), a questão racial era tratada, ora de maneira exótica ou como folclore, ora como um tema geral, no qual, por exemplo, a realidade de negros e indígenas era indistinta. Do mesmo modo, observava as análises superficiais recorrentes, em relação às

particularidades decorrentes das diferenças regionais ou de classe com as questões raciais: “Que somos nós, pretos, humanamente? (...) classe social, confundida com todos os outros componentes da classe economicamente rebaixada, como querem muitos?” Sobre outras identidades sociais, também indagava em tom de protesto: “Podemos, ao ser estudados, ser confundidos com os nordestinos pobres? Com os brancos pobres? Com os índios?” (p. 94).

Interessada em outras linguagens de produção de história, resgate de memória e difusão de conhecimento, Nascimento produz também, em parceria com a cientista social e cineasta Raquel Gerber, um filme documentário que se tornou seu trabalho de maior notoriedade. *Ôrí*, lançado em 1989, e relançado em formato digital apenas em 2009, é resultado do trabalho documental realizado por Beatriz Nascimento entre os anos de 1977 e 1988. Assassinada aos 52 anos, quando cursava o mestrado em Comunicação, Nascimento não nos deixou uma dissertação, mas o material documentado e o texto por ela elaborado neste documentário possuem, a meu ver, o valor de uma tese, pois é o que apresenta e sustenta ao longo do trabalho. Dotado de uma argumentação densa, que agrega muitas fontes bibliográficas e audiovisuais, e a proposição de argumentos relevantes até hoje, por meio de uma metodologia inovadora, *Ôrí* é uma das referências epistêmicas do presente trabalho. A autora combina uma série de assuntos e matrizes argumentativas para sustentar sua tese principal, relacionada à consciência negra e seu movimento. Articula a dinâmica do quilombo, o movimento negro, sobretudo entre as décadas de 1970 e 80, a *black music*, a escola de samba, as chamadas religiões de matriz africana, o pensamento negro acadêmico ou literário de seu tempo, além de passagens no próprio continente africano. A partir desta trama argumentativa particular, como destaca Ceíça Ferreira<sup>22</sup>, os elementos reunidos por Nascimento fomentam a restituição da humanidade negada no processo da escravidão<sup>23</sup> e reconstróem as identidades negras, até hoje fragilizadas pela devastação colonial e pelo modelo capitalista de sociabilidade.

O trabalho audiovisual de Beatriz Nascimento é fruto de mais de uma década de observação e registro dos processos do movimento negro brasileiro, o qual acompanhou e ao mesmo tempo compôs, e dos temas e problemáticas que lhe despertavam o interesse, ao mesmo tempo que é atravessado pela *poética* que emerge não apenas da própria autora, mas do modo africano de produzir conhecimento. A autora recorre à dança, à música, a relatos autorais, ao legado das ‘religiões’ negras e a registros singulares datados na história. O resultado desse processo foi um produto autoral, de

---

<sup>22</sup> Disponível em <https://www.geledes.org.br/ori-a-procura-de-uma-imagem/> Acesso em fev/2019.

<sup>23</sup> O debate sobre humanidade é recorrente e ao mesmo tempo tangencial nos trabalhos relacionados à questão racial. Entretanto, por se tratar de um elemento chave para a tese defendida neste trabalho, o assunto será retomado nos capítulos seguintes desta pesquisa.

contribuições inéditas, autênticas, fundamentadas, críticas e afirmativas, e que segue indispensável e atual, mesmo trinta anos depois. É com base em trabalhos como esse que busquei erigir a proposta metodológica que venho apresentando e debatendo ao longo deste capítulo.

Vale ainda destacar que, entre as contribuições trazidas pelo filme, uma delas está presente no próprio título da obra. *Ôrí* é uma palavra iorubá, comumente traduzida por *cabeça*. Entretanto, o significado de *cabeça* no idioma iorubá se remete a uma concepção mais integral ou holística, que não compartimentaliza as demais dimensões relacionadas à cabeça, como a conexão com o mundo imaterial, e, o mais importante no enredo filme, a consciência. Para o trabalho que aqui se desenvolve, pensar cabeças como ôris, é saturar de significado, complexidade e profundidade as cabeças dos jovens negros, que é uma das partes do corpo mais atingidas nos atos de violência letal. Essa noção é o contrário da que o atual governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, apresentou quando disse “A polícia vai fazer o correto: vai mirar na cabecinha e... fogo!”<sup>24</sup>. Embora o contexto fosse a violência nos morros do Rio e a frase fizesse menção a indivíduos que estivessem portando fuzis, a frase do governador representa e reforça uma política inteira já existente de como lidar com a questão da violência. Além disso, emite um juízo de valor sobre a vida que habita as periferias, em sua maioria negras. Esvazia de subjetividade, de importância e pertencimento familiar e social, e esvazia também de possibilidades o trabalho a ser realizado com um jovem de periferia em contextos de criminalidade. Esta combinação é providencial para que o ôrí de qualquer sujeito seja reduzido ao crânio de um inimigo de guerra sob a mira do Estado.

É importante que se diga que “contextos de criminalidade” não se referem apenas ao contexto restrito a uma cena de crime, mas sim a contextos maiores de desigualdades e riscos comuns em determinados territórios. Nestes territórios periféricos, que numa perspectiva diaspórica podemos denominar também como territórios negros, o valor da vida é tão diminuto que é possível um indivíduo ser assassinado por estar portando ilegalmente um fuzil, mas pode ser assassinado por portar um guarda-chuva, uma furadeira, um celular, ou até mesmo um saco de pipocas<sup>25</sup>. Compreender que não são “cabecinhas” e sim ôris, tão complexos quanto

---

<sup>24</sup> Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo-diz-novo-governador-do-rio,70002578109> Acesso em fev/2019. Atualizei esta nota de rodapé em junho, após o mesmo governador dizer, em uma solenidade pública de lançamento de um programa para segurança pública, ao comentar um episódio de troca de tiros entre policiais e criminosos no bairro Cidade de Deus, que gostaria de ter uma “autorização para mandar um míssil naquele local e explodir aquelas pessoas”. Mais uma vez, em que pese o contexto sugerir que a fala seja direcionada apenas aos criminosos, novamente se trata de um cenário proposto em que medidas de alto impacto letal sejam adotadas em territórios negros e pobres, que certamente terão vítimas inocentes sem que isso tenha qualquer valor na tomada de decisão.

<sup>25</sup> A matéria “7 objetos que policiais confundiram com armas de fogo e atiraram” reúne outros casos trágicos, envolvendo objetos como taco de sinuca de um jogador profissional e também ferramenta para troca de

potentes, é, portanto, mais uma das possibilidades que o universo linguístico negro/africano nos permite trazer. Mais uma vez, o legado de Beatriz Nascimento inspira e dá pistas do que seria realizar um trabalho jovem e negro para abordar a temática da juventude negra. Sobre este tema, vale destacar contribuições importantes de outros dois autores a respeito da relevância da língua e da linguagem nos processos de representação e poder. Muniz Sodré, em seu livro *Pensar nagô* (2017) destaca que as línguas não são simples veículos neutros que enunciam ideias. Toda língua é situada historicamente, geograficamente e, desta forma, são impregnadas da sociabilidade que as constituíram. Transmitem, então, não apenas o *saber*, mas também o *lugar* de onde frui tal saber. Reforçam, com isso, a cartografia do saber no mundo. Situam seus lugares originários e seus povos falantes entre aqueles que pensam e compreendem o mundo. E Lélia Gonzalez (1984), por sua vez, ao cunhar a categoria *pretuguês* para fazer menção a todas as possibilidades e contribuições negras e africanas ao universo linguístico brasileiro. Por meio desta chave, é possível pensar como as contribuições africanas e diaspóricas costumam ser, ora despistadas para ocultar sua origem, ora utilizadas para designar elementos pejorativos ou negativos da realidade, e ora tornadas exóticas, o que, conseqüentemente diminui o valor não apenas das palavras, mas também de seus emissores<sup>26</sup>.

Pensar a partir da riqueza patrimonial africana, dos caminhos de *reexistência* como o dos quilombos em plena era colonial - em que negros eram tratados como objetos, com o aval do Estado e da elite intelectual daquele tempo - e além disso trazer sua própria biografia, como mediação entre uma história real e singular de um sujeito e o universo social em que este se insere. Isto foi a obra e o legado de Beatriz Nascimento. Nos termos de Guerreiro Ramos (1955), seria a recusa do *negro tema* e a escolha pelo *negro-vida*. Ramos, que será retomado também no capítulo seguinte deste trabalho, não chega a desenvolver mais a fundo suas próprias definições de negro tema e negro-vida. No entanto, o movimento realizado pelo autor é o mesmo dos demais autores citados: uma crítica às ciências sociais pela *forma* racista de se estudar os objetos e temas acerca da questão racial. As definições apresentadas por Ramos sobre estas duas chaves são pouco desenvolvidas, ao mesmo tempo que propositadamente amplas, de modo que se tornam úteis à reflexão sobre os mais variados temas

---

pneus. Triste é ler a seção de comentários à notícia e ver que a maioria das reações dos leitores valida a morte de inocentes como uma margem de erro em um cenário de guerra. Cf: <https://br.noticias.yahoo.com/objetos-negros-suspeitos-policia-143353676.html>

<sup>26</sup> Esta mesma ideia de pretuguês também possibilita pensar também a personagem narrada por Mano Brown, na música Negro Drama. De posse da expressividade que aprendeu com rap, a personagem passa a se expressar por meio da corporeidade, da ginga, e afirma que aquilo que não é “gíria”, mas um “dialeto”, isto é, signos de linguagem e expressão que não se encontram aleatórios, e sim pertencentes a uma linguagem e um povo. Cf.: (RACIONAIS, 2002).

vinculados à questão racial. Para Guerreiro Ramos, o negro tema “é uma coisa examinada, olhada, vista, ora como ser mumificado, ora como ser curioso ou de qualquer modo como um risco, um traço da realidade nacional que chama a atenção” (p. 171). Em outro giro, o negro-vida é “algo que não se deixa imobilizar; é despistador, protéico, multiforme, do qual na verdade, não se pode dar versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje” (p. 171). Trata-se de duas categorias, por meio das quais é possível interpretar o modo como as pesquisas sociais sobre a questão racial vem sendo realizadas. Duas chaves de interpretação, pelas quais é possível distinguir a qualidade do processo de pesquisa e de produção do conhecimento em circulação.

Com as chaves de negro tema e negro-vida nas mãos, torna-se mais fácil a lida com trabalhos equivocados, ou mesmo mal-intencionados, como é o caso do livro *Histórias (não ou) mal contadas sobre a escravidão* (TRESPACH, 2018), que até pouco tempo atrás ocupava as vitrines de livrarias nos *shoppings* da cidade. O livro é uma triste caricatura do desespero. Busca chamar atenção e capturar leitores com falsas polêmicas, como o de haver escravos em quilombos brasileiros, incluindo o quilombo governado por Zumbi dos Palmares. Estrategicamente desprovido de uma matriz interpretativa dos fenômenos da realidade, tenta também dispersar a centralidade das tensões raciais da era moderna, apresentando outros processos de escravização, como os resultantes de guerras, de ataques piratas ou corsários, regimes servis, e até mesmo o tráfico e exploração de pessoas em condições análogas à escravidão dos tempos atuais.

Nenhum dos processos citados pelo autor se compara à realidade transecular, não resultante de guerras, e validada pela soma de esforços entre os poderes políticos, econômicos, religiosos e científicos da época, que, considerando os países das américas colonizados por Portugal, Inglaterra, Espanha, França e Holanda, ultrapassa o total de 10 milhões de negros escravizados ao longo de 400 anos<sup>27</sup>. O livro se auto apresenta como comprometido com a superação do discurso racializado que perpassa o tema da escravidão, e com a reprovação do fenômeno da escravidão contemporânea, como se fosse um processo ininterrupto e correlacionado, em seus mais diferentes processos ao redor do globo. No entanto, o que a dinâmica argumentativa do livro produz, ao fim e ao cabo, é o reforço à tese da escravidão como uma instituição genérica em si mesma, como contraponto à denúncia do processo colonial moderno racializado como um dos principais problemas civilizatórios dos últimos séculos, ao preço de tentar macular duas das principais heranças negras afro-brasileiras do período colonial, que

---

<sup>27</sup> Além dos bancos de dados *The Transatlantic Slave Trade Database* e *Slave Voyages*, conferir: *África, números do tráfico atlântico* (ALENCASTRO, 2018).

são os quilombos em geral, e Zumbi dos Palmares, certamente visando gerar polêmicas que interessem ao grande público.

Exemplos de outras bibliografias produzidas sob a dinâmica do *negro tema* estão presentes também no âmbito acadêmico. E mesmo em obras consideradas críticas, e que assumem explícito compromisso antirracista, é possível encontrar passagens em que as iniciativas autoproduzidas pelo povo negro para a sua libertação e ressignificação são reprovadas pelo escrutínio de pesquisadores alheios a esse universo. É o caso, por exemplo, de Antônio Guimarães (2002), em seu livro *Classes, raças e democracia*. Em que pese a inegável contribuição da obra ao debate sobre a compreensão da raça como uma categoria sociológica relevante, em diversos momentos o autor se refere às dinâmicas, produções e posturas adotadas pelo movimento negro como alguém que avalia do alto de sua posição de *sujeito que pesquisa*, diante de seus *sujeitos de pesquisa*. É o caso de quando menciona o que chama de *crenças racialistas*, que corresponderiam a “crenças na transmissão biológica de qualidades morais, psicológicas e intelectuais, ao longo da transmissão de caracteres fenotípicos que definem ‘raças’” (p. 51), como uma das formas que o movimento antirracista poderia adotar no Brasil. É evidente que tal crença, que está na raiz de fundamentos adotados pelo nazismo, por exemplo, seria problemática para a população negra, entre outras razões, pelo simples fato de se encontrar em uma posição completamente desfavorável para qualquer espécie de guerra ou competição racial. Guimarães pontua devidamente esta fragilidade, mas em seguida afirma que “boa parte dos negros brasileiros que estão longe da influência acadêmica e perto da influência da cultura de massa (sic), principalmente o movimento *rap* (sic), assume tal posição” (p. 52). Ao chamar o rap de movimento, quando na verdade se trata de um estilo musical vinculado ao hip hop<sup>28</sup>, o autor demonstra seu conhecimento superficial relacionado ao assunto. Autoproduzido pela juventude negra na Diáspora, a cultura, ou movimento, hip hop, não é uma “cultura de massa”, ainda que tenha se difundido amplamente e passado a sofrer diversas tentativas de apropriação comercial. No contexto brasileiro, porém, o rap e o hip hop ainda são predominantemente vinculados a realidades subalternas. E mesmo acessando uma parcela muito pequena dos recursos que circulam na indústria e no mercado cultural, trata-se de um dos principais responsáveis pela difusão do conhecimento sobre as questões de raça e classe nas periferias do Brasil nas últimas décadas. É justamente nas periferias em que se concentram os “negros brasileiros”, de

---

<sup>28</sup> A cultura ou o movimento hip hop abarca, para além do elemento rima ou do cantor em si, outras três figuras ou elementos que trazem consigo um universo particular. São eles o DJ e a produção musical, o dançarino de break, a arte visual do graffiti. Com o tempo, outros elementos foram surgindo ou se agregando a esse universo cultural, entre os quais eu destacaria o escritor ou o intelectual marginal, e a poesia e performance poética marginal.

fato bastante distantes da influência acadêmica, mas não por uma escolha própria, mas sim pelo alcance limitado, e porque não dizer, pelo próprio elitismo da academia brasileira.

Outro exemplo é o de Loïc Wacquant, em seu artigo *O lugar da prisão na nova administração da pobreza* (2008). Além de renomear de forma pejorativa e desrespeitosa as ideias de *complexo industrial-penal* de autores, como por exemplo, Angela Davis, referindo-se a elas como “mito demoníaco do complexo industrial-penal” (p. 16,) tece estranhos comentários à memória de Tupac Amaru Shakur<sup>29</sup> (p. 14). Chama de “desdenhoso” o “estilo de vida” do “apóstolo da *thug life*”, e resume seu “destino trágico” às infrações penais pelas quais o rapper foi acusado e cumpriu pena, e ao seu assassinato em um contexto de conflitos de gangues. Ao ler essa rápida passagem, cujo propósito no texto é incompreensível, nem chega a parecer que o autor está se referindo a um dos maiores nomes de todos os tempos de um dos maiores fenômenos culturais de todos os tempos que é o rap. A forma empobrecida e negativa de retratar o multiartista, que, para além de rap fez teatro, encenando peças de Shakespeare, estudou poesia. Além disso, em seus breves 25 anos de vida, atuou em diversos filmes e séries para televisão e cinema, além de ter motivado a realização de mais de uma dezena de produtos cinematográficos por sua intensa história de vida. Filho de Afeni Shakur e Billy Garland (que Wacquant resume a “pai ausente” no mesmo trecho citado), dois membros ativos do Partido dos Panteras Negras, sobrinho de Assata Shakur e enteado de Mutulu Shakur, dois dos panteras negras mais procurados pelo FBI na década de 1980, Tupac cresce num contexto de hostilidade social e estatal resultante não apenas da pobreza de sua mãe ex-presidiária, mas também pela perseguição ao movimento político do qual seus familiares faziam parte. Tupac é considerado o maior rapper de todos os tempos por diversas agências e revistas renomadas, está entre os cem maiores artistas de todos os tempos escolhidos pela revista Rolling Stone<sup>30</sup>, seu disco *All Eyez on me* foi galardoado com o prêmio diamante, após alcançar a marca de 10 milhões de cópias vendidas, e retratou e fez ecoar sua denúncia sobre a violência e a injustiça social e racial que a juventude de seu tempo vivenciava, mas tudo isso foi

---

<sup>29</sup> Segue o trecho citado na íntegra: “Essa simbiose estrutural e funcional entre gueto e prisão encontra uma expressão cultural surpreendente nas letras musicais e no estilo de vida desdenhoso dos músicos de *gangsta rap*, exemplificado pelo destino trágico do cantor e compositor Tupac Shakur. Nascido na prisão, filho de um pai ausente (sua mãe, Afeni Sahkur, fazia parte dos Panteras Negras), o apóstolo da *thug life*, herói para uma multidão de jovens dos guetos (e legiões de adolescentes brancos dos subúrbios), morreu em 1996, em Las Vegas, crivado de balas em um carro, após cair numa emboscada armada por membros da gangue rival. Antes disso, foi acusado de atirar contra policiais e cumpriu pena de oito meses por agressão sexual”.

<sup>30</sup> Cf: <https://www.rollingstone.com/music/music-lists/100-greatest-artists-147446/tupac-shakur-4-82615/> Acesso em janeiro de 2019.



resumido a “destino trágico” e outras referências negativas, na narrativa do acadêmico francês.

Por estes e outros exemplos, reitera-se o que os teóricos da teoria crítica da raça, da *black sociology*, bem como os intelectuais negros brasileiros aqui citados afirmaram em suas obras em relação à importância de se pensar os sujeitos pesquisadores e o modo pelo qual as ciências sociais se estruturam para pesquisar a temática da questão racial. A voz de sujeitos que elaboram e falam a partir do que vivem, o discurso de quem costumava ser meramente objeto é algo que importa, e o prisma pelo qual são capazes de observar os problemas de pesquisa, como este em questão, é algo de rara singularidade no meio acadêmico.

Ao buscar, por exemplo a voz que emana do rap, é possível encontrar narrativas bastante diferentes das que foram mencionadas há pouco. Dexter, um dos mais importantes nomes do rap nacional, conhecido pelos discos que gravou pelo grupo 509-E, enquanto cumpria sua pena de detenção em regime fechado, tornou célebre a frase já recorrente “o hip hop salvou minha vida”. O rapper, que se autodeclarava exilado em vez de preso, é porta-voz e exemplo vivo do poder transformador de trajetórias de jovens e negros que o hip hop possui. Ainda que estes jovens estejam submetidos a situações extremamente adversas, como as que Dexter e também Rappin Hood, outro renomado músico brasileiro e ex-detento, enfrentaram. Diversas composições biográficas e temáticas se dedicam a relatar este poder transformador que o rap ou o movimento hip hop possui, como por exemplo *o hip hop é foda*, de Rael, e *Prepara as algemas*, do grupo A-286, em parceria com Eduardo, o músico e compositor, ex-membro do grupo Facção Central. Nestas composições, muitas vezes com passagens contundentes, é destacado este potencial transformador do hip hop, ao mesmo tempo em que o estado e a sociedade de classes são duramente criticados, numa postura crítica e engajada, muito diferente da narrativa empobrecida trazida pelos dois referidos sociólogos.

É nesse sentido que se revela a importância de trazer as vozes de outros sujeitos a um debate como o do extermínio da juventude negra e, mais do que isso, possibilitar também que estes sujeitos se expressem a partir de seus próprios recursos, de modo que não tenham seu discurso e argumento prejudicados por um enquadramento rígido à norma do contexto acadêmico. Considerando o contexto da política social, por exemplo, é possível imaginar que resultado teríamos, caso um gestor ou um formulador de políticas que estivesse em busca de melhor se aprofundar nos debates de raça e sistema penal, recorresse a autores proeminentes nestes campos, e chegasse a discursos sobre o rap como os dos textos que aqui foram problematizados. Que conceito, lugar e importância o rap teria, caso esse gestor, informado por estes textos,

estivesse coordenando a formulação de uma política de enfrentamento a homicídios contra jovens no país?

#### 1.2.4. Nossos passos vêm de onde?

Emicida lançou, há pouco tempo, um poema<sup>31</sup> que sintetiza os argumentos e questões apresentadas até aqui sobre negro tema e negro-vida, sobre a ênfase na potência ao invés do problema, e sobre o intuito de se fazer uma pesquisa jovem e negra:

Permita que eu fale. Não as minhas cicatrizes. Elas são coadjuvantes, não, não, melhor, figurantes que nem deviam tá aqui. Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes. Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que sobra de nós? Alvos, passeando por aí. Então permita que eu fale, não as minhas cicatrizes. Se isso é sobre vivência, me resumir a sobrevivência é roubar o pouco de bom que eu vivi. Por fim, permita que eu fale. Não as minhas cicatrizes. Achar que essas mazela me define é o pior dos crime. É dar o troféu pro nosso algoz é fazer nós sumir.

Acredito eu que cicatrizes são, na realidade, marcas de superação. Mas entendo a conotação de “marcas de dor e violência” a que se refere Emicida. Essas feridas, geralmente provocadas por agentes externos, são a oposição àquilo que pulsa no interior do sujeito do texto. A crítica, de um modo geral, se destina a um interlocutor que se situa numa posição adversária e que, assim como o agente da dor, também é externo. As queixas do autor/sujeito do texto se referem ao fato de que a narrativa acerca de sua história e realidade são produzidas a partir da dor e da violência, isto é, expressões de suas cicatrizes, ofuscando suas demais dimensões. Suas cicatrizes, que ocupam a centralidade nessa narrativa hegemônica, deveriam estar resumidas ao lugar de contexto, como na vida de qualquer sujeito humano, que detém um valor em si, e que, como qualquer humano, deveria ter como direito uma vida sem a violência da opressão e da exploração. A narrativa sobre a dor é estridente, emudece a própria voz do sujeito e, conseqüentemente aquilo que ele mesmo poderia afirmar a respeito de si. A fragilização que decorre desse processo de silenciamento e desumanização está no cerne do processo de extermínio que, para operar da forma como opera, precisa convencer a opinião geral da sociedade de que esses sujeitos jovens e negros são a personificação do problema social que pode/deve ser eliminado. O autor também critica a narrativa que encaminha suas demandas reduzidas ao direito à mera sobrevivência, sem pensar a qualidade, a complexidade e a potencialidade que essa vida experimenta

---

<sup>31</sup> Disponível em vídeo em: <https://twitter.com/emicida/status/1122983899007557632>. Acesso em abril de 2019.

e é capaz de apresentar. O sujeito do texto encerra sua mensagem sentenciando que o processo que o define a partir das mazelas é o “pior dos crimes”, e está no cerne da dialética do extermínio: premia o sujeito que extermina, enquanto faz desaparecer, em suas mais variadas dimensões, o sujeito sob ataque no processo.

Saber das trajetórias dos sujeitos de pesquisa é, na perspectiva adotada para esta pesquisa, de fundamental importância para evitar as armadilhas e equívocos narrados por Emicida. É nesse sentido que este tópico busca retomar a discussão sobre sujeitos e trajetórias, não como algo que se resume em si mesmo, mas na dialética entre o singular e o universal, de importância fundamental para a compreensão da realidade em suas muitas dimensões. Rastrear as pegadas dos sujeitos de pesquisa, assim como as dos sujeitos que pesquisam, é navegar pela história, ou melhor, pela *história da história*. É compreender determinantes subjacentes à escolha de problemas de pesquisa, repertório epistemológico e atitudes intelectuais e políticas.

Rastrear estas trilhas é algo capaz de resultar naquilo que sistematizou Jurema Werneck (2010), em seu célebre texto *Nossos passos vêm de longe*. A autora demonstra que a herança legada às mulheres negras, que até hoje é comumente lastreada nas mazelas da escravidão, necessitam ter, na realidade, como lastro geográfico e cronológico, suas origens anteriores à Diáspora. Nesse novo lastro, o que se percebe é que a história das mulheres negras está vinculada a lugares de autoridade e protagonismo político, intelectual e espiritual. Tal resgate reposiciona, inclusive, os marcos dos movimentos de mulheres, geralmente atrelados aos movimentos precursores do movimento feminista, em meados do século XX, encontrando novos referenciais nas figuras milenares das yabás, orixás femininos; e das ialodês, que traduz por “a que fala pelas mulheres” (p. 12).

Inspirado no título e na metodologia do trabalho de Jurema Werneck é que denominei esta seção de *nossos passos vêm de onde?*, buscando retomar a discussão sobre os sujeitos implicados na discussão desta pesquisa, inclusive a mim mesmo. Esse movimento parte da compreensão de que o processo de extermínio da juventude negra, parafraseando Emicida, produz o sumiço dos sujeitos. Ao buscarmos as trajetórias, isto é, os percursos no curso do tempo, os sujeitos em questão passam a reexistir de maneira diversa e complexa, ao contrário do esvaziamento e da planificação que a narrativa hegemônica produz.

Como já apresentado neste capítulo, a recomposição da trajetória do sujeito coletivo, o povo negro, tendo a Diáspora Africana como chave, torna possível resgatar e encontrar o valor epistemológico de conhecimentos milenares soterrados no empreendimento moderno do colonialismo e seus desdobramentos. A Diáspora, como mediador epistemológico, nos permite iluminar tanto o passado longínquo, quanto as

produções intelectuais elaboradas no agora, tornando visíveis os elos e conectores entre estes dois polos. Isso nos permite compreender, tanto o valor da oralidade nos processos do conhecimento, como também identificar que, desde a escravidão, a produção de biografias e trajetórias de vida eram, além de patrimônios da memória de um povo, o ponto de partida para as críticas que estes sujeitos formulavam contra a realidade que vivenciavam à força. Esta mesma estratégia é atualizada por autores como Carolina Maria de Jesus, Carl Hart, Lázaro Ramos e Mychal Smith. Carolina de Jesus, embora ainda indevidamente reconhecida por seu trabalho, é considerada uma das mais importantes escritoras brasileiras do século XX. A partir de seu movimento migratório/diaspórico, deixa a cidade de Sacramento, em Minas Gerais, para o Estado de São Paulo, fixando-se na favela do Canindé (BRASIL, 2014). Em seu trabalho como catadora de materiais recicláveis, passou a juntar os cadernos que encontrava e neles escreveu *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, lançado em 1960. Pela força e autenticidade de sua trajetória de superação e de seu texto, Carolina de Jesus pôde, ainda em vida, ver sua obra superar a marca de mais de um milhão de cópias e ser traduzida para 14 línguas estrangeiras (FERREIRA, 2016). Seu acesso aos canais editoriais se deu por meio do encontro com o jornalista Audálio Dantas, que havia ido à favela em Jesus morava para cobrir a inauguração de um parque infantil. Ao chegar, foi surpreendido pela futura autora, que repreendia aqueles que depredavam o parque, ameaçando-os com o seu poder de colocá-los em seu diário. (Id., Ibid.).

Carl Hart, por sua vez, ainda que seja um renomado doutor em neuropsicologia e professor de uma das mais importantes universidades dos EUA, assim como Lázaro Ramos renomado por sua longa carreira como ator na televisão nacional, e Mychal Smith, que já graduado em um curso universitário, todos eles também recorreram às suas próprias histórias de vida para ilustrar a realidade que discutiam a partir de estatísticas e referências bibliográficas eminentemente acadêmicas. Suas biografias subalternas evocam organicamente outros sujeitos, temas, lugares e dilemas que não são usuais, por se tratar de um caminho analítico realizado de dentro para fora, ao contrário do caminho usualmente percorrido nas pesquisas acadêmicas.

De usuário a traficante, de traficante a pesquisador. Essa é, à grosso modo, a trajetória do professor doutor Carl Hart. Sua trajetória lhe possibilita um prisma raro na academia, e eficaz em despertar a curiosidade dos mais variados públicos, o que fez com que sua obra ultrapassasse o circuito de leitores especializados e se tornasse internacionalmente reconhecida. Assim como a de Lázaro Ramos, nascido na, até então desconhecida, Ilha do Paty, na Baía de Todos os Santos. Ramos jamais imaginaria que sua entrada nos projetos sociais do Bando de Teatro Olodum, ainda quando

adolescente, o levaria a uma premiada carreira de ator. São como negros com violões e canivetes, dando à luz um blues autêntico e uma história improvável para contar.

Já Mychal Smith é um jovem nascido em 1986, um ano mais novo que eu. E aos seus 30 anos, escreveu um livro que alcançou a marca de *best seller* pelo jornal *New York Times*. Seu livro, no geral, trata sobre a educação e a vida dos jovens homens negros nos Estados Unidos e, para isso, o autor lança mão de sua trajetória enquanto tal, além de outras biografias, casos reais, conceitos sociológicos e dados estatísticos. Por sua vinculação orgânica com o assunto, Smith desenvolve seu argumento tendo como eixo principal a sua própria trajetória. Refletindo sobre ela e dela abstraindo temas e questões relevantes para o assunto principal de sua obra, Mychal Smith teve como resultado não apenas o grande alcance ao público geral, mas também é utilizado como bibliografia em matérias de cursos de ciências humanas na universidade.

Inspirado no exemplo de Mychal Smith e em todos os demais exemplos e referências que apresentei ao longo deste capítulo, compreendi que esta também poderia ser uma proposta de grande potencial para a pesquisa de doutorado que vinha realizando. Articular o debate público sobre a mortalidade de jovens negros a partir da minha própria trajetória até aqui. De mais um adolescente “pardinho”, como diria o Mano Brown, numa cidade satélite do Distrito Federal, convivendo com o contexto da violência e da delinquência, presenciando colegas serem apreendidos, presos ou mesmo serem mortos, até chegar ao doutorado em uma universidade pública federal.

Aficionado pelo rap e a cultura hip hop desde a pré-adolescência, pude aprender sobre a sociedade e suas questões pelos discos, inclusive na ausência da matéria de sociologia, que as escolas em que estudei não ofertaram. Lembro-me bem de quando ouvi pela primeira vez a abertura da música *Capítulo 4, versículo 3* dos Racionais, repleta de dados sobre violência e racismo, e o efeito que aquilo produziu em mim. Diria que Primo Preto, personagem que faz a abertura, foi o meu primeiro professor de estatística. Foi com as letras de rap, inclusive, que consegui sustentar minhas primeiras participações nas aulas dos meus primeiros semestres na universidade, ainda que geralmente eu não revelasse a fonte de meus argumentos, que poderia ser considerada rebaixada, se comparada aos textos das disciplinas, que eu ainda tinha dificuldade de compreender. E conheço mais pessoas que também passaram por processos semelhantes.

A minha aproximação ao sistema prisional no estágio; ao socioeducativo, por meio de um grupo de pessoas do hip hop ainda durante a graduação; e principalmente meu ingresso como assistente social no sistema socioeducativo, acompanhando adolescentes e suas famílias ao longo dos últimos anos me fizeram estar envolvido, agora do ponto de vista profissional, com a temática da violência e da juventude. Minha

participação em diversos espaços coletivos diretamente relacionados à questão racial a partir do meu ingresso na universidade contribuiu para que eu percebesse o quanto a temática racial, as bibliografias e até mesmo os sujeitos negros encontravam-se aliçados dos espaços acadêmicos. Nas reuniões do grupo de estudantes negros de que fiz parte, nós cumpríamos o que eu chamava de “crédito negro”, ou seja, conhecíamos autores e debatíamos questões que raramente eram pautadas nas matérias que cursávamos. Esta participação também foi muito importante para que eu compreendesse como a raça estrutura e opera no âmbito dos sistemas de punição, e também sobre o caráter colonial que até hoje estes sistemas possuem.

Como mencionei anteriormente, meu objeto de pesquisa foi sofrendo alterações, à medida em que a realidade social também se transformava. Durante a maior parte desse período, não conseguia compreender muito bem por que estudar as iniciativas do Estado frente ao extermínio da juventude negra já não pareciam mais uma possibilidade para mim. Entretanto, recuperar minha própria história, à luz do potencial e da inspiração dos trabalhos que mencionei, me permitiu compreender um elemento-chave: meu verdadeiro interesse de pesquisa são os sujeitos jovens negros. A minha intenção de pesquisar o Estado e suas iniciativas era uma consequência do interesse que eu tinha; e a minha trajetória, brevemente apresentada aqui, explícita como minha imersão nesse universo, meu contato com os problemas e a potência desses sujeitos, produziu os fundamentos desse interesse.

O prisma pelo qual eu pude observar essa realidade ao longo dos anos me possibilitou encontrar potencialidades, latentes e exercidas, nos mais diversos espaços jovens e negros, nos quais o Estado se fazia ausente, precariamente presente, ou presente apenas com sua dimensão coercitiva. Pude ver nascer o blues diversas vezes, nas iniciativas desprovidas de dinheiro, de apoio e de estrutura, mas repletas de criatividade e paixão.

Pude constatar que a morte de um jovem, em que pese o encerramento de uma vida, é também o desdobramento de outros ciclos violentos. Atinge os familiares do sujeito, sobretudo as suas mães; o núcleo familiar constituído pelo jovem, quando este possui companheira e filhos/as, podendo ocasionar prejuízos, inclusive, na sustentação material da família; e pode ainda desencadear um novo ciclo de ataques violentos motivados a vingar a morte deste jovem. Caso a política social do Estado estivesse de fato interessada nestes sujeitos, deveria contemplar todos estes desdobramentos. Entretanto, a preocupação governamental geralmente acaba em torno das estatísticas de morte. O livro *Não, ele não está* (2018), de Maíra Brito, por exemplo, traz à tona a realidade de sofrimento, mas também de resistência, de mães que perderam seus filhos no contexto da violência homicida. Dos relatos e depoimentos, não é difícil ver emergir

o valor imanente da vida dos jovens assassinados como qualquer vida humana em tese possui. Também constrange ver que o processo do extermínio de cada um daqueles jovens não se inicia na cena do crime.

Seu início se dá nas histórias das vidas violadas de seus pais e avós. O desprezo do Estado e do país por seus pobres, o desprezo pelas vidas negras sujeitas a uma existência de privações e injustiças precede e formata cenários em que jovens morrem de forma banal, estejam eles envolvidos ou não com a prática infracional, como foi noticiado nos últimos meses<sup>32</sup>. Dizer de onde vêm os nossos passos revela também a densidade das histórias que, quando são narradas, transformam a realidade brasileira num sofrimento que deveria ser incontornável. Mas parte da fórmula responsável por manter a apatia diante do absurdo é justamente a desumanização destes sujeitos por meio do apagamento de suas histórias. Este apagamento inclui fazer desaparecer não apenas a dor e a injustiça, mas também a reação inconformada à dor e ao injusto, como é o movimento Mães de Manguinhos, do qual participa Ana Paula, uma das mães entrevistadas por Maíra. Iniciativas como a das Mães de Manguinhos ou a das Mães de Maio, por exemplo, poderiam ser potencializadas pelos recursos de iniciativas estatais para incidir sobre a problemática dos homicídios. Entretanto, manifesto na letalidade das ações policiais, na impunidade para os crimes de homicídio e na falta de iniciativa de garantias de direitos de cultura, lazer e educação de qualidade, o Poder Público ainda é um dos principais adversários para os grupos que se organizam a partir da própria sociedade civil pela preservação da vida e por justiça. Além da tragédia que é o extermínio crescente de jovens homens negros e do sofrimento de suas mães, companheiras e familiares, é importante reiterar que, tanto a morte violenta de mulheres, quanto os casos de feminicídio propriamente ditos, quando desagregados por raça/cor<sup>33</sup> também vem demonstrando que seu crescimento se concentra entre a população negra, situação que demanda igual atenção de pesquisas e iniciativas de enfrentamento.

Luédji Luna é outra jovem negra a abordar esta temática, valendo-se, por sua vez, do recurso da música e da poética para repor a existência destes jovens e de suas mães no lugar do humano e do incontornável para a humanidade. Na música *Cabô* (2017), Luna narra, a partir do prisma de duas mães, a história de dois jovens que, subitamente, não voltam para casa num dia qualquer. A canção é capaz de interpretar a dor, o desespero e o desamparo das mulheres, bem como a trajetória interrompida de ambos os jovens e o impacto que a ausência produz em suas relações. Por meio da

---

<sup>32</sup> Nos últimos meses foram diversos os lamentáveis episódios. Dentre tantos, destaco o do músico Evaldo dos Santos, que teve seu carro fuzilado pelo exército em Guadalupe, e Pedro Gonzaga, asfixiado lentamente e em público em um grande supermercado na Barra da Tijuca, respectivamente um bairro pobre e um bairro nobre do Rio de Janeiro.

<sup>33</sup> Conferir dados já mencionados no item 1.2.2 desta pesquisa.

sensibilidade, a narrativa banalizada dos homicídios no país é devolvida ao lugar do absurdo no imaginário do ouvinte. Esse poder, presente na poética, no testemunho da realidade, no resgate de trajetórias, parece um contraponto fundamental ao processo de reificação produzida pela cotidianidade, bem como para a promoção de políticas e programas sociais capazes de posicionar como tema de importância os homicídios contra jovens na agenda pública e de, efetivamente, incidir para a retração da taxa de homicídios que segue em alta nos últimos anos.

Ainda antes de dar início à minha trajetória acadêmica, já havia adquirido conhecimentos importantes, que mantiveram possível, entre outras coisas, a chance de ingressar em uma universidade pública. Ao longo de minha graduação, tivesse acesso a um outro conjunto de saberes com os quais não era familiarizado, e que tinham por finalidade me preparar para compreender a realidade social, e nela ser capaz de intervir como assistente social. De modo geral, o conhecimento que aprendia ao longo de minha formação acadêmica não dialogava com o conhecimento que adquiria por meio do hip hop e da cultura marginal. Me desenvolvia, portanto, como sujeito de uma *dupla consciência*, em analogia ao conceito que W.E.B Du Bois (1999) desenvolveu, a partir de sua própria trajetória, para traduzir a realidade do sujeito negro em Diáspora nos Estados Unidos. Me sentia como um indivíduo cindido, por conciliar saberes que não dialogavam, a cada vez que percebia um abismo difícil de transpor entre os dois mundos. Ambos os mundos pareciam inviabilizar os saberes um do outro. Mas foi no tempo do trabalho junto aos jovens do sistema socioeducativo que pude perceber o real potencial de síntese entre eles. O cineasta Raoul Peck, não obstante as tensões e contradições que se estabelecem entre o campo marxista e o campo das produções negras, dirigiu, no decorrer dos anos em que estive nesse doutorado, tanto *O jovem Karl Marx*, quanto *Eu não sou seu negro*, elaborado a partir de um manuscrito redigido por James Baldwin por meio do qual Peck percorre momentos chave da vida do escritor. Marx e Baldwin. Juntos pelo olhar e pela trajetória de um cineasta negro. As escolhas de Peck me fizeram acreditar mais na potência de minhas próprias escolhas.

Ainda sobre a importância desta questão, bell hooks (2015), ao abordar a importância das mulheres negras para o movimento de mulheres como um todo, afirma que o prisma da marginalidade e da subalternidade em que se encontram estas mulheres é uma espécie de *ponto de vista especial*<sup>34</sup>. Um ponto de vista que possibilita

---

<sup>34</sup> “Nós, mulheres negras sem qualquer “outro” institucionalizado que possamos discriminar, explorar ou oprimir, muitas vezes temos uma experiência de vida que desafia diretamente a estrutura social sexista, classista e racista vigente, e a ideologia concomitante a ela. Essa experiência pode moldar nossa consciência de tal maneira que nossa visão de mundo seja diferente da de quem tem um grau de privilégio (mesmo que relativo, dentro do sistema existente). É essencial para a continuação da luta femi-



produzir uma crítica igualmente especial à hegemonia racista, classista e sexista, e repleto de criatividade para vislumbrar e formular uma contra-hegemonia a partir da posição que ocupam socialmente. No mesmo sentido, a partir do lugar especial, possibilitado pela trajetória e pelas experiências que aqui mencionei, resultou esta intenção de combinar saberes que, embora fossem indissociáveis na constituição da minha própria intelectualidade no cotidiano, caminhavam separadamente no âmbito da epistemologia.

Sobre o cotidiano e sua riqueza como fonte de compreensão da realidade, Carvalho e Netto destacam que “muitas vezes, buscamos a totalidade fora da vida cotidiana, esquecendo que esta mesma vida contém a totalidade e nela é que se processam muitas das mediações entre o particular e o global, entre o singular e o coletivo” (2012, p. 51). É justamente com essas mediações que a presente pesquisa pretende contribuir. Resgatar trajetórias, nessa perspectiva, é saturar de historicidade a cotidianidade que tende a ser encarada como uma espécie de sucessão de momentos presentes, que encobre a complexidade dos processos da realidade. Trazer a experiência e o ponto de vista de sujeitos subalternizados significa, portanto, reconhecer nos indivíduos sociais que vivenciam uma determinada realidade o caráter, a um só tempo, singular e genérico de ambos. E que, ainda segundo os autores (2012, p.51), é justamente na cotidianidade da vida que estes sujeitos coparticipantes do coletivo, coparticipantes da humanidade encontram-se em potência. Por reconhecer nos violões e canivetes, isto é, nas produções musicais, literárias e cinematográficas dos sujeitos aqui destacados, uma importante possibilidade de exercer tal potência, é que apresento essa proposta como metodologia de pesquisa.

---

nista que as mulheres negras reconheçam o ponto de vista especial que a nossa marginalidade nos dá e façam uso dessa perspectiva para criticar a hegemonia racista, classista e sexista dominante e vislumbrar e criar uma contra-hegemonia.” (hooks, 2015, p. 208)

## **2. Que coisa é ser negra? (Ou: a categoria *raça* em questão)**

O que se pretende dizer quando se utiliza a palavra *raça* aplicada a seres humanos? Este termo, atravessado por uma enorme polissemia ao longo da história, é, muitas vezes, empregado como se seu significado fosse pressuposto e consensual, todavia, o que se percebe na realidade é o contrário. A insuficiência do debate sobre relações raciais é observável nos mais diversos campos de pesquisa em ciências humanas, o que acaba contribuindo para a produção de equívocos teóricos, pois, embora não pareça num primeiro momento, trata-se de um debate contra intuitivo. No âmbito dos estudos em Política Social e Políticas Públicas, por exemplo, a “*raça*”, quando presente, ainda é frequentemente resumida a um marcador destinado a qualificar relações socioeconômicas ou de classe.

Desse modo, é importante para esta pesquisa estabelecer do que se pretende tratar com o uso da palavra *raça*. Esse capítulo se destina, portanto, ao debate desta categoria de significados diversos, que variam segundo o momento histórico, o campo e a perspectiva teórica de quem a pesquisa. Este capítulo tem também como objetivo contribuir para o adensamento deste debate no âmbito das áreas de conhecimento em que esta pesquisa está inserida, a partir da produção de uma reflexão sobre a categoria *raça* numa perspectiva dialética crítica e afro-referenciada.

### **2.1. Um breve histórico do debate sobre *raça***

Do ponto de vista acadêmico, é de amplo consenso que o termo *raça* não possui mais a aplicação biológica que já possuiu no passado, a partir da perspectiva etiológica. Todavia, considerando que o fenômeno da racialidade ainda é realidade nas relações sociais contemporâneas, *raça* ainda é o termo que representa de forma mais fidedigna os processos racistas de produção de distinção e hierarquia entre seres humanos. Diversos autores, a partir de diversas perspectivas teóricas, procuraram definir o que seriam categorias como *raça* e racismo, a fim de potencializar a capacidade de explicação da realidade social em sua complexidade. É importante, para introduzir este debate, apresentar alguns dos principais autores e conceitos sobre o tema para, então, buscar oferecer proposições a este debate a partir da perspectiva teórica adotada neste trabalho.

Como mencionado há pouco, a ideia de *raça* aplicada às diferenças humanas surgiu na literatura científica/acadêmica ainda na chamada Era das Luzes, e serviu para justificar cientificamente a escravização de africanos e indígenas para o projeto colonial,

num contexto em que a narrativa espiritual da Igreja Católica e sua vinculação formal com o Estado perdia força. Uma vez que o argumento genérico de que negros e indígenas eram seres destituídos de alma não satisfazia a sociedade que buscava se fundamentar cada vez mais na razão e menos na fé, os cientistas da época buscaram nas diferenças biológicas, sociais e culturais o argumento para a afirmação das distinções raciais entre seres humanos. É comum encontrar referências contemporâneas que classificam os esforços deste período como *pseudociência*<sup>35</sup>, alegando que o compromisso destes estudos com a ordem social escravista da época fez com que estes estudos tivessem por objetivo principal oferecer embasamento à escravidão como prática razoável e justificável cientificamente. Conhecendo, todavia, os processos da ciência, que não é neutra e independente, mas sim constantemente apropriada para a reprodução do poder e da dominação, não vejo necessidade do prefixo *pseudo*, pois considero que o chamado *racismo científico* nada mais é do que um dos capítulos da história das ciências biomédicas, jurídicas e sociais, e que precisa ser considerado e estudado e criticado como tal.

A aplicação da teoria darwinista às relações sociais praticada por Herbert Spencer e outros durante o século XIX e a proposta de darwinismo social criada a partir da aplicação imediata da dinâmica biológica à dinâmica social foi, à época, um dos pilares de sustentação da tese de que o que havia entre brancos e não-brancos era uma distância evolutiva, sendo esta diferença uma das justificativas para a utilização do trabalho escravizado, a exemplo da aceitação moral do uso de animais para o trabalho. Outros teóricos se debruçaram a evidenciar a existência de diferenças evolutivas entre os povos europeus, africanos e do “novo” continente americano. A partir das teses acerca das diferenças raciais e evolutivas elaboradas durante o século XIX, decorreu-se a perspectiva prática e política denominada como eugenia. Trata-se de uma proposta de intervenção no processo reprodutivo, com vistas ao melhoramento racial do que seria a espécie humana. Essa perspectiva biológica de evolucionismo aplicada de maneira imediata às relações sociais humanas foi o que fundamentou também trabalhos como os de Césare Lombroso. Médico inclinado às áreas de psiquiatria e higienismo e medicina legal, dedicou-se a tentar construir uma teoria e um método capaz de identificar e intervir sobre o *homem delinquente*. Suas formulações encontraram ressonância em terras brasileiras, tendo destaque o trabalho de outro médico,

---

<sup>35</sup> Este artigo do Conselho Regional de Medicina – CREMESP, por exemplo, classifica como pseudociência médica a chamada *craniologia*. A meu ver, toda a história contada ao longo do artigo ocorreu dentro da história das ciências médicas, e não em paralelo a ela. Incluir todo o conhecimento racista produzido sob o nome de ciência no tempo em que foi produzido, não pode ser excluído do percurso do que hoje é também chamado de ciência. Ao contrário, deve ser lembrado, reforçado ou criticado, como parte integrante do processo que resulto na ciência de que se dispõe hoje.

Cf.: <https://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Revista&id=556> acesso em dez/2018.

Raimundo Nina Rodrigues (GÓES, 2016). O trabalho destes dois autores possuem importantes desdobramentos cujo impacto afeta diretamente as questões relacionadas à violência, criminalidade e racialidade, que impactam diretamente na construção racializada da seletividade penal e da seletividade homicida de que trata essa pesquisa. Por ora, no entanto, o que interessa, é situar de que maneira estes dois cientistas, assim como outros como Francis Galton, Arthur de Gobineau, Renato Kehl e até mesmo Monteiro Lobato, membro ativo da sociedade eugênica de São Paulo contribuíram para a construção da noção de raça que vigorou oficialmente durante todo este período.

No contexto brasileiro o pensamento racial baseado em premissas biomédicas foi fundamental para determinar não apenas as dinâmicas da escravidão, mas também como seria a transição para o modelo capitalista (SANTOS, 2002). No período que antecedeu a independência do Brasil, classes e raças eram uma síntese, de modo que a classe dominante eram os portugueses e seus descendentes já nascidos nas terras da colônia, e os trabalhadores, africanos e indígenas escravizados. À medida que o capitalismo e o modelo de trabalho “livre” assalariado ganhava força na Inglaterra, o trabalho escravizado passava a ser cada vez mais questionado em terras brasileiras. As constantes rebeliões das senzalas, a pressão inglesa para a adesão ao novo modelo e a influência do pensamento liberal eram forças convergentes para a abolição da escravidão (MOURA, 1959). Entretanto, a ideologia antinegra fundamentada nesta perspectiva racial biomédica e essencialista foi fundamental para que nesse moroso processo de transição, a população negra fosse paulatinamente substituída por imigrantes europeus e asiáticos. Foi decisiva também para que o processo de abolição da escravidão ocorresse sem qualquer medida reparatória subsidiária para a subsistência da população negra desprezada. (Id., Ibid.). Sequestro, escravização, abandono, eugenia e extermínio. Estes eram os componentes tecnológicos do racismo, que tinha na ideia de raça o seu sustentáculo teórico e filosófico, e que atuou, então, como componente estruturante do novo modelo de sociedade da modernidade. O capitalismo.

Com o tempo, o argumento de que as diferenças humanas constituíam diferenças raciais perdia força no âmbito das ciências biológicas. (GUIMARÃES, 1999). No entanto, a utilidade desta diferença para a reprodução do poder e da dominação existentes na sociedade fez com que a ideia de raça subsistisse e que, para isso, se sofisticasse. Nesse processo, as ideias raciais migram do campo biológico-ontológico para o social-epistemológico. É a partir deste processo que a racialidade que permeia as relações humanas tende a migrar sua ênfase das ciências biomédicas para as ciências sociais. No âmbito das ciências sociais, o processo de reconhecimento e

compreensão da racialidade é algo que não está suficientemente consolidado até hoje<sup>36</sup>, embora sejam maioria as perspectivas que compreendem que *raça* é a categoria capaz de informar sobre a incidência do racismo nas suas mais variadas dimensões.

Justamente por se tratar de um trabalho ainda não consolidado, é comum encontrar equívocos primários acerca da categoria *raça* e sua aplicação pelas ciências sociais ou humanas. Ainda mais comum é encontrar trabalhos que utilizam esta complexa e polissêmica categoria sem informar ao leitor do que se pretende dizer quando recorrem a ela. A ausência desse embasamento prejudica o campo, à medida em que abre margem para que o interlocutor realize as mais diversas interpretações possíveis, sobretudo em razão do *letramento racial* precário ainda hoje. O conceito de *letramento racial* (*racial literacy*), desenvolvido por France Winddance Twine e Amy Steinbugler (2006), e abordado também no trabalho de Lia Shucman (2012), é referente à maneira de um indivíduo perceber as tensões raciais da estrutura social. Esta percepção inclui os seguintes aspectos: o reconhecimento do valor simbólico e material da branquitude; o reconhecimento do racismo como um problema social atual em vez de apenas um legado histórico; a compreensão de que as identidades raciais são aprendidas e são resultado de práticas sociais; a posse de uma gramática e um vocabulário racial que facilita discussão de *raça*, racismo e antirracismo; a capacidade de traduzir e interpretar os códigos e práticas racializados presentes na sociedade; e uma análise das formas em que o racismo é mediado por desigualdades de classe, hierarquias de gênero e heteronormatividade.

Os elementos deste conceito elaborado por Twine servem aqui como um importante parâmetro acerca dos requisitos necessários para o debate geral sobre relações raciais. Contribuir para o alcance destes requisitos é um dos objetivos desta seção/desse capítulo, considerando que o campo da Política Social e do Serviço Social no Brasil ainda carece de um adensamento em relação a esta temática, a notar pelo baixo número de doutores e pesquisas nestes campos especializados do debate.

## **2.2. A categoria *raça* e seu emprego nas ciências sociais**

Ainda que a ideia de diferenças raciais estivesse perdendo sua validade ontológica, grosso modo, sua aplicação à realidade biológica humana, isto não significou

---

<sup>36</sup> Por razões diversas e em momentos históricos distintos, o pensamento racial passou por transformações das mais variadas, geralmente reivindicando seu uso, mas também defendendo seu abandono, ou melhor, sua superação. Paul Gilroy, por exemplo, em seus livros *Contra raça (Against race)* (2000) e *Entre campos* (2007), revê a forma como ele mesmo e o campo lidam com esta categoria, sugerindo que as vantagens de sua utilização não são capazes de superar o conjunto de desvantagens, inclusive estruturais, que a localização do outro ou de si mesmo a partir de uma de ideia *raça* produz de maneira inerentes. Este assunto será retomado com maior profundidade posteriormente neste trabalho.

que a raça estivesse perdendo sua força como componente mediador das relações sociais. É nesse contexto que o debate racial passa a ser apreendido numa perspectiva *epistemológica*, predominantemente a partir de trabalhos realizados no âmbito das ciências sociais<sup>37</sup>. Argumento que, justamente por se tratar de uma dinâmica epistemológica desprovida de base material, ou seja, de uma ideia que não corresponde à realidade, a racialidade é algo extremamente oscilante, e sua dinâmica pode variar de acordo com cada contexto geográfico, histórico e cultural. Kabengele Munanga (2004) denomina esta característica como também como *etno-semântico, político-ideológico*. Estados Unidos e Brasil, por exemplo, possuem dinâmicas raciais significativamente diferentes, embora ambos sejam países da Diáspora e partilhem diversas características relacionadas a essa realidade comum. Até mesmo dentro do Brasil, o modo como a racialidade opera no Sul do país pode ser bastante distinto do que ocorre na região Nordeste, embora compartilhem similitudes do que seria essa racialidade “à brasileira”. Nesse sentido, apresentarei aqui o pensamento de alguns dos principais autores brasileiros no tocante à questão racial nas últimas décadas, a fim de situar historicamente esse debate, e a partir dele, reelaborar a categoria *raça* como ferramenta de compreensão da realidade em análise neste trabalho.

O histórico referente ao debate teórico da questão racial no Brasil é, até hoje, em certa medida, organizado de maneira frágil e esparsa. Em um dos trabalhos de maior referência dedicados a esta análise do campo, acerca de como o debate histórico e epistemológico sobre a questão racial se estruturou no país, Antônio Sérgio Guimarães afirma que as raças foram, “no período que vai dos anos 1930 aos anos 1970, abolidas do discurso erudito e popular” (p. 51). Ao abordar o conceito de “democracia racial” e seus impactos para a não discussão dos problemas brasileiros a partir de uma perspectiva racial, Guimarães afirma que “tal ideologia reinou, sem grande contestação, grosso modo, dos 1930 aos 1970” (p. 55). Embora, comparativamente, este período tenha sido, de fato, marcado por uma menor intensidade neste campo, vindo a ganhar um novo fôlego a partir de então, esta afirmação acaba por encobrir e elipsar do cenário bibliográfico autores de inestimável importância para a intelectualidade negra brasileira e para o pensamento da questão racial no país, entre estes, Clóvis Moura, Guerreiro Ramos, Oracy Nogueira, além de trabalhos de Florestan Fernandes e outros que encontraram o auge de sua produção em décadas posteriores<sup>38</sup>. Após esse período, o

---

<sup>37</sup> É importante registrar que estão incluídas aí também as produções de cunho efetivamente político, realizado pelo movimento negro e antirracista. Mesmo que muitas vezes fossem trabalhos realizados fora do ambiente acadêmico, o que importa nesse contexto é o fato de que o debate racial passa a ser realizado nesse novo contexto - a partir das relações sociais, e não mais como dado biológico.

<sup>38</sup> No livro *Pensadores negros, pensadoras negras*, de Ana Flávia e Sidney Chaloub (2016), outros autores negros de contribuições interessantes, porém até hoje subaproveitadas, são retomados e discutidos. Embora não apresente um debate conceitual sobre a categoria *raça* propriamente dita, é importante

debate sobre a questão racial no Brasil adquire um novo fôlego no âmbito acadêmico. Entre os diversos autores e autoras cujos trabalhos abordaram a temática, destaco Caio Hasenbalg, Abdias do Nascimento, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Antônio Sérgio Guimarães, Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes, por trazerem em seus trabalhos alguma preocupação específica em abordar a temática a partir do debate sobre a categoria *raça* em si mesma, e aquilo que ele deveria ser capaz de traduzir<sup>39</sup>. Nas páginas seguintes, procuro recuperar o debate em torno desta categoria, a partir dos trabalhos dos autores mencionados e, em seguida, passo a exercitar a construção própria de uma interpretação própria para tal categoria, com o intuito de servir de ferramenta teórica para o presente trabalho e para o campo na contemporaneidade.

### 2.2.1. O debate racial no Brasil entre 1930 e 1970

O debate sobre a questão racial no Brasil caminhou por décadas de maneira oscilante e muitas vezes marginalizada. Hegemonizado pela perspectiva de Gilberto Freyre de paraíso racial e relações harmoniosas entre brancos e negros, colonizador e escravizado, a concepção sobre a escravidão e suas sequelas adquiriu uma formatação que até hoje subsiste no imaginário social. Narrativas como esta serviram de substrato para afirmações como a de Jair Messias Bolsonaro, à época deputado e candidato à presidência da república, que, durante um programa de entrevista em rede nacional, afirmou que “o português nem pisava na África, eram os próprios negros que entregavam os escravos”<sup>40</sup>.

Como contraponto à tese de índole passiva e acomodada em pleno sofrimento da escravidão, a obra *Rebeliões da senzala*, de autoria de Clóvis Moura (1959), operou como um divisor de águas, tanto em relação às iniciativas de resistência à condição de escravos, como também fortaleceu a perspectiva que contrariava a narrativa a respeito de *quem* é o sujeito escravizado, como alguém dotado de referências societárias

---

destacar esse trabalho de visibilidade à história e ao pensamento de figuras importantes, muitas vezes desconhecidas. Além disso, conceitos como o de *emparedamento*, do poeta Cruz e Sousa, bem como o de *cidadania mutilada*, de Milton Santos, e o paralelo entre racialidade a animalização, no poema de Luís Gama que ali figuram são de grande utilidade para a discussão da presente pesquisa e serão utilizados posteriormente na presente pesquisa.

<sup>39</sup> Após este capítulo já ter sido concluído, em 2018, Silvio Almeida publicou o livro *O que é racismo estrutural*, republicado posteriormente, como apenas *Racismo estrutural*, por uma nova editora. Posteriormente, entretanto, incluiu o pensamento deste autor, ao discutir uma proposta teórica para a categoria *raça*.

<sup>40</sup> Fonte: “Portugueses nem pisaram na África, diz Bolsonaro sobre escravidão”. Reportagem disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/portugueses-nem-pisaram-na-africa-diz-bolsonaro.shtml> (acesso em dez/2018).

anteriores, capaz de não se sujeitar à realidade de opressão, e de se organizar para produzir alternativas a ela.

Vale, porém, destacar o árduo percurso para a publicação desta obra, que viria a se tornar uma das principais referências sobre a história das relações raciais no Brasil. (MAESTRI, 2013; OLIVEIRA, 2009). Iniciada em 1948 e concluída em 1952, Moura procurou na editora Brasiliense uma possibilidade de publicação de sua obra. Caio Prado Júnior, editor e militante do Partido Comunista do Brasil (PCB), do qual Moura também fazia parte, respondeu à leitura dos manuscritos por carta, em que justificava a recusa ao pedido por uma questão “comercial e financeira”. Estaria ainda a editora comprometida com o lançamento das edições de Monteiro Lobato, de quem era sócio na editora. O livro foi publicado apenas em 1959, pelas Edições Zumbi, uma editora de pequeno porte fundada com o propósito de viabilizar obras não publicadas pela Editora Vitória, do PCB. O atraso de sete anos para a publicação de *Rebeliões da senzala* é também um atraso simbólico, e está associado aos prejuízos cumulativos que os sujeitos negros precisam enfrentar<sup>41</sup>.

Clóvis Moura foi também quem, ao inconformar-se com o modo e a forma pelas quais a sociologia brasileira era desenvolvida, empenhou-se em formular o que seria a *sociologia do negro brasileiro*. Esta ideia deu nome ao livro que lançou em 1988, que, na verdade, compilava um conjunto de trabalhos de sua autoria. Na introdução deste livro, Moura lança as bases do que viria a ser posteriormente o conceito de *racismo estrutural*, afirmando que o “racismo não é epifenomênico, mas tem causas econômicas, sociais, históricas e ideológicas” (1988, p. 10), deslocando o foco da discriminação imediata e da luta contra esta.

Embora seja até hoje marginalizado na academia e demais espaços intelectuais, foi o trabalho de Clóvis Moura o que permitiu a correção do entendimento acerca da dialética das instituições escravistas. *Rebeliões da senzala* é responsável por desfazer a ideia de que casa-grande e senzala eram como dois elementos que se combinavam dialeticamente, dois lados distintos de uma mesma moeda, como na dialética do senhor-escravo<sup>42</sup>. Entretanto, a senzala nada mais é do que um desdobramento de sua instituição matricial, que é a própria casa-grande. É o quilombo, na realidade, a

---

<sup>41</sup> Além do caso de Moura, outras obras que se tornaram célebres também apresentaram um histórico de rejeição em um primeiro momento. É o caso de *Pele negra, máscaras brancas*, tese de doutorado rejeitada de Frantz Fanon; e de *Genocídio do negro brasileiro*, de Abdias Nascimento, que originalmente era uma comunicação encomendada para uma mesa de destaque no Colóquio do histórico Festival Mundial de Artes e Culturas Negras – FESTAC de 1977, mas foi rejeitado por razões que oficialmente nunca vieram à tona. No entanto, o diretor responsável pelo Colóquio, o professor Pio Zirimu, afirmou em carta, cujos trechos estão publicados no livro, que o material de Abdias havia sido “rejeitado pelo *establishment*” (NASCIMENTO, 1978, P. 25).

<sup>42</sup> Clássico exercício filosófico de Hegel presente em *Fenomenologia do espírito* (1992)



instituição que verdadeiramente se constitui como antítese à escravidão instituída, tendo no ímpeto de liberdade dos negros, seu elemento fundacional.

A categoria *práxis negra*, discutida por Fábio Oliveira (2009) e também Ana Procópio (2017), nos possibilita melhor compreender o movimento intelectual de Moura. É por meio desta categoria que se faz perceptível o movimento do autor, não somente em direção aos conteúdos relacionados à temática racial a que se dedicou. É possível observar também suas inquietações em relação às próprias *perguntas* que orientavam as pesquisas naquele tempo, bem como em relação ao *modo* pelo qual tais questões eram estruturadas no ambiente intelectual de seu tempo. É, deste modo, que Moura trará à evidência temas como a agência do sujeito negro, o estudo sociológico e historiográfico acerca de instituições de resistência ao racismo e ao colonialismo como o Quilombo dos Palmares e demais quilombos, e os valores e contribuições que estes podem oferecer para se pensar e intervir na realidade do Brasil de seu tempo.

Alberto Guerreiro Ramos também produziu importantes contribuições durante esse período. Entre os trabalhos publicados pelo autor na década de 1950, como *Introdução crítica à sociologia brasileira*, de 1957 e *A redução sociológica*, de 1958, encontra-se também o clássico artigo *Patologia social do “branco” brasileiro*<sup>43</sup>. Este trabalho se destaca por seu caráter pioneiro a tratar a questão racial a partir da problematização do branco brasileiro. Além disso, é nesse mesmo trabalho que Guerreiro Ramos apresenta duas categorias que se tornaram referência em diversas metodologias de pesquisa sobre a temática racial. Trata-se das categorias *negro vida* e *negro tema*. Ramos apresenta ambas as categorias nas primeiras linhas de seu texto. Por sua riqueza categorial, atualidade e relevância para esta pesquisa, é interessante que sejam reproduzidas na íntegra.

Há o tema do negro e há a vida do negro. Como tema, o negro tem sido, entre nós, objeto de escarpelação perpetrada por literatos e pelos chamados <<antropólogos>> e <<sociólogos>>. Como vida ou realidade efetiva, o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe tem permitido as condições particulares da sociedade brasileira. Mas uma coisa é negro tema; outra coisa é negro-vida. O negro tema é uma coisa examinada, olhada, vista, ora como ser mumificado, ora como ser curioso ou de qualquer modo como um risco, um traço da realidade nacional que chama a atenção. O negro-vida é, entretanto, algo que não se deixa imobilizar; é despistador, protético, multiforme, do qual na verdade, não se pode dar versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje. (RAMOS, 1955, p. 171)

Ao distinguir negro-tema e negro-vida, Guerreiro Ramos faz uma análise não apenas da questão racial, mas também a respeito do modo como o próprio campo se

---

<sup>43</sup> Artigo publicado em 1955, tendo sua segunda publicação no livro *Introdução crítica à sociologia brasileira*, de 1957. Para mais sobre a historiografia de Guerreiro Ramos, ver Barbosa (2006).

comporta ao discutir essa questão. Cinquenta anos se passaram e o negro ainda é reduzido a problema em diversas pesquisas sobre a questão racial no Brasil. Além de ter suas potências desconsideradas/preteridas, o negro ainda hoje pouco figura no universo a produção de conhecimento acadêmico, sendo que a presença de docentes negros nas universidades chega ao percentual residual de apenas dois por cento do total<sup>44</sup>.

Neste mesmo artigo, Ramos desenvolve sua tese precursora sobre branquitude no Brasil. Dedicava sua atenção ao sujeito oculto da *relação* racial, o “branco”, cuja menção entre aspas inverte o processo de realce do lugar de *outro* a um sujeito raramente racializado, acostumado ao lugar de sujeito, e raramente situado como *tema*. Além disso, em um tempo em que o conceito biomédico de hierarquias raciais ainda era defendido explicitamente, Ramos põe em xeque a outra face da racialização: o branco brasileiro é também uma ficção. Passando por temas como auto estima, negação patológica da realidade miscigenada para manutenção de um status de superioridade, e também como raça e classe não necessariamente coincidem, a obra de Ramos é, sem dúvida, um marco para o estudo das relações raciais, a partir de uma perspectiva, até então, ausente nesse campo. Ao trazer o branco para o lugar não usual de problema de pesquisa, o trabalho de Guerreiro Ramos é de importância histórica fundamental para a perspectiva dialética das relações raciais no Brasil.

Outra obra deste período a ser aqui destacada é o trabalho de Oracy Nogueira, a respeito do *preconceito racial de marca* e de *origem*. Dos três autores mencionados, Oracy é o único branco, e também aquele que teve o trabalho de maior visibilidade e circulação. A diferença apresentada pelo autor a respeito da dinâmica do racismo no Brasil e nos Estados Unidos foi e ainda é considerada de grande utilidade para compreender as particularidades do preconceito racial no Brasil, que, sobretudo no contexto da época, ainda era pouco compreendida, abrindo margem para a afirmação recorrente de que o preconceito se deve a outras razões como origem geográfica, classe social, religião, porém dissociadas da ideia de racismo. Acerca da perspectiva de Nogueira, apesar de sua importância didática até hoje atual para o entendimento das relações raciais no Brasil, é importante ressaltar uma crítica central. A partir da perspectiva da Diáspora negra, que resgata a sequência histórica de sequestro, escravização e extermínio do sujeito negro como elemento central para a compreensão

---

<sup>44</sup> Conferir: Pioneira em cotas raciais, UnB tem menos de 2% de professores negros (2018. reportagem). <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/01/pioneira-em-cotas-raciais-unb-tem-menos-de-2-de-professores-negros.html>, e: Segundo o censo de 2015, Universidade de São Paulo tem apenas 1,83% de docentes negros ativos (2017. Reportagem) <https://paineira.usp.br/aun/index.php/2017/03/23/perfil-racial-dos-docentes-da-usp-analisa-baixo-indice-de-professores-negros/>.

do momento presente, o que se observa é que a distinção entre preconceito racial a partir de marcas ou de origem só existe na aparência. Isto é, embora de fato existam diferenças no modo como o preconceito, melhor dizendo, o racismo, opera no Brasil e nos Estados Unidos, trata-se sempre de um racismo que se remete à origem. Além disso, trabalhos como, *Racismo sem racistas*, de Bonilla-Silva ([2003] 2017) evidenciam como, desde o fim das leis Jim Crow<sup>45</sup>, é possível observar o mesmo processo de sofisticação do racismo nos Estados Unidos, de modo semelhante ao que já ocorria desde antes em países da América Latina, como Brasil.

### 2.2.2. A categoria *raça* na contemporaneidade

A partir dos anos 1970, o debate racial ganha um novo fôlego, produzindo teses e perspectivas teóricas que até hoje possuem grande incidência no debate contemporâneo. A conceituação do que seria a *raça* numa perspectiva sociológica aparece como preocupação de diversos autores, uma vez que naquele mesmo século o debate racial ainda girava em torno de uma perspectiva de superioridades x inferioridades biológicas. À medida em que tal tese perdia força, o debate sobre *raça* era também negado e geralmente subsumido ao debate sobre classes. Buscando preencher o vazio epistemológico dessa nova realidade, um conjunto de pesquisadores dedicou-se não apenas a questões associadas ao racismo, como também a explicar teoricamente o que seria, então, a racialidade, compreendida a partir dessa nova perspectiva. Nesta seção, serão analisados os conceitos propostos por acadêmicos como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Eduardo de Oliveira e Oliveira, e, mais recentemente, Kabengele Munanga, Antônio Sérgio Guimarães e Nilma Lino Gomes, que se encontram entre as referências mais utilizadas para conceituação desta categoria na contemporaneidade.

Embora tenha contribuído para o fortalecimento da sustentação teórica da categoria *raça* a partir de uma perspectiva sociológica, a narrativa construída pelos autores de maior destaque da década de 1960 até o final do século XX parecem carregar uma mesma característica: a abordagem do tema do racismo como um elemento intermediário para a compreensão de temas maiores, sobretudo as questões relacionadas aos modos de produção econômica, podendo enquadrar-se na descrição da perspectiva negro-tema apontada por Guerreiro Ramos. Enquanto o indivíduo branco é pouco explorado como responsável por suas ações, o indivíduo negro era aquele que

---

<sup>45</sup> As *Jim Crow laws* foram leis locais e estaduais, promulgadas nos Estados Unidos, sobretudo nos estados do Sul, durante os anos de 1876 e 1965. Trata-se de um conjunto de leis que institucionalizaram a segregação racial contra negros e outros grupos étnicos naquele país.

necessitava ser compreendido a partir dos lugares que ocupou. O de força motriz do modo escravista e o lugar de desprezo a partir da transição para o modelo capitalista, que foi acompanhado do fim do tráfico de negros escravizados, e de sua substituição pela imigração europeia. (SANTOS, 1997)

Fernando Henrique Cardoso, autor de *Capitalismo e escravidão: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, foi um dos autores que compuseram o que ficou conhecida como Escola Paulista de Sociologia. Embora publicado a primeira vez em 1962, o referido trabalho veio somar-se de fato aos debates ocorridos na década de 1970. Para situar o modo como o debate racial atravessa seu raciocínio, Cardoso apresenta a raça e o racismo como sendo algo que “transparece nitidamente na qualidade de representação social que toma arbitrariamente a cor ou outros atributos raciais distinguíveis, reais ou imaginários, como fonte para a seleção de qualidade estereotipável” (CARDOSO, 1977, p. 250). Para o autor, portanto, a ideia de *representação social* é o que atribui à cor e outros marcadores de um determinado sujeito o peso do estereótipo e da distinção racial.

Outro importante autor desse período é o sociológico Florestan Fernandes. Em sua obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, publicada como tese pela primeira vez em 1964, Fernandes busca compreender de que forma o indivíduo negro, que partia do pior lugar social após a era escravocrata, se integraria ao novo modelo social, a sociedade de classes, que passava a vigorar. Entre os vários aspectos e hipóteses de compreensão da realidade testados pelo autor, é reforçada a ideia de que a dinâmica de classes sociais no novo modelo capitalista era altamente influenciada pelas questões raciais presentes naquela sociedade, fruto do processo histórico e também da própria dinâmica racista, que geralmente classificava como *preconceito de cor*, sendo também determinante para a exclusão dos indivíduos negros (1978). Embora reconheça a importância da raça nas dinâmicas de reprodução da exclusão do negro no novo modelo econômico e social, e afirme a necessidade que conjugar classe e raça na construção de uma nova possibilidade social, Florestan não apresenta uma discussão conceitual densa a respeito desta categoria. O autor demonstra reconhecer os efeitos do preconceito de cor, restringindo, dessa forma, a uma relação basicamente marcada pela cor, como um obstáculo ao alcance do indivíduo negro à posição de ser reconhecido como “gente” (1978). As dificuldades que o racismo trazia aos indivíduos negros, de acordo com Fernandes, não se dirimiam quando estes ascendiam socialmente a posições de classes médias ou nível universitário. Pelo contrário, elas se acumulavam de novas maneiras. Nesse sentido, embora não apresente uma noção conceitualmente detalhada sobre a raça, a complementariedade, e não subordinação, entre raça e classe na formulação de alternativas à ordem vigente, e a questão

envolvendo o que é ser “gente”, são três pilares que aqui se destacam na formulação de Florestan Fernandes a respeito desta questão.

Outro sociólogo brasileiro a pensar a categoria raça nesse período foi Octávio Ianni. No período em que trabalhou como professor da USP, os temas de Ianni estiveram sempre voltados à compreensão das diferenças e desigualdades sociais, tendo a raça como um dos componentes desse quadro no Brasil. Tendo sua carreira interrompida durante o período da ditadura, a partir do Ato Institucional AI-5 (UERJ, 2018), Ianni passou a colaborar com universidades nos Estados Unidos e na Inglaterra, até que retornou ao Brasil em 1977, encerrando sua carreira na Universidade de Campinas.

Octávio Ianni produziu trabalhos que debatiam a questão racial desde 1960, como a obra *Cor e mobilidade social em Florianópolis*, em colaboração com Fernando Henrique Cardoso, e em 1962, o livro *As Metamorfoses do escravo*, e em 1972, publica *Raças e Classes Sociais no Brasil*. Em 1978, lança a obra *Escravidão e racismo*, na qual argumenta que:

As diferenças raciais, socialmente reelaboradas, engendradas, ou codificadas, são continuamente recriadas e reproduzidas, preservando, alterando, reduzindo ou, mesmo, acentuando as características físicas, fenotípicas, psicológicas ou culturais que distinguiram o branco e o negro. As distinções e diferenças biológicas, nacionais, culturais, lingüísticas, religiosas ou outras são continuamente recriadas e reproduzidas nas relações entre pessoas, as famílias, os grupos e as classes sociais. Nas várias esferas das relações da organização social, nas relações de trabalho, na prática religiosa, nas relações entre sexos, na família, na produção artística, no lazer e em outras situações, as raças são seguidamente recriadas e reproduzidas como socialmente distintas e desiguais. (1988, p. 72)

Para Ianni, a compreensão das relações sociais da forma como se estabeleceram no Brasil atravessa a compreensão das diferenças raciais, bem como a transição entre os sistemas econômicos vivenciados no Brasil, o escravismo e o trabalho assalariado capitalista. De acordo com o pensamento do autor, a raça é este fenômeno estruturado, situado na dinâmica das relações sociais, cujo sentido é compreendido historicamente. Nesse sentido, compreende o ser negro e também o ser branco como construções sociais, que serviram como justificção da dominação e exploração, sobretudo da população negra, pelos colonizadores, sendo que, embora se trate de uma diferenciação social, este processo teria como fundamento as teorias biológicas (1988, p. 72).

É também durante a década de 1970 que um intelectual de raras menções no âmbito dos trabalhos de maior circulação sobre a temática da questão racial apresenta

a sua contribuição. Seu nome é Eduardo de Oliveira e Oliveira. Conheci este autor durante uma apresentação realizada pelo professor Ivair Augusto dos Santos, na qual eram destacados nomes importantes para a compreensão do pensamento negro brasileiro. Entre eles estava o de Eduardo de Oliveira e Oliveira, que me chamou a atenção pela frase que estava em destaque. Dizia que: "O intelectual negro é uma espécie a parte. Nos ombros dele recai uma outra tarefa, a de descolonizar sua mente de maneira que possa guiar outros intelectuais e estudantes na procura de liberdade" (OLIVEIRA, 1977b, p. 26). Esta reflexão acerca da dupla tarefa de um intelectual negro se comunicou comigo de maneira especial naquele período e, na busca de sua fonte bibliográfica, me deparei com o trabalho do pesquisador Rafael Trapp, que estava a concluir sua tese de doutorado sobre a biografia de Oliveira. Por meio de Trapp, tive acesso a um material de rara circulação, apesar de se tratar de algo de grande valor intelectual e histórico para o campo dos estudos sobre relações raciais e para o pensamento negro contemporâneo. Nesse acervo de trabalhos de Oliveira, são apresentadas críticas de natureza semelhante às que os demais intelectuais negros aqui citados, Clóvis Moura e Guerreiro Ramos, também trouxeram, que poderia ser aqui chamada de *apelo a uma práxis antirracista*, o que inclui também o chamado racismo epistêmico<sup>46</sup>.

O esforço de Guerreiro Ramos em denunciar e propor alternativas à forma objetificada de tratamento às questões relacionadas ao negro e ao racismo, e sua proposição de novas posturas diante da questão racial, bem como o esforço de Clóvis Moura em apresentar o protagonismo negro negligenciado pela sociologia brasileira, e em apresentar a ideia de práxis negra, têm, de maneira geral, como cerne as mesmas preocupações de Eduardo Oliveira, ao escrever "De uma ciência Para e não tanto Sobre o negro" (1977a). Em acordo com a tese sustentada por Trapp (2018), o projeto epistemológico de Eduardo Oliveira possuía dois lados principais: uma discussão acerca do lugar epistêmico do negro como sujeito do conhecimento, e um diálogo crítico com a Escola Sociológica Paulista, sobretudo com Florestan Fernandes, de quem foi aluno<sup>47</sup>. Embora não tenha sido possível localizar em sua obra um momento dedicado

---

<sup>46</sup> Também se aplica a ideia de *epistemicídio*, sistematizada para o contexto brasileiro por Sueli Carneiro (2005).

<sup>47</sup> Florestan Fernandes, que em 1964 apresentava sua tese de livre-docência que veio ser publicada na obra *A integração do negro na sociedade de classes*, foi, naquele mesmo ano, paraninfo da turma em que Eduardo Oliveira estava a se formar como um dos primeiros negros do curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. Em seu texto, *Etnia e compromisso intelectual*, numa crítica ampla ao modo geral como era produzida e ensinada a Sociologia em seu tempo, Oliveira faz claras menções a aspectos da obra de Florestan, embora de acordo com os argumentos centrais de sua obra. Isto se deve à conotação de responsabilização da própria população negra pela situação da qual era vítima, como se acometida por uma patologia social. Tal crítica é possível de ser apreendida até mesmo pela leitura de subtítulos de um dos capítulos da obra, mencionados indiretamente por Oliveira, tais como: *Pauperização e anomia social*; *O déficit negro*; *Os diferentes níveis da desorganização social*; *Efeitos sociopáticos da desorganização*

ao tratamento da categoria raça, sua elaboração a partir de uma epistemologia e uma práxis negra fornecem importantes contribuições acerca da capilaridade da raça e do racismo, a ponto de atravessar os próprios que procuram compreendê-lo.

Enquanto este era o cenário do debate sobre relações raciais no Brasil durante os anos 1970, o antropólogo Kabengele Munanga enfrentava dificuldades de concluir sua tese de doutorado no Congo, seu país de origem, devido aos conflitos políticos decorrentes da colonização (JAIME; LIMA, 2013). Munanga, que passou, então a residir no Brasil, concluiu seu doutorado na Universidade de São Paulo (USP) em 1977, retornou ao Congo e, no ano de 1980, voltou ao Brasil, onde reside até hoje, e onde construiu uma trajetória acadêmica respeitável.

De acordo com seu próprio currículo de acesso público, Kabengele Munanga é autor de mais de 150 trabalhos acadêmicos, entre livros, capítulos de livros e artigos. Alguns destes trabalhos se destacam pelo debate eminentemente teórico e categorial no campo das relações raciais. Suas primeiras publicações no Brasil datam do final dos anos 1970, e algumas delas já apresentam as categorias raça/cor e racismo como elementos centrais, como no artigo *Preconceitos de cor: diversas formas, um mesmo objetivo*, publicado na Revista de Antropologia da USP, em 1978. Um de seus títulos mais conhecidos, *Negritude – usos e sentidos*, reeditado recentemente, teve sua primeira edição como livro em 1986. Contemporaneamente, possui trabalhos como o livro *Para entender o negro no Brasil de hoje* (2004), em parceria com a professora Nilma Lino Gomes, que até 2002 foi sua orientanda de doutorado, e após esse período foi ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, além de ter se destacado como a primeira mulher negra a ocupar o posto de reitora de uma universidade pública federal. Nilma é também autora do artigo “*Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil*”, publicado em 2005, que, por seu caráter didático tem sido utilizado como material introdutório ao conceito de raça, identidade e de outras categorias importantes neste debate, inclusive frequentemente apoiada nas reflexões de Kabengele Munanga.

Munanga, em seu trabalho intitulado *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia* (2004), apresenta uma síntese de como compreende cada uma destas categorias, incluindo a categoria raça, a que mais nos interessa no momento. Nesse trabalho, o autor faz questão de evidenciar o quanto a raça foi algo historicamente construído. Para isso, o autor evidencia as origens desse termo, tanto na Zoologia quanto na Botânica, citando o exemplo de como Carl Lineu, ainda no século

---

*social*. Esta questão encontra-se melhor aprofundada e melhor contextualizada na obra de Rafael Trapp (2018).

XVIII, utilizava a raça para classificar as diferentes plantas que pesquisava. Após ter sido abonada para este propósito, Munanga mostra a capacidade de transformação dos sentidos e usos de tal categoria até chegar ao século XIX, em que, como já apresentado no início deste capítulo, a raça aplicada a seres humanos deixa de ser algo aplicado oficialmente a seres humanos, em seu embasamento biológico, mas continua sendo um importante mediador das relações humanas, e, por esta razão, passa então a ser utilizado pelos cientistas sociais. Nesse sentido, o autor afirma que:

Estes, embora concordem com as conclusões da atual Biologia Humana sobre a inexistência científica da raça e a inoperacionalidade do próprio conceito, eles justificam o uso do conceito como realidade social e política, considerando a raça como uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e de exclusão. (MUNANGA, 2003, p. 6)

Esta compreensão é, talvez a mais importante para se compreender o porquê de se falar em raça ainda hoje. A ideia de que a “realidade” social e política, pode existir apesar da inexistência da realidade biológica é aquilo que deverá orientar o processo de compreensão deste aspecto das relações humanas. A partir da tese de que a realidade racial é social e política e não biológica, Munanga apresenta outra perspectiva importante para este campo: não é a raça que produz o racista. O racismo é uma *crença*, de modo que “o racista [é quem] cria a raça no sentido sociológico” (Id., p. 8).

Kabengele Munanga também enfatiza a relação imbricada entre *raça* e *racismo*, atentando também para o fato de que esses dois *conceitos*, embora pareçam intuitivos, são frequentemente ignorados em sua complexidade, o que induz a muitos equívocos e conflitos quanto ao assunto. Para o autor:

(...) o racismo enquanto conceito e realidade já foi objeto de diversas leituras e interpretações. Já recebeu várias definições que nem sempre dizem a mesma coisa, nem sempre têm um denominador comum. Quando utilizamos esse conceito em nosso cotidiano, não lhe atribuímos mesmos conteúdo e significado, daí a falta do consenso até na busca de soluções contra o racismo. (Id., p. 7)

Além dos aspectos teóricos mais gerais, Munanga também adentra em desdobramentos de suma importância para o debate racial no Brasil. Questões que até hoje suscitam debate, como o uso da categoria raça ou etnia para descrever a realidade brasileira; a presença negra na história e na sociedade brasileira para além da perspectiva do *problema*, como recorrentemente é tratada na literatura especializada; a *negritude*, como derivativo da ideia de raça, atribuindo, porém sentidos potentes e organizativos, para além das acepções de inferiorização e diferenciação que a racialidade produz; além do debate sobre *mestiçagem*, ou miscigenação, que é uma das particularidades brasileiras que historicamente conferiu complexidade a essa realidade racial. Estas são importantes questões que se impõem a partir do debate central sobre



a questão racial, muitas vezes negligenciadas, acabam resultando em um fundamento repleto de lacunas e fragilidades para análise da realidade.

Dentre os autores mencionados até aqui, Antônio Sérgio Guimarães é, ao que tudo indica, a referência teórica mais utilizada no âmbito acadêmico contemporaneamente, no que diz respeito ao uso sociológico da categoria raça. Suas obras principais, *Racismo e anti-racismo no Brasil*, e *Classes, raças e democracia*, se dedicam em grande medida a fundamentar a validade sociológica da categoria racismo e, conseqüentemente, da categoria “raça”, que o autor sugere que seja referida entre aspas.

Guimarães identifica o que chama de duas armadilhas sociológicas ao se pensar o Brasil contemporâneo. A primeira delas diz respeito justamente ao conhecido conflito *classe x raça*, e a segunda diz respeito à recusa em se utilizar o termo raça, orientado pelo fato de que as raças não existem em sua acepção biológica, desconsiderando o fato de que as discriminações em questão sejam orientadas por “crenças raciais” (199, p. 153). Em relação a esta segunda situação, o autor responde a críticas de pares como Yvonne Maggie, Peter Fry e outros, que, norteados pela ideia de que não há raças e de que não seria possível afirmar quem seriam os beneficiários das políticas de ação afirmativa no Brasil, uma vez que consideram impossível identificar quem é negro ou não com o mínimo de precisão, nem sequer para a formulação de políticas públicas de enfrentamento ao racismo. Esta polêmica é, talvez, o principal exemplo empírico acerca das divergências contemporâneas no debate teórico sobre raça no Brasil e seus desdobramentos no campo das políticas públicas<sup>48</sup>.

Para abordar a questão da “raça”, Guimarães também parte da análise dos processos históricos, do abandono da ideia de diferentes raças humanas por parte do campo Biomédico e, ao mesmo tempo, a persistência dos processos de discriminação e poder por uma via não necessariamente ligada à classe, mas sim à crença na ideia de raça:

[raças são] construtos sociais, formas de identidade baseadas numa idéia biológica errônea, mas eficaz, socialmente, para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios. Se as raças não existem num sentido estritamente realista de ciência, ou seja, se não são um fato do mundo físico, são contudo, plenamente existentes no mundo social, produtos de formas de classificar e de identificar que orientam as ações dos seres humanos (GUIMARÃES, 1999, p. 153).

Neste conceito, Antônio Guimarães sintetiza parte de seu entendimento sobre a ideia de “raça” e seus desdobramentos. Primeiramente, o autor afirma que “raças” são

---

<sup>48</sup> Entre outras referências sobre essa polêmica, cf.: MUNANGA, 2006. CAMPOS (2012) também informa sobre os dois principais posicionamentos desse debate.

*construtos sociais*, formas de identidade baseadas numa ideia biológica falaciosa, mas que, do ponto de vista das relações sociais, continuam sendo eficazes para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios. Em relação à *identidade*, vale destacar que esta, num primeiro momento, é uma identidade atribuída, isto é, as raças foram criadas num primeiro momento, não como mecanismo de autoclassificação, mas de classificação do *outro*. Porém, assim como diversos outros teóricos, Guimarães argumenta que é por meio desta mesma categoria que a reação antirracista se organizará, sendo a “raça” a categoria analítica capaz de identificar as dinâmicas destes processos de preconceito e discriminação, que são, especialmente no Brasil, muitas vezes velados, e muitas vezes mal compreendidos por serem tratados exclusivamente pelo prisma da classe social. Além disso, afirma não se tratar de um “sentido estritamente realista de ciência”, embora “plenamente existentes no mundo social” (1999, p. 153), na mesma direção apresentada posteriormente por Kabengele Munanga. Seriam estas as noções *realista* (cuja ênfase seria, sobretudo, biológica) e *nominalista* (ênfase nos elementos sociológicos) a respeito da ideia de raça, cuja distinção é importante para se fazer entender as transformações e transições acerca desta categoria.

Foi por meio destes autores que o conceito ou a categoria raça foi discutida no Brasil, desde que essa transição do âmbito biomédico para o âmbito da sociologia aconteceu, sobretudo na academia. Entre as várias convergências, distinções e divergências, tal debate até hoje apresenta fragilidade, e ainda não alcançou a popularidade necessária para fazer frente ao quadro de baixo letramento racial que temos. A questão é que, justamente por não se tratar de uma realidade material ou biológica, não pode ser tratado como algo pressuposto ou subentendido nos trabalhos que abordam o assunto. A partir de contribuições presentes ao longo deste histórico aqui apresentado, e partir também de outros referenciais teórico-metodológicos, busquei elaborar a seguir, uma designação para a categoria raça a ser aplicada nesta pesquisa.

### **2.3. Elaborando uma interpretação para a categoria raça**

Antes de falar da raça em si, é importante delimitar algo sobre a distinção entre *categoria* e *conceito*. Estas palavras, que são utilizadas geralmente de maneira indistinta e desprovida de critério, expressam significados diferentes. A meu ver, ter essa diferença em mente é importante para situar o debate em torno da raça, tendo em vista

a pluralidade de perspectivas que o cerca. Para isto, utilizo-me da dialética crítica marxista, além dos saberes negros já mencionados neste trabalho.

Nesse sentido, é válido o esforço de refletir a partir da máxima de que é importante “não esquecer que as categorias exprimem portanto formas de existência, condições de existência determinadas, muitas vezes simples aspectos particulares desta sociedade determinada” (MARX, 1983, p. 224). De forma didática, então, o termo *categoria* neste trabalho está relacionado aos marcadores capazes de exprimir formas de existência e aspectos particulares de uma determinada realidade. E o termo *conceito*, por sua vez, diz respeito ao sentido e ao valor empregado a algo ou a uma categoria. Nesse sentido, a palavra *raça* é aqui entendida como uma categoria, por exprimir uma determinada forma da realidade, e que possui diferentes conceitos, isto é, diferentes interpretações sobre esta categoria e sobre a realidade que esta exprime.

Numa primeira aproximação, a discussão da ideia de *raça*, considerando os aspectos materialistas da realidade teria como ênfase os aspectos biológicos da diferença humana. Uma vez que as pesquisas realizadas no campo da genética e da biologia em geral apontam que a ideia de diferenças raciais não é passível de aplicação entre seres humanos, uma das possíveis reações seria negar a validade da categoria *raça*, considerando a sua ausência de base material que a sustente. Negar a existência de raças nesse contexto seria ainda uma postura antirracista e comprometida com o enfrentamento às ideologias que se utilizam da falácia da existência de raças para promover atos de violência e subjugação de indivíduos e povos. Demarcar este tipo de posicionamento seria, então, algo de fundamental importância<sup>49</sup>.

Entretanto, ainda que pareça às vezes uma questão superada, o fato é que ideologias de supremacia racial sempre voltam à tona nos mais diversos momentos históricos e nos mais diferentes países. Isto demonstra o quanto a problemática envolvendo a questão racial é ainda mais complexa do que aparenta, exigindo, dessa forma, respostas a outros aspectos igualmente importantes.

O materialismo de fundamentação marxiana, diferentemente da perspectiva materialista que o precedeu, se destaca e se caracteriza pela compreensão ampliada que a dialética lhe proporcionou. Isso implica que, embora a busca pela compreensão da realidade social tenha a materialidade como ponto de partida, o materialismo dialético compreende a realidade concreta como uma síntese que envolve outras determinações, como as relações sociais e as construções, conflitos, e elementos superestruturais que delas decorrem. Desse modo, ainda que não possua fundamento material *stricto sensu*,

---

<sup>49</sup> Antônio Guimarães, para diferenciar o uso crítico do uso racista, utiliza a palavra entre aspas. Aqui, todavia, considerando que ambas as compreensões se referem a uma categoria que não refletem a realidade, não será mencionada entre aspas, e sim, referenciada em relação a que conceito ele representa.

a diferença racial permanece capaz de operar, por meio de seu aspecto epistemológico e supostamente reflexivo, como ideologia<sup>50</sup>. Em outras palavras, embora não possua validade como fato biológico, a ideia da existência de diferenças raciais continua a ser reproduzida socialmente como crença e como elemento mediador das relações sociais, servindo como ferramenta de reprodução de violência e poder.

A racialidade aplicada a seres humanos não possui fundamento material, quando considerados os critérios utilizados na Biologia para caracterizar a existência de raças, incluindo a compatibilidade genética da humanidade como um todo. No entanto, a aparente distinção sugerida pelas diferenças de fenótipo é apropriada e distorcida como significativa de diferença racial, na realidade das relações sociais. As distorções destas diferenças são a base falaciosa, a partir da qual as ideologias buscam se construir, estando, em geral, historicamente atreladas à produção de poder e hierarquias. Outros processos de poder nas relações entre povos, como o etnocentrismo e, mais especificamente o eurocentrismo, foram determinantes para valorar como inferiores os povos *outros*, como os povos africanos e indígenas, abrindo, desse modo, caminho para as investidas de dominação, escravização e extermínio. Somente em meados do século XX, com este campo de estudos se desenvolvendo, é que a racialidade passou a ser reconhecida de maneira mais ampla como componente das relações sociais, não apenas como subproduto das classes sociais, mas como dinâmica que exerce seu próprio poder de determinar a realidade social.

A distinção racial, assim como a de gênero, serve como potencializador das disparidades sociais e manutenção de privilégios e do poder. Além destes elementos materiais e econômicos de desigualdade, entretanto, a subsistência desta ferramenta ideológica de extrema relevância para os processos históricos de dominação racista só é possível de ser perpetuada contra um grupo majoritário, como no caso brasileiro, por conta de um elemento de fundamental importância: a falta de *consciência* a respeito destes processos. E esta relação contraditória entre consciência e os processos raciais está diretamente ligada ao *caráter dialético da categoria raça*.

A partir de uma perspectiva dialética, é possível observar e compreender que esta categoria, raça, produz ao mesmo tempo, tanto possibilidades de opressão e assujeitamento, quanto possibilidades de reconhecimento, organização, resgate de memória e produção de contraofensivas ao racismo e seus efeitos. É nesta direção que o movimento negro em sua maioria se construiu nas últimas décadas nos países da Diáspora. As palavras *raça* e *negro*, que, mesmo sem amparo material, reproduziam

---

<sup>50</sup> O conceito de ideologia aqui empregado tem como referência a perspectiva de Marx, que se utiliza da metáfora da câmara escura, que reproduz a inversão da imagem física, para explicar o processo que as ideologias produzem em relação à realidade. (MARX; ENGELS, 2007).

violência e opressão, passam a ser ressignificadas, como chaves de identificação e compreensão destes processos, e de organização para enfrentá-los.

A ausência desta perspectiva dialética inviabiliza a capacidade de apreensão da categoria raça como dotada desta dupla direção contraditória e simultânea, isto é, de sua tese e antítese. Quando a raça não é compreendida como uma categoria reflexiva e dual, esta se reduz às interpretações racialistas dos séculos passados, restando como reação apenas sua negação e abandono.

Existem trabalhos que, a partir desta perspectiva, atestam a existência do racismo, mas se recusam a trabalhar com a categoria raça, mesmo em um sentido reflexivo/epistemológico, por esta não ter correspondência com o mundo material<sup>51</sup>. Entretanto, os substitutos para esta categoria que deveria expressar qual seria a matriz do racismo são, a meu ver, ainda mais limitados. O substituto geralmente mais utilizado é *etnia*, todavia, a designação mais comum atribuída a tal categoria, relacionando-a à diversidade de grupos populacionais, identificação a partir de elementos culturais, simbólicos e também semelhanças fenóticas, não é capaz de abarcar a complexidade do racismo e seu alto poder de opressão e violência. Menos ainda dá conta da complexidade da Diáspora, na qual, por exemplo, um indígena que se auto reconhece e é reconhecido por seus pares como pertencente uma determinada etnia pode vir a sofrer racismo antinegro por ser identificado como tal, quando estiver em um ambiente que não a terra indígena que vive. Além disso, enquanto a etnia enfatiza diversidades e singularidades entre grupos, a raça homogeneiza, de modo que não importará se a origem étnica de um indivíduo fenótipo negro é bantu ou nagô. Este será tratado como negro independente de ser bantu ou nagô ou fulni-ô.

O uso dual e contraditório de marcadores que foram originalmente produzidos por um grupo dominante para classificar e legitimar sua dinâmica de assujeitamento, mas que foram apropriados e, em alguma medida, subvertidos pelo grupo subalternizado, pode ser denominado como *essencialismo estratégico*. Cunhado por Gayatri Spivak (2010), busca conceituar justamente a ponderação entre um *antiessencialismo*, presente sobretudo em análises intelectuais, e o próprio essencialismo, utilizado muitas vezes de maneira irrestrita e acrítica no âmbito político e dos movimentos sociais. Assumir uma identidade capaz de agregar sujeitos em um movimento de coletivização de demandas para potencializar agendas de lutas, e ao mesmo tempo manter a consciência dos riscos de se assumir uma identidade de

---

<sup>51</sup> Apesar de ser uma corrente de pensamento não organizada e minoritária, muito mais afirmada informalmente e pouco publicada em forma de textos acadêmicos, cito no âmbito das ciências sociais o trabalho de Uelber Silva (2012), e de Sérgio Pena (2005) na medicina, como trabalhos que não reconhecem a utilidade sociológica da categoria raça e por isso propõem sua recusa.

maneira essencialista, para que este movimento por emancipação não se torne novamente assujeitamento e clausura para os sujeitos e suas diversidades. É nesse sentido que, sobretudo num país como o Brasil, em que a maioria negra possui uma ascendência evidentemente miscigenada, esta construção de uma identidade negra precisa estar especialmente atenta às potencialidades e limites que possui.

É preciso, porém, na elaboração deste conceito, pensá-lo não apenas de maneira descritiva e analítica. Se o propósito deste esforço de compreensão da realidade possui uma intenção antirracista, é necessário entremear e estruturar a própria conceituação por meio de valores antirracistas. Nesse sentido, é importante fazer diferente da maneira hegemônica e eurocêntrica de produção do conhecimento. É importante atribuir valores africanamente referenciados a esta elaboração. É possível identificar esse movimento na perspectiva que Guerreiro Ramos chamou de *negro vida*, por oposição ao negro tema; quando Eduardo Oliveira assinalou que esta ciência deveria ser *Para e não tanto sobre o negro*; quando Beatriz Nascimento reivindica em seu artigo *Por uma história do homem negro*, que geralmente aparece inserido na história do 'homem' branco; e quando Clóvis Moura define o que seria uma *práxis negra* desde a *Sociologia posta em questão* (1978). Nutrir este conceito de raça a partir desta perspectiva é, também, portanto, fazer elevar a voz do griô na Diáspora, como autoridade do saber tal como o é o escritor no Ocidente contemporâneo. Nesse sentido, vale trazer a poesia de Victória Santa Cruz, que sintetiza e traduz a dialética da raça em *Gritaram-me negra*<sup>52</sup>:

Tinha sete anos apenas. Apenas sete anos. Que sete anos! Não chegava nem a cinco! De repente umas vozes na rua me gritaram: Negra! /Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! "Por acaso sou negra?" – me disse: SIM! "Que coisa é ser negra?" Negra! E eu não sabia a triste verdade que aquilo escondia. Negra! E me senti negra. Negra! Como eles diziam. Negra! E retrocedi. Negra! Como eles queriam. Negra! E odiei meus cabelos e meus lábios grossos, e mirei apenas minha carne tostada. E retrocedi. Negra! E retrocedi. Negra! E passava o tempo, e sempre amargurada, continuava levando nas minhas costas minha pesada carga. E como pesava!... Alisei o cabelo, passei pó na cara, e entre minhas entranhas sempre ressoava a mesma palavra: Negra! Negra! Negra! Negra!  
Até que um dia que retrocedia, retrocedia e que ia cair. Negra! Negra! Negra! E daí? E daí? Negra! Sim! Negra! Sou Negra! Negra! Negra! Negra sou! De hoje em diante, não quero alisar meu cabelo. Não quero. E vou rir daqueles que por evitar – segundo eles – evitar-nos algum dissabor chamam aos negros de "gente de cor". E de que cor? Negra! E como soa lindo! Negro! E que ritmo tem! Negro Negro Negro Negro, Negro Negro! Afinal, afinal compreendi. Afinal já não retrocedo. E avanço segura. Avanço e espero. E bendigo aos céus porque

<sup>52</sup> Por não encontrar o poema em alguma publicação bibliográfica original, cito a versão musicada, interpretada pela própria autora e elenco, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RljSb7AyPc0> (acesso em 11/2018). Citado com adaptações.

quis Deus que negro azeviche fosse minha cor. E já compreendi.  
Já tenho a chave! Negro, Negro, Negro, Negro... Negra Sou!

Este poema, inspirado em uma vivência real da autora<sup>53</sup>, é capaz de sintetizar e traduzir a dinâmica do racismo e da raça. Nele, a personagem que sofria pelo peso da palavra *negra* consegue, por meio da mesma palavra, a chave para a retomada de sua autoestima e para a organização do enfrentamento da opressão que sofria. Que coisa é ser negra? Perguntava a Vitória ainda criança. Como resposta, o poema oferece dois caminhos opostos. Duas possibilidades para uma mesma palavra. O significado atribuído pelo outro, ou aquele que ela escolhe, ela mesma, atribuir. Também o rapper Mano Brown, na música *Eu sô função*, narra a passagem dialética por dois diferentes estados de consciência a respeito da raça e do racismo:

Se ser preto é assim ir pra escola pra quê? /Se o meu instinto é ruim e eu não consigo aprender (...) /Folha seca num vendaval, um inútil /É morrer aos pouco eu me senti assim, tio /Eis que um belo dia alguém mostrou pra mim /Uma reunião tribal, James Brown e Al Green /Uau! "Sex Machine" /O orgulho brotou /"Poder para o povo preto" e que estale os tambor! (DEXTER; MANO BROWN; FUNÇÃO, 2005)

A poesia de Santa Cruz e o rap de Mano Brown exemplificam, a partir de outra linguagem, e por meio de narrativas em primeira pessoa e de personagens da vida real, a dinâmica dialética da raça e do racismo em situações concretas. Por retratarem a experiência do sujeito oprimido, os textos explicitam a impossibilidade de uma postura meramente neutra ou compreensiva ante ao racismo e aos mecanismos pelos quais opera. Produções artísticas sempre foram uma via importante para a manifestação antirracista, vocalizando a visão de mundo, a compreensão da realidade, os desejos e os projetos de uma população que historicamente esteve alijada dos espaços e meios como a universidade, em que a produção intelectual legitimada com ciência e como conhecimento superior é realizada. Nesse sentido, extrair de peças artísticas os elementos intelectuais destes sujeitos também faz parte de uma forma afro-referenciada e antirracista de se abordar este tema.

Há ainda dois elementos que contextualizam a particularidade do racismo antinegro no Brasil. É a compreensão do contexto de *Genocídio*, vivenciado pelo povo negro em *Díaspóra*. Embora muitas vezes utilizados apenas como descritores superficiais e desconexos, estes dois elementos são de fundamental importância para desvelar a visceralidade e complexidade do racismo no contexto de um país como o Brasil.

<sup>53</sup> Conferir trecho de entrevista com a autora realizada pela emissora peruana TV Perú: <https://www.youtube.com/watch?v=754QnDUWamk> (acesso em 11/2018)

Vale destacar que, embora se utilize a mesma palavra para se fazer referência a esta experiência de dispersão à força de diferentes povos, não se pode esquecer a particularidade da Diáspora Africana: a violência do tráfico escravagista transoceânico. Não obstante, é a categoria Diáspora que possibilita a compreensão de unidade entre as realidades dos indivíduos negros, descendentes de diferentes partes do continente africano, nas quais habitavam diferentes povos e etnias, em diferentes tempos históricos ao longo de quase quatro séculos, e com diferentes sistemas de organização política, e religiosa.

Estes povos, unidos à força pelos navios dos colonizadores/sequestradores, diluem-se e somam-se à identidade de significado enganoso de *povo brasileiro*. Geralmente a palavra *povo* é evitada na academia para se referir a grupos sociais, preferindo-se a denominação de *população*, atribuída aos mais diversos segmentos (população jovem, população de mulheres, população de imigrantes, população negra, entre outras), talvez por se tratar de um termo menos carregado de valor e, por isso, mais neutro e mais técnico para abordar esta e outras realidades. O fato é que, se por um lado, a palavra população é de fato um descritor esterilizado, menos carregado de valor, por outro lado, sua pretensa neutralidade acaba por eclipsar as nervuras ocultas no debate sobre que seria o “povo brasileiro”<sup>54</sup>. Suprime tanto as conexões que unificam diversas populações negras como povo de origem africana em um país remoto, cujo projeto historicamente nunca as contemplou; e ao mesmo tempo esconde também as fraturas sociais dentro desta mesma ideia de povo brasileiro, imposta, sobretudo por uma elite branca, mas que não se traduz sequer em doses mínimas de solidariedade e empatia por parte desta elite para com os mais pobres, de modo que até as políticas sociais são historicamente formuladas com as marcas do desprezo por aqueles em quem não reconhece semelhança ou similaridade. A compreensão do processo diaspórico põe em dúvida, portanto, a capacidade unificadora da ideia de povo que compõe o Estado-nação brasileiro, ao considerar a história da população negra no país, o que se aplica também, ressalvadas as particularidades, à população indígena que primeiro habitava estas terras.

Como se pode ver, a compreensão da realidade da população negra no Brasil tendo como chave interpretativa a Diáspora a que foram submetidos impõe, inclusive, uma relação diferenciada com elementos basilares como o tempo, a história, as geografias, e as identidades e pertencimentos. Exige compreender que o passado não determina o presente. O passado o compõe. Não apenas o explica, como também o estrutura. Nesse sentido, analisar o histórico da escravidão e suas bases anteriores não

---

<sup>54</sup> Já em *Rebeliões da senzala* (1959), Clóvis Moura questionava a tese vigente acerca da noção de “povo brasileiro”, provocando rupturas importantes com o pensamento social da época.



é compreender apenas o passado da população negra, é compreender seu presente. Não é sobre apenas resgatar a memória, é, recompor para compreender, a realidade. É entender que a Diáspora Africana não é simplesmente um processo. É também um lugar, uma geografia. E nesta geografia complexa, há um território negro, do qual partilham os negros de África e de todos os países colonizados por meio da escravização. É o chamado Atlântico Negro (GILROY, 2012). Acontece também que, olhando dialeticamente para esta realidade geográfica, se a Diáspora e a escravidão produziram um Atlântico Negro, é porque foi também produzido o que poderíamos chamar de Atlântico Branco.

Neste Atlântico Branco, pouco estudado nestes termos, portugueses, espanhóis, ingleses, holandeses e franceses, entre outros, embora muitas vezes em conflitos entre si, coabitam o território dos colonizadores que se estabelece por meio do mesmo oceano, e faz convergir e em alguma medida unificar sua experiência e posição no mundo da forma como foi concebido ao longo dos últimos séculos. E essa posição de dominância, e subordinação/aniquilação de povos negros e indígenas para o alcance de seus interesses expansionistas os aproxima nessa geografia oceânica e supra nacional. É a partir destas realidades que a perspectiva da Diáspora impõe novos modos de compreensão da organização entre os povos, não apenas a partir das identidades nacionais, mas compreendendo estes outros elementos que unificam e dissociam estas populações nacionais, fazendo transcender a geografia política convencional.

O outro elemento, que permite compreender a profundidade e a complexidade do racismo brasileiro é traduzido pela categoria *genocídio*. Embora seja também um tipo de crime internacional, que pressupõe vítima, autor e penas aplicáveis, o caso do genocídio negro brasileiro nunca foi caracterizado criminalmente<sup>55</sup>. Isso, porém, não impede que o termo seja utilizado politicamente e com o objetivo de expressar a real dimensão da experiência de violência racial a que a população negra brasileira se encontra historicamente submetida. No capítulo 3 deste trabalho, o conceito de genocídio será discutido com maior profundidade. Por ora, importa demonstrar como tal categoria é de fundamental importância como chave de compreensão do racismo no Brasil.

Embora o fenômeno do racismo seja compreendido em boa parte das produções acadêmicas em pelo menos três dimensões, pessoal/internalizado, interpessoal e sistêmico (WERNECK, 2016; JONES, 2002), o fato é que para o senso comum, o que se compreende por racismo é geralmente o que estaria relacionado à definição de racismo interpessoal. Infelizmente, os momentos em que uma pessoa ofende outra com

---

<sup>55</sup> Sobre esta questão, cf. (FLAUZINA, 2014)

afirmações racistas é apenas a manifestação mais superficial do racismo. E, para além da proposição importante e didática de Camara Jones para se entender a dinâmica do racismo, o que proponho é que a realidade do povo em Diáspora seja compreendida a partir do ponto de convergência para o qual aponta toda e qualquer manifestação do racismo, o genocídio.

Martin Luther King Jr., o Dr. King, afirmou com precisão em seu discurso, citado no trabalho de João Vargas, a relação indissociável entre racismo e genocídio:

O racismo é baseado numa afirmação ontológica. É a noção de que é o ser de um povo que é inferior. E a lógica maior do racismo é o genocídio. Hitler foi um homem muito doente. Ele foi uma das maiores tragédias da história. Mas ele foi muito honesto. Ele levou o racismo à sua conclusão lógica. A partir do momento que seu racismo o fez doente e a falar que havia algo inatamente inferior no judeu, ele acabou matando seis milhões de judeus. A lógica maior do racismo é o genocídio; e se alguém diz que uma pessoa não é suficientemente boa para ter um bom emprego, não é suficientemente boa para ter acesso a acomodações públicas, não é suficientemente boa para ter o direito ao voto, não é suficientemente boa para morar ao meu lado, não é suficientemente boa para se casar com sua filha por causa de sua raça. Então, nesse momento, aquela pessoa que diz que a outra pessoa não é boa o suficiente para isso tudo diz também que a outra pessoa não merece viver. Essa é a lógica última do racismo. (KING JR. *apud* VARGAS, 2017, p. 102).

Toda ação racista tem como origem e destino o genocídio. É a partir da radicalidade desta máxima que elaboro este exercício de compreensão sobre a realidade e a dinâmica do racismo no Brasil. Esta perspectiva rediscute, por exemplo, a famigerada dicotomia entre *preconceito racial de marca* e *preconceito racial de origem* proposta por Oracy Nogueira (2007). Deve-se reconhecer a importância da contribuição epistemológica e didática do autor ao apresentar esta diferença de ênfase na dinâmica do preconceito racial no Brasil e nos Estados Unidos. Entretanto, a ausência do processo genocida e sua centralidade no conjunto da explicação destas dinâmicas impede de compreender que, mesmo com suas particularidades, todo preconceito de marca se remete à origem odiada ou desprezada daquele indivíduo ou grupo. Além disso, acaba induzindo à atenuação de certas atitudes racistas, como se houvesse uma espécie de gradação de impacto das atitudes racistas, quando na verdade todas elas retroalimentam o genocídio antinegro, independentemente de soarem mais ou menos ofensivas.

O genocídio é também a conexão central entre o que se denomina como racismo pessoal/internalizado, racismo interpessoal e também o racismo de maior escala,

denominado de sistêmico, difuso ou estrutural<sup>56</sup>. Unifica também as dinâmicas particulares de racismo que receberam denominações próprias para fins didáticos neste campo de conhecimento, como, racismo religioso, racismo ambiental, racismo institucional, entre outros. Nesta perspectiva, políticas públicas de enfrentamento ao racismo que desconsiderem esta complexidade restarão anacrônicas, pois quando muito alcançarão a superfície da problemática que pretendem enfrentar. Tendo como referência o processo genocida, é possível visualizar o racismo em sua totalidade, geralmente abordada de maneira difusa, que inclui o seu ideário racista, o qual é intrinsecamente vinculado ao conjunto de ações, práticas e manifestações racistas, e alimentam e são retroalimentadas pelo caráter estrutural, materializado em sistemas e instituições sociais. Tendo em vista que o alvo deste racismo genocida é uma “raça”, ou melhor dizendo, um povo em Diáspora, despossuído de seu território original e forçado a viver no território de seu algoz, é fundamental para compreender o modo como estas estruturas, instituições e sistemas são frutos de um projeto de Estado e nação que a este povo ofereceu, num primeiro momento a escravidão, e num segundo momento um combinado de desprezo e aniquilação.

É a partir da compreensão deste processo genocida em curso que, já na década de 1960, Stokeley Carmichael<sup>57</sup> e Charles Hamilton identificavam correlações indiretas entre situações que caracterizaram como resultado de um *racismo institucional*. Numa descrição de potencial ainda mais amplo do que o termo sugere, os autores avançam na noção de *racismo*, incluindo não apenas agressões de motivação explicitamente racial, como também elementos estruturais da realidade estadunidense que atingem, sistematicamente, mais as populações negras do que qualquer outro grupo populacional.

Quando terroristas brancos bombardeiam uma igreja negra e matam crianças negras, esse é um ato de racismo individual, amplamente deplorado pela maioria dos segmentos da sociedade. Mas quando na mesma cidade – Birmingham, Alabama – 500 bebês negros morrem cada ano por falta de uma alimentação adequada, vestimenta, dormitório e facilidades médicas adequadas, e milhares além desses são destruídos ou fisicamente, emocionalmente ou intelectualmente mutilados por causa das condições de pobreza e discriminação na comunidade negra, isso se dá em função do racismo institucional (CARMICHAEL; HAMILTON, 1967, p. 6).

---

<sup>56</sup> Embora apontem para uma mesma direção, convém ressaltar que estes termos estão situados em diferentes abordagens teóricas, de modo que não podem ser considerados sinônimos.

<sup>57</sup> Que posteriormente passou a se chamar Kwame Ture.

*Black Power*, uma das mais importantes obras sobre a questão racial em toda a história da luta antirracista, foi publicada pela primeira vez em 1967, três anos após o doutoramento de Charles Hamilton, e um ano antes da atribulada mudança de Carmichael para o continente africano. Além de seu inegável efeito mobilizador da questão racial, e do movimento negro, trata-se de um livro de importante valor acadêmico. Isso não apenas no que diz respeito a seu conteúdo teórico, ao qual é creditado o mérito de, por exemplo, discorrer pela primeira vez sobre a categoria racismo institucional. A breve obra apresenta também importantes contribuições, ainda subtilizadas, para o campo de Políticas Públicas e Política Social, ao tratar de aspectos concretos sobre a relação entre Estado e sociedade, mediada por interesses conflitantes tanto pela natureza capitalista, como também pela natureza colonial e racista que a constitui.

A partir de um conceito de racismo institucional que viria a ser posteriormente melhor definido, os autores expandem a noção de racismo predominante na literatura especializada da época, alcançando também as facetas racializadas da pobreza e outras desvantagens de acesso aos mais variados recursos. Está implícita, nesta conexão entre estas duas expressões racistas, atentado terrorista e mortalidade infantil por falta de saneamento básico, a ideia de genocídio como plataforma comum a ambos. Tal realidade, que é igualmente observável no Brasil, contempla aspectos não apenas institucionais, mas também estruturais e infraestruturais, que extrapolam as bordas institucionais. Contempla ainda aspectos sistêmicos, dado que é produzida e reproduzida numa dinâmica articulada por sistemas, como o próprio sistema capitalista e os subsistemas que o compõe.

Sobre o que é chamado no texto de racismo individual, vale a observação de que, na verdade, envolve um grupo em ataque a outro, sendo uma manifestação de caráter mais interpessoal, ou mesmo intergrupar. Isto demonstra também os limites destas categorias que, embora possuam fins didáticos e elucidativos importantes, não são capazes de acompanhar a realidade do racismo em sua dinâmica e fluidez.

Diversas são as propostas de classificação do racismo em diferentes tipos e subtipos. Entretanto, na perspectiva aqui proposta, os racismos internalizado/pessoal, interpessoal, institucional, estrutural e sistêmico, bem como o racismo ambiental e o religioso, são aspectos, expressões de um mesmo racismo. Operados por meio da ideia de raça, combinam-se e entrecruzam-se, justamente por compartilharem o genocídio como núcleo comum. Outras manifestações violentas também presentes na literatura do campo, partem do genocídio e retornam a ele, tais como: epistemicídio, historicídio, nutricídio, extermínio, e outros fenômenos de aniquilação sistemática que operam contra a população negra. O ímpeto racista seria, portanto, o elemento essencial, por

meio do qual se produz a raça, a racialidade humana, e é por meio dela que o racismo ganhará as formas e expressões que se conhece hoje e historicamente.

Nesse processo, porém, há ainda outro elemento mediador de fundamental importância, e que, embora seja muito referido na literatura, é pouco discutido em sua profundidade e complexidade. Trata-se do processo de *desumanização*. A desumanização é o principal produto do ímpeto racista, que classifica o outro como qualquer coisa menos que humano. É desse processo que decorre a classificação de raça, que, na verdade é um conceito distorcido, pois sua lógica opera efetivamente como classificadora de espécies (humana e não-humanas). Nesse sentido, o negro não seria um humano de uma raça inferior, mas qualquer coisa inferior à espécie humana. E sob o antropocentrismo que constitui a era moderna, tudo aquilo que não possuía o status de humano era como um objeto, um recurso a ser usado para a satisfação dos interesses dos que se consideravam como humanos.

A combinação de todos estes elementos é o que permite definir o racismo, então, como uma *tecnologia*, isto é, uma combinação entre conhecimento, métodos, instrumentos, técnicas, procedimentos e um sentido determinado. Pensar o racismo como uma tecnologia significa, portanto, a compreensão destes seis elementos como dimensões de uma mesma totalidade, o que recorrentemente é feito de maneira fragmentada ou incompleta.

Vale mencionar aqui que, após a elaboração deste capítulo, mas ainda dentro do meu tempo de doutorado, foi publicada uma obra que já vem sendo tomada como uma das referências no debate sobre a questão racial, sobretudo para o campo da teoria marxista e demais perspectivas críticas, inclusive por seu caráter didático e linguagem acessível. Trata-se do livro *O que é racismo estrutural?*, publicada em 2018, e, posteriormente, publicada como apenas *Racismo estrutural*, por uma nova editora em 2019. Em sua obra, Almeida retoma o processo histórico atravessado pela categoria raça e as transformações conceituais pelas quais passou, e retoma a ideia de racismo estrutural, até presente na literatura brasileira apenas de maneira esparsa e insuficientemente desenvolvida. Silvio Almeida chega a caracterizar também o racismo como uma tecnologia, de forma convergente com aquilo que eu havia desenvolvido neste texto, antes de ter conhecimento da obra em questão. Almeida, entretanto, não aprofunda esta definição, e a menciona no seguinte contexto: “O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” (2018, p. 16). Ao que me parece, no contexto da argumentação, a palavra tecnologia se refere, na verdade, à *técnica*, ou seja, as formas de se empregar esta teoria efetivamente na realidade. Isto porque a palavra tecnologia compreende, a meu ver, as seis dimensões que aqui mencionei, e que, inclusive,

contemplam os três elementos apresentados por Almeida, que talvez tenham sido apresentados de forma mais simplificada, para fins didáticos, uma vez que sua obra possui circulação entre o grande público.

Por tudo o que já foi aqui abordado, acredito ser possível entender como este binômio categorial, raça/racismo, é capaz de incidir sobre a vida da população negra, e mais especificamente da juventude negra, principais sujeitos nesta pesquisa. É possível perceber também o quanto a dinâmica da raça e do racismo se transformam de acordo com os processos históricos, e com os processos políticos e econômicos globais e locais. É nesse sentido que se faz necessário também compreender a dinâmica social brasileira, e ainda como esta dinâmica está relacionada com processos globais que impactam diretamente o país, incidindo também nos aspectos raciais desta realidade.

### **2.3.1. Questão racial, mundo colonial e capitalismo dependente**

Nenhum processo social se desenvolve dissociado do contexto local e global em que está inserido. E para compreender a questão racial no Brasil em sua totalidade, é imprescindível considerar as particularidades do país, que é ao mesmo tempo Estado-nação, território da Diáspora negra, e situado num cenário internacional de capitalismo mundializado. O contexto brasileiro é marcado por um histórico de invasão colonial exploratória e escravidão racializada que resultaram posteriormente num capitalismo tardio, periférico e estruturalmente racista.

Dentre as diversas perspectivas teóricas que se prestam a esta tarefa, destaco nesta seção a perspectiva decolonial e a teoria da dependência. Estas perspectivas não foram originalmente elaboradas de maneira combinada, no entanto, ambas partilham a busca pela construção de alternativas ao padrão eurocentrado e economicista de se pensar a realidade local e suas questões. Ultrapassar esta perspectiva hegemônica, buscando, ao mesmo tempo, construir possibilidades de convergência, aproximação e diálogo entre as perspectivas aqui destacadas é principal objetivo desta seção.

#### **2.3.1.1. Capitalismo e dependência**

Qualquer esforço de compreensão da realidade brasileira tendo sua história como ponto de partida revela que este seria um exercício impossível de ser realizado, tendo como ferramentas apenas referenciais teórico-metodológicos importados diretamente dos países hegemônicos. E o conhecimento sobre a realidade dos países capitalistas dominantes não se traduz de imediato em conhecimento sobre as dinâmicas

do capitalismo nos países subalternos. O próprio Marx, ainda em seu primeiro livro de *O Capital* ([1867] 2013), já assinalava o caráter desigual de desenvolvimento do capitalismo, ao comparar entre diversos países. Ou seja, ainda no século XIX já se fazia possível perceber que alguns países tenderiam a ocupar um lugar rebaixado no processo de desenvolvimento, cujo potencial vinha sendo direcionado para a de bens primários para o suprimento das demandas primárias dos países de capitalismo mais avançado, na tendência de que certos países se tornariam a “pastagem” dos mais desenvolvidos (MARX, apud PAULA, 2014). Esta dinâmica ficou conhecida como desenvolvimento desigual e combinado, e foi estudada e aprofundada por autores clássicos como Trotsky e Lenin, foi assinalada também por autores brasileiros a partir de outras categorias convergentes, como *subdesenvolvimento* e *dependência* (GUIMARÃES JR.; LOPES, 2016).

Rui Mauro Marini e Florestan Fernandes estão entre os que contestaram o processo vigente nas ciências sociais dos países latino-americanos à época, em que se buscava compreender a realidade local a partir da utilização de referenciais europeus e estadunidenses de forma imediata, ou seja, subvalorizando a importância das particularidades da realidade brasileira ou da América Latina como um todo. Postura esta que não foi exclusiva de perspectivas positivistas, mas também de perspectivas críticas como o próprio marxismo, em todas as vezes que fora empregado sem considerar as particularidades da realidade local. Foi justamente neste contexto que se desenvolveram as teorias do capitalismo dependente, sendo *teoria marxista da dependência* a mais expressiva entre elas, e tinham por marca esta busca por compreender a realidade latino-americana não apenas de forma crítica, como também a partir de suas características próprias, sendo a dependência uma de suas marcas principais.

A hegemonia da produção de teorias e recomendações a respeito do desenvolvimento dos países dentro do modelo capitalista estão concentradas em agências internacionais, como o Banco Mundial e países dominantes, com destaque para os Estados Unidos (Burginski, 2016). Uma análise superficial e imediata poderia induzir a crer que a obediência às perspectivas e recomendações feitas pelas agências e países posicionados no topo do mundo capitalista levariam os países menos desenvolvidos a um patamar mais próximo ao daqueles em melhor situação. É justamente em contraposição a esse tipo de proposta que se levantam teorias como a chamada *teoria marxista da dependência*.

Desenvolvida a partir dos anos 1960, essa teoria dedica-se justamente a compreender esta condição dependente dos países periféricos como elemento da própria lógica de funcionamento da economia capitalista mundial (Carcanholo, 2013).

Nesta perspectiva, não se considera possível compreender a realidade de um país como o Brasil a partir da ideia de que todos os países possuem condições igualitárias de desenvolvimento no capitalismo. Deixando de lado classificações eufemísticas como *países desenvolvidos* ou *em desenvolvimento*, utilizadas pelo Fundo Monetário Internacional (2008), Nações Unidas, e outros, essa teoria afirma que o sistema capitalista, que só pode ser compreendido em sua totalidade, é regido por uma *dialética da dependência* (Marini, 1973). Nessa perspectiva, desenvolvimento e subdesenvolvimento, ou dependência, estão profundamente conectados, de modo que a dependência e subordinação dos países de capitalismo periférico são o outro lado da moeda do desenvolvimento dos países centrais. Desse modo, a inserção dos países periféricos na divisão internacional das economias capitalistas não estaria orientada para atingir seu próprio desenvolvimento ou independência:

Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (Marini, 1973, p. 4).

É importante frisar que, se considerada do ponto de vista da satisfação das necessidades mais basilares, seriam os países centrais do capitalismo que, embora possuam indústrias e tecnologias, estariam a depender dos países periféricos e dos bens primários voltados à alimentação, vestuário, construção civil, combustíveis, entre outros. Entretanto, os elementos principais desta teoria estão relacionados à ideia de desenvolvimento capitalista e aos limites impostos pela própria dinâmica deste sistema. Esta perspectiva vai de encontro às ideias hegemônicas, tendo início na década de 60, promovidas por organismos como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, a CEPAL, vinculada às Nações Unidas. Enquanto as organizações internacionais e as principais vozes do capitalismo nos países centrais apresentavam o receituário a ser seguido pelos países periféricos para o desenvolvimento, os autores vinculados à teoria da dependência buscavam demonstrar que se tratava de uma tarefa fadada ao fracasso. Isso em razão de elementos como a dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado, a medida dialética em que o desenvolvimento dos países desenvolvidos se dá a partir da sujeição dos países periféricos ao atraso e ao subdesenvolvimento. Nesse sentido, as possibilidades de desenvolvimento disponível para países como o Brasil estariam sempre limitadas à posição de subalternidade que já possuem.

Na realidade, a reconstituição do processo histórico do desenvolvimento do capitalismo que efetivamente considere as particularidades dos países ditos



subdesenvolvidos, indicará que, na verdade, a dissociação dos processos econômicos a partir das fronteiras nacionais induz a uma compreensão equivocada do processo. Isso porque, exatamente a partir da dialética do desenvolvimento desigual e combinado, bem como da relação de dependência que os países centrais também possuem em relação aos países marginais, o avanço dos processos capitalista, desde os primeiros incrementos industriais dependeu fundamentalmente da exploração dos territórios sob colonização. Nesse sentido, a condição precarizada e supostamente atrasada dos países da América Latina nada mais é do que a outra face do desenvolvimento dos países centrais.

Florestan Fernandes, em sua obra *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1973), nega a pretensa universalidade do processo capitalista de desenvolvimento das classes sociais na Europa e passa a analisar a realidade sócio-histórica a partir de suas singularidades, sem, no entanto, desvinculá-la do contexto internacional. O que encontra a partir da análise histórica, estrutural e crítica empreendida é que a relação de subordinação dos países latino-americanos aos países de capitalismo central impossibilitou que as transformações sociais ocorressem conforme o esperado nas colônias recém-independentes. Segundo Fernandes (1973), as classes sociais na América Latina não se formaram como nos países europeus, e as principais razões para isso seriam justamente a relação de dependência e subordinação que é exercida, bem como a herança colonial e escravagista que, em vez de superada, foi atualizada e reaproveitada para a nova realidade social do continente e, portanto, no Brasil. Dessa forma, as classes dominantes internacionais são responsáveis por limitar e condicionar o desenvolvimento e a realidade social brasileira, em um processo que é intensificado pelo fato de que as classes dominantes no período colonial-escravagista não cederam lugar a uma nova classe essencialmente burguesa e industrial, mantendo então os mesmos dinamismos coloniais que lhes favoreciam no período anterior (1973).

Nessa dinâmica, o desenvolvimento do capitalismo na América Latina conduz não ao antigo colonialismo e nem a um desenvolvimento autônomo como em outras partes do mundo, mas justamente a essa forma de dependência, inclusive conduzida pelas próprias classes dominantes locais que se beneficiam disso e conseguem, nessa dinâmica do capitalismo dependente, tirar proveito, assim como as classes dominantes externas (1973).

Mesmo sem explicitar e desenvolver de forma mais substancial os componentes raciais presentes nesse processo, a leitura de Florestan Fernandes possibilita ampliar a compreensão sobre a realidade racialmente estabelecida nesse processo em um país como o Brasil – o mais tardio das Américas a abolir oficialmente a escravidão. Nesse processo que combina as raízes e a essência de um *colonialismo* abandonado apenas

formalmente com um *capitalismo periférico, subalternizado* na divisão econômica global, mas que, embora subdesenvolvido, resulta em intenso desenvolvimento restrito para as elites internacionais e nacionais. Duas elites que, embora separadas por habitarem países diferentes, estão intimamente relacionadas do ponto pelo aspecto racial que partilham. A tese do capitalismo dependente vai de encontro, então, às propostas hegemônicas para a redução ou eliminação das desigualdades raciais, apontando limites estruturais e estruturantes do modelo social e econômico vigente que inviabilizam este objetivo.

É importante destacar que o caráter colonial que marca as relações capitalistas entre centro e periferia, bem como no interior de países como o Brasil é uma preocupação presente nos trabalhos dos autores das teorias da dependência. Surgirão nas décadas subsequentes, escolas de pensamento estruturadas em torno da crítica à colonialidade, como o pós-colonialismo e a perspectiva decolonial, trazendo elementos de grande relevância para a compreensão das estruturas nas quais se reproduz a raça e o racismo na contemporaneidade. Será discutida a seguir a perspectiva decolonial, por sua importante contribuição na superação da lacuna entre estudos raciais que perdem de vista a dimensão econômica da realidade e os estudos econômicos de viés economicistas que igualmente se mostram incapazes de apreender a complexa realidade da questão racial aqui discutida.

### **2.3.1.2. A colonialidade do capitalismo**

*"A descoberta de terras de ouro e prata na América, o extermínio, escravização e enterramento da população nativa nas minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África numa coutada para a caça comercial de peles negras, assinalam a aurora da era da produção capitalista."*  
(MARX, 1867, p. 843)

O colonialismo não é uma etapa que precede o capitalismo, mas um de seus elementos constitutivos. E se o colonialismo foi um momento histórico determinado, a *colonialidade* se perpetua até hoje. Estas são algumas das principais teses em torno das quais se estrutura a crítica decolonial ao capitalismo. A partir desta perspectiva, a colonialidade passa a ser compreendida, não como um evento confinado no tempo, mas como dinâmica constitutiva de relações sociais, processos de poder, e da formatação e da essência do conhecimento em circulação, seja ele crítico ou não. As consequências desta realidade incidem diretamente sobre o processo de estruturação do capitalismo, sistema que determina não apenas as relações econômicas, mas a sociabilidade como um todo. Como abordado anteriormente neste trabalho, a dinâmica colonial é um dos elementos que está na base do processo do racismo e da desumanização na

modernidade. Daí a importância de que tais questões sejam enfrentadas a partir de perspectivas ontoepistemológicas como a decolonial. Neste sentido, vale destacar também a existência de outras perspectivas críticas ao colonialismo, por quê eleger a perspectiva decolonial, e apresentar também os limites desta escolha.

A organização de pensamentos críticos ao colonialismo datam de algumas décadas atrás, de modo que a obra considerada inaugural desta perspectiva teórica é *Orientalismo*, do palestino Edward Said, publicada em 1978. Vale dizer que críticas ao colonialismo já foram realizadas décadas antes, tendo como principal exemplo a obra *Discurso sobre colonialismo*, do martinicano Aimé Césaire, ainda em 1955. Acontece que estas obras e outras de autores também considerados centrais para a caracterização do pensamento pós-colonial, como Homi Bhabha e Gayatri Spivak compõem um período anterior ao advento da perspectiva decolonial. Neste período, entre 1950 e 1980, o próprio colonialismo era uma questão literal e não apenas simbólica ou ideológica para países como Índia, Palestina e Martinica, dos quais estes autores emergem. Nesse contexto, autores da perspectiva decolonial apontarão que, embora apresente importantes críticas ao colonialismo, o pensamento pós-colonial não dispõe de uma crítica à colonialidade suficientemente estruturada. Grosfoguel, por exemplo, apontará que o pensamento pós-colonial se baseia fundamentalmente em obras e autores de países hegemônicos, de modo que seria importante *decolonizar o pensamento pós-colonial* (GROSFOGUEL, 2008).

Esta crítica aponta para um dos mais importantes diferenciais entre a perspectiva decolonial e pós-colonial, a partir de uma característica que de fundamental importância para este trabalho: o comprometimento com os subalternizados, seus saberes e seus referenciais. É nesta perspectiva que se propõe, não uma teoria, mas um projeto decolonial, como algo que vá além da crítica teórica, mas inclua também o compromisso com *loci geopolíticos*, isto é, lugares geopolíticos, e corpos-políticos subalternizados a partir da dinâmica colonial do saber e do poder:

Aqui reside uma importante diferença entre o projeto decolonial e as teorias pós-coloniais. Essas tematizam a fronteira ou o entrelugar como espaço que rompe com os binarismos, isto é, onde se percebe os limites das ideias que pressupõem essências pré-estabelecidas e fixas. Na perspectiva do projeto decolonial, as fronteiras não são somente este espaço onde as diferenças são reinventadas, são também loci enunciativos de onde são formulados conhecimentos a partir das perspectivas, cosmovisões ou experiências dos sujeitos subalternos. O que está implícito nessa afirmação é uma conexão entre o lugar e o pensamento. (BERNARDINO-COSTA e GROSFOGUEL, 2016).

Este compromisso é um dos elementos que torna importante a perspectiva decolonial no processo de compreensão da dinâmica racial em um país como o Brasil,

na medida em que é subalternizado como lugar social em uma geopolítica não apenas capitalista, mas também colonial. Neste mesmo processo os corpos negros ou indígenas importam menos ainda, e sofrem a invisibilidade e a indiferença da colonialidade que também se reproduz de forma intra-territorial. Corpos de pouca ou nenhuma importância, escravizados por séculos no Brasil-Colônia, e desprezados no processo de formação do mercado de trabalho livre no país. Para a formação do mercado assalariado e o advento do capitalismo no país, as classes hegemônicas preferiram arcar com os custos de importar trabalhadores de países europeus e asiáticos do que incorporar a população que subjugaram. Seja para o trabalho na indústria que iniciava, seja para atividades agrícolas que os negros dominavam e já praticavam quando escravizados.

O projeto decolonial consiste também em localizar e evidenciar todo pensamento que se insurge contra o colonialismo desde seus primórdios, em 1492, não restringindo seu foco de atenção privilegiada a partir do século XIX, como fizeram os principais autores do pós-colonialismo, na avaliação de Grosfoguel (2008). Nesta intenção, é possível, tanto localizar e evidenciar obras como a do indígena de origem inca, Poma de Ayala, no início do século XVII, (apud BERNARDINO-COSTA e GROSGOQUEL, 2016), assim como é possível identificar e destacar a percepção de Carmichael e Hamilton sobre a colonialidade das relações sociais, que já na década de 1960 afirmaram que: “racismo institucional possui um outro nome: colonialismo”<sup>58</sup>

Para a práxis decolonial, é fundamental a compreensão da dimensão racial dos processos sociais da realidade do Brasil e do mundo. E considerando que os processos da colonialidade, da Diáspora, do capitalismo e do racismo são intrinsecamente entremeados, é possível encontrar nesta perspectiva uma ferramenta analítica potente e interessante para as questões em análise nesta pesquisa.

### **2.3.1.3. Uma crítica decolonial e periférica ao economicismo**

Sendo, então, a raça e a colonialidade elementos de fundamental importância para a compreensão das relações sociais, faz-se necessário repensar um argumento que é bastante recorrente entre algumas teorias críticas. No intuito de atribuir à questão de classe a importância ontológica que possui, muitos incorrem no equívoco de diminuir a importância de outros elementos que também são estruturantes da realidade social

---

<sup>58</sup> Vale destacar que o esforço de localizar abordagens críticas ao processo colonial como esta de Carmichael e Hamilton não significa enquadrar estes ou quais outros autores como decoloniais, ou como qualquer outra classificação que não tenha sido reivindicada por eles mesmos. Pelo contrário, o objetivo deste esforço é justamente o de desvelar insurgências críticas e contrárias ao colonialismo a partir de diferentes locais, sujeitos e tempos históricos.

contemporânea, como o gênero, a raça, ou mesmo a colonialidade. É o caso da tese apresentada por Ellen Wood, em seu livro *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*, cuja primeira publicação foi em 1995, e teve sua edição brasileira lançada em 2011 pela editora Boitempo. Neste livro, Wood apresenta uma crítica potente ao sistema capitalista, tendo como referência o projeto de democracia de profunda radicalidade.

Ao deslocar o socialismo da linha de frente das alternativas ao capitalismo, e, para isso, trazendo para o centro da arena argumentativa uma proposta de democracia levada à sério em seus princípios, a autora proporciona um novo fôlego a suas críticas ao sistema vigente e suas contradições. No entanto, nos capítulos finais de sua obra, Ellen Wood tenta também dar conta de desta antiga problemática: a importância que possuem as questões raciais e de gênero no sistema capitalista. Em um capítulo chamado *capitalismo e emancipação humana*, sem qualquer menção expressiva à produção bibliográfica a respeito das interseccionalidades e combinações entre classe, gênero e raça no capitalismo, a autora sustenta como tese a existência de uma *indiferença estrutural* (2003, p. 283) do sistema capitalista às identidades sociais dos sujeitos a quem explora. A partir da ideia de identidades e opressões *extra-econômicas*, Wood afirma que, dado o fundamento do capitalismo ser a exploração da força de trabalho para a obtenção de mais-valia, questões como racismo ou sexismo são estruturalmente indiferentes ao metabolismo capitalista. Apenas as classes seriam, de fato, importantes, devido ao seu fundamento nos processos de produção e reprodução econômica e material deste sistema. Esta perspectiva representa uma parcela expressiva das interpretações marxistas correntes, embora este tipo de discurso geralmente não ultrapasse a esfera dos debates orais e raramente chegue a ser publicados em artigos ou livros.

No que toca a questão racial, a argumentação de Ellen Wood parte de um ponto que converge com a tese aqui sustentada: o racismo exercido no período colonial produziu desumanização como uma de suas principais expressões. Para um projeto societário em fase de expansão que tinha como base a liberdade humana, a escravidão veio a encontrar sua legitimidade a partir da premissa de que a população negra não seria, de fato, uma população *humana*. Entretanto, para a autora, a abolição oficial da escravidão como modo de produção e a consolidação do sistema capitalista e seu regime de livre mercado nas colônias e ex-colônias alteraria a dinâmica de exploração da força de trabalho, uma vez que seu cerne passaria a ser a extração de mais-valia. Para a autora, essa mudança, na verdade, ampliaria e otimizaria a gama de indivíduos passíveis de serem explorados pelo sistema capitalista. Nacionalidade, características etnicorraciais ou de gênero seriam, portanto, identidades extra-econômicas às quais o

capitalismo seria indiferente. Mas, enquanto escrevia estas páginas, tomei conhecimento de um dos mais trágicos casos de homicídios de jovens negros dos tempos recentes. Pedro Henrique Gonzaga foi morto asfixiado dentro de um supermercado por um profissional de segurança privada. Sua morte em câmera lenta, diante dos olhos de sua própria mãe, foi filmada e alertada por testemunhas, enquanto outros dois profissionais de segurança privada também presenciavam o processo de morte sem nada fazerem. Muito antes de ter sido flagrado roubando algo, de ter seu histórico analisado para receber qualquer tipo de sentença, Pedro morreu por *parecer* um “bandido”, ou antes disso, por ser identificável como um corpo exterminável. Enquanto engulo os meus sentimentos e contradições ao retornar à produção destas páginas, me pergunto, quanto vale a extra-economia quando se trata da carne mais matada no mercado?

Ellen Wood propõe, como o próprio título de seu livro afirma, uma *renovação do materialismo histórico*, e de fato traz aspectos que buscam renovar a contribuição para a crítica e para a formulação de alternativas ao capitalismo. Entretanto, no que tange às questões de gênero e raça, a autora pouco contribui para qualquer renovação destas temáticas em seu campo teórico-metodológico, e também pouco contribui para a superação das lacunas e fragilidades do arcabouço deste campo em relação a estes assuntos. O debate apresentado pela autora é conduzido por um viés economicista e idealista em relação à dinâmica de produção e reprodução do capitalismo na história e de suas particularidades em seus processos de expansão pelo mundo. Diversos autores já chamaram atenção para o equívoco que significa a análise restrita às determinações econômicas. Entre eles Florestan Fernandes, ainda na década de 1960, alertava que “a economia não precede e nem transcende à sociedade e à cultura, elas se desenvolvem simultaneamente, e se determinam e se influenciam reciprocamente” (p. 60).

Quando se analisa estas questões a partir da perspectiva proposta pela teoria da dependência e pela decolonialidade, o que se percebe fundamentalmente é que o sistema capitalista não rompeu com a dinâmica colonial que o gestou, e nem se reproduz da forma idealizada que seus preceitos teóricos afirmavam. Isto significa que, embora o sistema capitalista seja aparentemente indiferente às questões raciais, a história e a realidade atual deste sistema demonstram o oposto. Um olhar dialético para o desenvolvimento do capitalismo possibilita enxergar o caráter ilusório de que *colonialismo* e *capitalismo* foram duas *etapas* distintas, de modo que o processo sofrido nas colônias está intrinsecamente relacionado ao processo de transformação simultâneo observado nas metrópoles. Além disso, possibilita compreender que o advento do capitalismo não procede necessariamente de uma ruptura com a era colonial, mas de uma metamorfose. Isso indica que, muito antes de ser um elemento

necessário ou indiferente ao capitalismo, a raça é um elemento *estruturante* para esse sistema. Estruturação esta que opera simultaneamente na realidade capitalista das metrópoles e colônias, do centro e da periferia, mas é na realidade de colônias como o Brasil e os demais países da Diáspora que se encontra o principal interesse deste trabalho.

É fato, como também afirma Ellen Wood, que um dos elementos que distingue o sistema capitalista de outros sistemas como o feudalismo e o colonialismo é justamente o modo pelo qual se dá a sua produção e reprodução econômica. O eixo da economia capitalista não seria, portanto, o regime de trabalho servil ou escravizado, mas o trabalho assalariado e a extração de mais-valia. Entretanto, considerando a tese marxiana de que “o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, a unidade do diverso” (MARX, 1974, p. 122), não é de surpreender que a premissa econômica de livre mercado e mais-valia coexista com os elementos raciais e coloniais, neste sistema multidimensional e contraditório que é o capitalismo. É o fenômeno que Florestan Fernandes (1968) denominou como dualidade entre o moderno e o arcaico<sup>59</sup>. Fernandes identifica que, nesta estrutura típica do capitalismo dependente, “há uma rearticulação do todo, através da qual o que parece arcaico é de fato atualizado, servindo de suporte ao moderno, e pela qual o moderno parece perder esse caráter revitalizando o seu oposto” (1975, p. 62), misturando, assim, a acumulação pré-capitalista e a acumulação capitalista”.

Esta relação entre colonialismo e capitalismo produz, por sua vez, novas sínteses e particularidades no que diz respeito à formação das classes sociais e a situação dos grupos etnicorraciais em países como o Brasil. Tanto pela perspectiva da dependência (FERNANDES, 1975.), como pela perspectiva decolonial (QUIJANO, 2005), é possível observar que a formação das classes dominantes e subalternizadas do capitalismo se constituiu não apenas dos elementos tipicamente capitalistas, mas manteve e atualizou dinâmismos e estruturas raciais-coloniais. Este processo impactou, sobretudo, a população negra. Escravizada durante os séculos de Brasil-Colônia, esta população teve seu acesso obstruído aos novos postos de trabalho assalariado em razão de preceitos racistas, mesmo que fossem de natureza contrária aos preceitos econômicos do novo sistema, como a importação de novos trabalhadores estrangeiros. Tal medida, baseada na crença de que o povo negro não combinava com o novo momento em que ingressava o país, revela a impossibilidade de compreender a realidade do capitalismo apenas a partir de suas leis econômicas, sem considerar a

---

<sup>59</sup> Vale aqui ressaltar e repetir o que já foi dito anteriormente neste trabalho, que os elementos considerados arcaicos, como a escravidão racializada, é também, na verdade, um elemento da modernidade.

importância dos aspectos históricos filosóficos e políticos que orientam os processos de estruturação da realidade em questão.

No artigo *Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais* (2008), Ramón Grosfoguel propõe um conjunto de perguntas que emergem como reflexões urgentes para o campo dos estudos críticos sobre sociedade e economia. Entre elas, o autor questiona: “Será que podemos superar a tradicional dicotomia entre economia política e estudos culturais?”, “Será que podemos transpor o reducionismo económico e o culturalismo?” e ainda: “Será que podemos criar conhecimentos que vão além dos fundamentalismos terceiro-mundistas<sup>60</sup> e eurocêtricos?” (p. 115). Estas perguntas trazidas por Grosfoguel são de grande importância, não apenas para a produção de reflexões críticas e de proposições para a transformação do atual estado de coisas, repleto de desigualdade e violência. É também um chamado a repensar o próprio modo pelo qual tem sido elaboradas estas proposições, para que não se cometa os equívocos de reproduzir, na própria estrutura da crítica formulada, os mesmos elementos de dominação e subalternização que esta crítica procura superar.

---

<sup>60</sup> É importante ressaltar, aqui, os problemas contidos na ideia de “fundamentalismo terceiro-mundista”, uma vez que o pensamento formulado a partir dos países periféricos sequer possuem um firme fundamento, uma vez que a político-econômico que os subordinou também eliminou ou fragilizou sensivelmente o conhecimento e formas de saber que estes territórios já possuíram e possuem atualmente.



### **3. Entre o corte da espada e o perfume da rosa (ou: sobre o extermínio e o anti-extermínio da juventude negra)**

Concordo com a perspectiva de Eduardo. O que se vive no Brasil é uma “guerra não declarada” (2012). Um estado de guerra velado mas com cifras de guerra, armas de guerra, lados. Como disse no início deste trabalho, iniciei minhas pesquisas neste campo direcionado por uma crença honesta de que era possível incidir sobre esta realidade por meio do aprimoramento das políticas públicas. Todavia, à medida que me aprofundava nesta realidade, desvelava mais e mais as facetas de um estado de guerra. Facetas ocultadas à primeira vista pelas próprias iniciativas estatais e institucionais. Iniciativas como o Plano Juventude Viva, ou mesmo como o Programa Bolsa Família, no âmbito da política de assistência social, faziam parecer possível alterar as estatísticas relacionadas à morte e ao encarceramento no país. Entretanto, o que o passar dos anos revelou foi a conciliação entre o aumento dos gastos sociais<sup>61</sup> e o crescimento ininterrupto das mortes e do encarceramento.

Nos anos seguintes, o contexto de crise econômica e política cobrou seu preço, e medidas institucionais como o Juventude Viva foram severamente prejudicadas. Seja no momento de crise, como no momento político que o precedeu, a força e o enraizamento da cultura da violência se explicita, e seu caráter racializado também. Ainda considero que o investimento consistente em políticas sociais é capaz de mudanças expressivas na realidade social, ainda que sempre contraditórias e limitadas pela própria estrutura em que operam (BOSCHETTI; BEHRING, 2008). Contudo, nos últimos anos (2015 – 2018), diante do desmonte de diversas políticas e programas sociais, violência estatal, e o desprezo por agendas básicas, como o enfrentamento ao racismo e a proteção da vida, decidi fazer alterações no curso de minha pesquisa. Não apenas para buscar elementos mais potentes no enfrentamento ao extermínio da juventude negra, mas também pelo fato de que pesquisar uma realidade de tragédia como esta, sem vislumbrar um movimento de melhora pela via estudada, é algo que testa os limites de qualquer pesquisador, e acabou testando o meu. Inclusive, escrevo estas páginas enquanto acabam de se completar quinhentos dias que Marielle Franco foi brutalmente assassinada, executada. A forma como este crime ocorreu, a mensagem

---

<sup>61</sup> De acordo com a Nota Técnica produzida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2012), durante as duas gestões de Fernando Henrique Cardoso, os gastos federais com assistência social subiram de R\$ 1,7 bilhão (0,08% do PIB) em 1995 para R\$ 15,8 bilhões em 2002 (0,60% do PIB), e nas gestões de Lula, avançaram para R\$ 17,4 bilhões (0,66% do PIB) em seu primeiro ano, e chegaram a R\$ 44,2 bilhões (1,07% do PIB) no último ano de governo, em 2010. É evidente que há que se avaliar a qualidade destes gastos e a alocação dos recursos, levando em consideração justamente a realidade do público a que se destinam. A desconsideração a estes elementos, assim como o caráter pernicioso do racismo, possuem forte influência no quadro apresentado, pois resultam de iniciativas estigmatizantes, genéricas, e que desconhecem as reais necessidades do público em questão.

de morte que emite às pessoas e organizações que visam reagir e enfrentar a violência homicida, e a falta de respostas sobre quem encomendou seu assassinato, mesmo depois de um ano e meio da tragédia são também elementos que incidem como descrença no potencial das instituições estatais, e reforçam a sensação de estado de guerra. Apenas num estado de guerra, um país segue sem se escandalizar quando um governador de estado afirma publicamente que “Se fosse com autorização da ONU, em outros lugares do mundo, nós teríamos autorização para mandar um míssil naquele local e explodir aquelas pessoas”<sup>62</sup>. Embora tenha tentado consertar sua fala, e afirmar que ‘aquelas pessoas’ seriam apenas os criminosos filmados disparando armas na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, é de conhecimento geral que um míssil é um tipo de artefato explosivo, um material bélico de amplo alcance. E que, por isso, lançar um míssil numa área habitada para acertar criminosos é aceitar a alta possibilidade de atingir e matar inocentes.

Nos termos de Mano Brown, a juventude negra brasileira caminha “entre o corte da espada e o perfume da rosa” (2002), isto é, entre o extermínio e a boa vida<sup>63</sup>. A escolha por enfatizar os processos de resistência e de reexistência foi um importante giro, que alterou não apenas o objeto, mas toda a maneira de produção da pesquisa. Todavia, não há como contornar o fato de que esta reexistência se faz, utilizando-me da expressão de Tarsila Flores, nas *cejas de um genocídio* (2017). Nesse sentido, faz-se importante, então, situar o cenário do genocídio, ao mesmo tempo constituído e expresso pelo extermínio e outros elementos complexos, entre estes, o Estado.

Embora não seja o fundamento, mas o produto das relações sociais no decurso da história, e embora não seja, em última instância, quem determina as relações sociais, sendo, na verdade, determinado por estas, o Estado exerce expressiva incidência em realidades como a que aqui se discute. Isso porque possui um papel de importância central dentro do modelo organizativo das sociedades modernas, tanto na regulação econômica, como também social. É o Estado no capitalismo que organiza, não apenas a política econômica, mas também a política social e as políticas repressivas, incluindo-se aí as forças policiais, militares, e o sistema penal. Ernest Mandel (1982), ao discorrer sobre o período contemporâneo do capitalismo, o qual denomina capitalismo tardio, afirma que uma das principais funções do Estado é “reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes ao modo de produção corrente através do Exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário”

---

<sup>62</sup> Cf.: <https://exame.abril.com.br/brasil/witzel-sugere-explodir-com-missil-trafficantes-armados-oposicao-reage/> Acesso em ago/2019.

<sup>63</sup> Embora a ideia de *boa vida* seja objeto de longo debate, é possível perceber nos escritos de Mano Brown que uma boa vida estaria relacionada à não violação de seus direitos, igualdade social, fim do racismo, e uma vida sem os conflitos sociais relacionados ao extermínio.

(p. 334). Para além da coerção como exercício de poder e dominação, o Estado também atua na garantia das condições de produção material e econômica, e em formas de integração e dominação ideológica, para que o projeto societário hegemônico seja executado com o mínimo de conflitos possível. É este Estado que, embora se apresente como “democrático de direito”, isto é, como garantidor da vida e da dignidade humana, opera, na realidade a serviço de quem detém sobre ele a hegemonia.

Em uma realidade como a brasileira, marcada pela colonialidade, pela racialidade e pela dependência, o Estado não representa apenas o interesse de uma classe social, ocupante de um lugar de dominância na divisão social do trabalho. Historicamente, o Estado da república brasileira se constituiu num contexto de fortes tensões raciais. Tensões que atravessavam a classe dominante daquele período, e a população que, até o final do século XIX encontrava-se sob jugo da escravidão, modo de produção este que contava com legitimidade e subsídio estatais. No ápice das tensões entre as classes dominantes e a população negra – escravizada, alforriada e rebelada – o fim do escravismo, a sociedade de livre mercado e a instituição do trabalho assalariado eram discutidos sob as marcas do que Celia Azevedo denomina de *onda negra, medo branco* (1987).

O *imaginário das elites*, objeto privilegiado na análise de Azevedo, não se limitava a posições e pertencimento na divisão social do trabalho. O sentimento de fragilidade do domínio social de um grupo minoritário frente a uma imensa população negra que, por diversas vias, alcançava a liberdade era atravessado por correntes políticas eugenistas, imigrantistas e abolicionistas. Outro elemento fundamental na composição dos imaginários da época era a história da Revolução do Haiti, cuja insurgência possui marcos ainda em meados do século XVIII, mas atingirá seu ápice nos anos de virada daquele século (1791 – 1804)<sup>64</sup>. A possibilidade de uma colônia dominada por uma elite branca sucumbir ante à revolta da maioria negra que ocupava aquele território tinha na revolução dos negros da ilha de São Domingos um exemplo concreto<sup>65</sup>. O medo daquilo que seria capaz uma população de africanos e seus descendentes, abandonada com o fim do regime escravista e rejeitada para a ocupação no novo momento de produção capitalista/industrial, era uma das principais questões que ocupava o imaginário das elites no Brasil ao longo de todo o século XIX. O papel distintivo do medo, que se concretiza como medo do *outro*, e a necessidade de conter

---

<sup>64</sup> Uma discussão aprofundada sobre a Revolução do Haiti pode ser encontrada na obra de C.L.R James, *Jacobinos negros*, cuja primeira edição foi lançada ainda em 1938 (2000).

<sup>65</sup> Um exercício analítico de processos como este pode ser encontrado no livro de Marcos Queiroz (2017), analisa os desdobramentos da revolução haitiana no Brasil, a partir de processos como a experiência da assembleia constituinte de 1823.

esta *onda* serão elementos que irão estruturar o Estado brasileiro, no período monárquico, como também na república.

Distinção, medo, rejeição, abandono, eliminação. Elementos que se fizeram presentes nos processos de transição do modelo de país, do escravismo ao trabalho assalariado, e que ainda se fazem presentes no Estado republicano que hoje vigora. Sobretudo pelo abandono e desprezo, ou pela eliminação, o Estado brasileiro opera por meio de suas faces social e penal, fazendo morrer e deixando morrer a população negra, como demonstra o panorama de genocídio traçado por Magali Almeida (2015). Dentre um rol variado de formas de morrer, gira em torno das mortes violentas o objeto de pesquisa deste trabalho.

O Brasil, como define Eduardo Taddeo, é uma *fantástica fábrica de cadáver* (2014), cuja linha de produção vem exercendo sua capacidade macabra, renovando recordes em eliminar vidas humanas, em escalas superiores às de países em guerra declarada, como Iraque, Sudão, Afeganistão e Síria<sup>66</sup>. Nesse sentido, para contextualizar as reações jovens e negras a tal processo, é importante retomar esse cenário de homicídios expresso em números.

### **3.1. Numerologia da morte (e alguma margem de vida)**

No dia 05 de junho do ano corrente foi lançada a edição do Atlas da Violência 2019. Apesar de drásticos, os resultados não surpreenderam a ninguém. A cifra de 65.602 homicídios é a maior da história do país, assim como a taxa de 31,5 mortes a cada 100 mil habitantes. No período consolidado de 2007 a 2017 analisado pela pesquisa, a taxa de homicídios entre a população não-negra aumentou 3,3%, versus 33% entre a população negra, reafirmando o caráter racializado das mortes violentas no país.

Esse é o sexto resultado anual que acompanho desde 2014, quando comecei a estudar este tema com maior atenção, ainda antes de ingressar no doutorado. Porém, apesar do aumento das taxas e dos variados dados que mostram o peso do racismo na produção do cenário de mortes em que se encontra o país, o resultado da divulgação destes números não produz mais do que séries de reportagens por uma semana. Da parte do governo federal, nenhuma medida ou resposta concreta ao problema retratado foi anunciada. Ao contrário, as medidas anunciadas recentemente vão na contramão

---

<sup>66</sup> Números e informações mais detalhadas, em [http://www.forumseguranca.org.br/storage/10\\_anuario\\_site\\_18-11-2016-retificado.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/storage/10_anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf) (acesso em jul/2019), e [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/11/politica/1513002815\\_459310.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/11/politica/1513002815_459310.html) (acesso em jul/2019).

dos resultados reiterados pela pesquisa deste ano, como é o caso da política de armamento civil em curso, num contexto em que as armas de fogo foram o instrumento utilizado em 72,4% das mortes registradas em 2017 (2019). A população, de acordo com outra pesquisa recente<sup>67</sup>, tem cada vez mais se sentido apreensiva em relação ao porte e à posse de armas, alcançando de 62 a 64% no último levantamento. Além disso, 70% da população tem também rejeitado o pacote de medidas para a segurança pública proposto pelo governo atual<sup>68</sup>.

Entre outras medidas, o chamado “pacote anticrime” prevê a ampliação das possibilidades dos chamados excludentes de ilicitude em casos de homicídios cometidos por policiais. A principal justificativa se deve à elevada e inaceitável taxa de mortes de policiais no país. Os dados do último Anuário Brasileiro de Segurança Pública informam que 367 policiais foram mortos no Brasil em 2017, uma média de um policial por dia. Embora alarmante, este dado observado isoladamente acaba por ignorar outros fenômenos e números que também compõem esta realidade. A possibilidade de matar sem ser punido ou investigado já é uma realidade para a força policial brasileira que cometeu 5.159 homicídios em 2017, 21% a mais do que no ano anterior (FBSP, 2019). Dados sobre a quantidade de processos investigados em casos de autos de resistência são desorganizados e irregulares. Um dos trabalhos mais importantes sobre o assunto foi a pesquisa coordenada pelo professor Michel Misse, publicada em 2011. Neste relatório, afirma-se que “o número de inquéritos de ‘autos de resistência’, arquivados por ‘exclusão de ilicitude’ a partir de 2005 alcança a cifra de 99,2%”, o que representa praticamente todos os casos.

O desprezo pelas vidas encerradas pela violência letal não se restringe apenas aos casos envolvendo policiais. Igualmente desorganizados e subnotificados, os dados sobre a investigação e sobre solução de homicídios no Brasil, muitas vezes, aparecem em reportagens que apresentam dados que não são encontrados em fontes fidedignas. O mais recente relatório consistente sobre o assunto é fruto de um projeto do instituto Sou da Paz, que apresenta que, em média, apenas 20% dos homicídios registrados são investigados, sendo que no Pará, por exemplo, apenas 4,3% dos homicídios ocorridos chegaram a ser formalizados como denúncia ao Ministério Público, entre os anos de 2015 a 2017<sup>69</sup>. Da denúncia até o julgamento, o percentual de processos

---

<sup>67</sup> Cf.: A pesquisa completa pode ser encontrada em <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2019/04/11/3100581ecc8a17a619af6189cd665777pac.pdf> Acesso em jul/2019.

<sup>68</sup> Cf.: <https://oglobo.globo.com/brasil/datafolha-projeto-de-bolsonaro-para-porte-de-armas-reprovado-por-70-da-populacao-23801785> Acesso em jul/2019.

<sup>69</sup> Para a pesquisa, foram solicitados os dados para os Ministérios Públicos dos 27 entes federados do país. Destes, apenas 6 atenderam à solicitação, demonstrando novamente o descaso e o desprezo institucional pelas mortes que atravessam o país. Certamente há mais estados com percentual abaixo da média de 20% encontrada, e justamente pela elevada fragilidade atuarial, não foram capazes de enviar dados para a

remanescentes também é meramente simbólico. Nem mesmo a criação da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP) foi capaz de alterar significativamente este quadro. Fundada em 2010, em parceria entre os Conselhos Nacionais do Ministério Público, Conselho Nacional de Justiça, além do próprio Ministério da Justiça, a ENASP tinha entre seus objetivos a desobstrução da baixíssima taxa de resolução de processos de homicídio, tendo como meta o julgamento de 80% dos processos iniciados. O resultado dos esforços até o ano de 2015, porém, alcançou apenas a marca de 10,9%<sup>70</sup>. Em que pese o resultado bastante aquém da meta, é importante destacar que o trabalho realizado estava apresentando resultados diante de uma realidade historicamente precária no país<sup>71</sup>. Entretanto, a ENASP interrompeu a renovação de suas metas em relação ao julgamento de homicídios em 2015. A reportagem realizada pelo jornal O Globo buscou apurar a situação e, de fato, a instituição encontra-se hoje apenas monitorando tal realidade<sup>72</sup>.

Essa é apenas uma parte dos números que norteiam o debate sobre a questão da violência homicida no país. Cifras, tabelas e gráficos que, de fato, deixam atordoada qualquer pessoa que tenha contato com elas. Entretanto, nem mesmo a avalanche de números trágicos é capaz de mobilizar para a defesa da vida o Estado e a sociedade como um todo<sup>73</sup>. Nem mesmo se incluirmos a cabalística das chacinas, massacres e execuções, que vão dos 111 mortos do Carandiru, aos 111 tiros de fuzil em cinco jovens em Costa Barros, no Rio de Janeiro. O rapper Eduardo caracterizou os tempos atuais, marcados por tamanha violência, como *Era das Chacinas*, que dá nome a uma de suas músicas. Certa vez, em uma entrevista, o rapper comentou que costumava dedicar essa música à memória de uma chacina ocorrida no Brasil, e lamentou o fato de que a cada novo show havia uma nova chacina a ser lembrada. Em abril deste ano (2019) militares dispararam 80 tiros de fuzil contra o carro de Evaldo Costa, que ia com mais 4 familiares

---

pesquisa, ou também poderiam se recusar a expor realidade urgente da região. O relatório da pesquisa pode ser encontrado em

[http://www.soudapaz.org/upload/pdf/index\\_isdp\\_web.pdf](http://www.soudapaz.org/upload/pdf/index_isdp_web.pdf) acesso em jul/2019.

<sup>70</sup> <https://oglobo.globo.com/brasil/justica-desiste-de-meta-para-julgar-crimes-contra-vida-21727597> acesso em jul/2019.

<sup>71</sup> Cf.: [http://www.criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/Artigo3482\\_CNMP.pdf](http://www.criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/Artigo3482_CNMP.pdf) acesso em jul 2019.

<sup>72</sup> <https://oglobo.globo.com/brasil/justica-desiste-de-meta-para-julgar-crimes-contra-vida-21727597> acesso em jul/2019.

<sup>73</sup> É importante dizer que, na verdade, a produção e a sistematização quantitativa no Brasil são ainda escassas. Dados ignorados, subnotificados ou descontinuados ainda são a principal marca das políticas públicas brasileiras, o que certamente não contribui para uma compreensão mais acurada, melhor monitorada e avaliada dos problemas sociais enfrentados. No entanto, apesar de parecer contraditório, o que a realidade aqui estudada sinaliza é que a avalanche de números que não resultam em medidas concretas sobre um determinado problema e a escassez de números acurados que também dificultam a adoção de medidas concretas a outro determinado problema possuem a mesma matriz de (in)diferença e desprezo aqui discutida.

a um chá de bebê. Em julho, 58 pessoas foram assassinadas sob a tutela do Estado, no Centro de Recuperação de Altamira, no Pará.

Ainda essa semana, dia 20 de agosto de 2019, o sequestro de um ônibus na ponte Rio-Niterói tomou os noticiários de todo o país. Após três horas de tensão, o sequestrador decidiu sair do veículo, se expôs por completo sem nenhum refém, e foi abatido por um atirador da polícia. O policial, que possivelmente utilizou pela primeira vez seu treinamento de disparos a longa distância em uma situação real, vibrou ao se certificar que havia abatido seu alvo. Espectadores aplaudem o feito. De dentro de um helicóptero, desce o governador do estado, que goza sem pudor a morte de William Augusto da Silva. Nas reportagens *online*, pessoas virtuais também comemoram a morte do jovem e afirmam que ainda é pouco.

O corpo crivado de balas, que haveria de ser de um drogadito ou de um egresso do sistema penal era, na verdade, um jovem de vinte anos, sem antecedentes criminais, e diferente do estereótipo contra o qual Estado e sociedade se armam para aniquilar. Relatam os jornais que o jovem vinha de uma “família estruturada”<sup>74</sup>. A família, por sua vez, relata que o jovem era afetuoso, mas no início do ano teve um surto, relatara estar ouvindo vozes produzidas em sua cabeça, sofrendo, e enfrentando uma depressão. Na madrugada que antecedeu o sequestro, William enviou uma mensagem aos pais, afirmando que iria acabar com a própria vida<sup>75</sup>. Seu primo busca se desculpar com todas as vítimas em nome da família, e a Sra. Renata, mãe de William, ao apresentar um quadro de desmaio na delegacia, foi apoiada por Paulo, pai de uma das reféns. Entre outras coisas, Paulo afirmou em entrevista que sua “intenção como humano foi de tentar ajudar”, e devolveu o seguinte questionamento, fundamental como reflexão sobre a violência ampliada promovida pelo extermínio jovem negro: “O que você fala para uma família que perdeu o filho?”

O desfecho trágico de William incrementa a numerologia da morte no país, e a dor de seus familiares cede rapidamente à evidência que teve na mídia durante aqueles dias para novos problemas sociais. No entanto, ainda que a título de “margem de erro”, é válido destacar duas centelhas de vida em meio ao extermínio.

O primeiro deles é um jovem que acompanhei quando trabalhava como assistente social no sistema socioeducativo, e que logo me veio à mente por conta da história de William. Douglas chegou até a unidade de liberdade assistida em razão de um furto qualificado. Logo no primeiro contato com o jovem, percebi alterações em seu comportamento e, após um longo processo para concretizar o acesso ao atendimento

---

<sup>74</sup><https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/08/20/depressivo-sequestrador-de-onibus-era-bom-filho-com-familia-estruturada.htm> entre outros. Acesso em ago/2019.

<sup>75</sup><https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2019-08-21/sequestrador-de-onibus-contou-a-parentes-que-ouvia-vozes-dentro-da-cabeca.html>

no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Douglas foi diagnosticado com esquizofrenia. Nos diversos momentos de crise mais intensa, as 'vozes' que o jovem ouvia não apenas alteravam sua percepção da realidade, mas o induziam ao autoextermínio, e o incitavam a cometer atos de violência contra outras pessoas. O trabalho combinado entre o CAPS e a Liberdade Assistida ao longo dos anos com Douglas, e sua família, foi fundamental para que ele deixasse de atentar contra a sua própria vida e contra a vida de outras pessoas. Hoje, Douglas e Rosália, sua mãe, se dedicam à organização que fundaram para auxiliar outros jovens e familiares que atravessam o mesmo processo, além de nos permitirem pensar que, numa realidade de acesso a recursos e serviços para conduzir uma situação de transtorno mental, abater ou não jovens em crise pode ser um falso dilema.

O outro lampejo de vida eu resolvi chamar de *canetas contra fuzis*. Mil e quinhentos desenhos e cartas elaborados por crianças do complexo de favelas da Maré, que repõem o lugar do humano e do trágico, perdido na banalização das abordagens policiais realizadas com helicópteros. As mesmas que, no ano passado, encerraram a vida de Marcos Vinícius, de 14 anos, enquanto ia uniformizado para a escola. A organização não-governamental Redes da Maré, que promoveu a iniciativa das cartas entregues à Justiça pedindo a suspensão desta forma operacional, também monitora as atividades policiais no território. Segundo a organização, o número de operações com helicópteros utilizados como plataforma de tiro no primeiro semestre deste ano já se equivale à soma das operações realizadas nos anos de 2017 e 2018. Ainda, segundo o boletim *Direito à segurança pública na Maré*, das 15 mortes em dias de operações policiais em 2019, 14 ocorreram em operações com o uso de helicóptero<sup>76</sup>. Por meio de expressões artísticas como as ilustrações, é possível compreender não apenas o argumento lógico, mas captar o sentimento de crianças que convivem com a troada de helicópteros em voos rasantes, de rajadas de metralhadoras e notícias de mortes. Por sua força e apelo sensível à dignidade da vida, a campanha teve ampla repercussão, nacional e internacional<sup>77</sup>, dando visibilidade e importância ao pleito da comunidade local organizada, frente à brutalidade da abordagem estatal naquele território.

---

<sup>76</sup> Cf.: [http://redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/BoletimSegPublica\\_EdicaoEspeci.pdf](http://redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/BoletimSegPublica_EdicaoEspeci.pdf) Acesso em agosto/2019

<sup>77</sup> Cf.: <https://www.hrw.org/news/2019/08/22/favela-children-speak-truth-about-abusive-policing> Acesso em agosto/2019



### 3.2. Genocídio, extermínio e homicídios: diferenciando categorias

Neste cenário de violência e resistência apresentado até aqui, é comum encontrarmos termos e categorias que costumam ser utilizadas indiscriminadamente, como se fossem sinônimos. Outra ocorrência comum é a utilização indiscriminada de uma categoria, desvinculada de qualquer referência teórica, o que resulta num conjunto de significados muito diversos para uma mesma palavra. Vem sendo assim, no caso das categorias *genocídio* e *extermínio*. Tratá-las como sinônimos é algo que acaba por dificultar a compreensão de cada fenômeno, os quais possuem diferenças importantes entre si. Nesta seção, apresento reflexões teóricas sobre genocídio, extermínio, e sobre como se situam os homicídios contra jovens negros em relação a ambos os contextos, a fim de contribuir para a organização teórica do campo, e também para poder melhor situar os atos de resistência e reexistência nesta realidade.

Começando pela ideia de *genocídio*, esta surge formalmente em 1944, quando o jurista polonês de origem judaica Raphael Lemkin cunha o termo para se referir aos processos da ofensiva nazista contra o povo judeu em seu livro *Axis Rule in Occupied Europe* (*O Domínio do Eixo na Europa Ocupada*, LEMKIN, [1946] 2005). O termo *genocídio* é utilizado, então, para categorizar o que Winston Churchill denominou como “um crime sem nome”. Além de sua produção técnica e teórico-filosófica, Lemkin atuou também politicamente, com o intuito de que a definição por ele criada não fosse reduzida em seu alcance, como ocorrera, segundo Flauzina (2014), na Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, em 9 de dezembro de 1948. Conforme narra a autora, Lemkin se envolveu ativamente no processo de definição formal do conceito de genocídio a ser adotado pelas Nações Unidas chegando a participar da elaboração da Convenção, em 1947 e a redigir o primeiro esboço, que foi, contudo, rejeitado e substituído por uma versão mais restrita no ano seguinte (FLAUZINA, 2014). Na versão final da Convenção, o resultado foi de que o crime de genocídio estaria efetivamente restrito ao assassinato massivo, expressamente intencional de membros de determinada nação, raça, etnia ou grupo religioso.

A bibliografia em torno do genocídio e de suas diversas ocorrências históricas é diversa. Sobretudo em relação a concepções filosóficas e sociológicas de genocídio, cujo significado é geralmente mais amplo que o conceito jurídico vigente, os trabalhos bibliográficos abordam diferentes episódios considerados como genocídios, que datam tanto de séculos antes da Convenção de 1948, quanto de momentos contemporâneos da história da humanidade<sup>78</sup>. É nesta seara que se encontram também as discussões

---

<sup>78</sup> No caso da população indígena no “Brasil”, apesar dos obstáculos para calcular a população indígena em território brasileiro, sobretudo nos primeiros séculos de colonização portuguesa, é um consenso

sobre o genocídio negro – que, mais recentemente, passou a ser denominado de antinegro<sup>79</sup> – e suas múltiplas manifestações, em diferentes tempos e lugares. No território brasileiro, as denúncias de genocídio ocorrem tanto por meio de pesquisas e bibliografias acadêmicas quanto por movimentos sociais. Estas denúncias abarcam diferentes grupos étnicos e raciais do Brasil e situam-se desde o período colonial até os dias atuais. Tratam principalmente de indígenas em sua diversidade de povos e etnias, e do povo negro em Diáspora.

O *genocídio do negro brasileiro* é o título de um dos livros escritos por Abdias do Nascimento. No que diz respeito a produções bibliográficas, esta seria a obra mais antiga a tratar do assunto a partir da categoria genocídio, publicada em 1978. Vale reiterar que, muito antes desta publicação, o movimento negro brasileiro<sup>80</sup> já denunciava a existência de um genocídio contra a população negra no país, e este tema esteve presente na imprensa negra, como por exemplo no Jornal Irohìn<sup>81</sup>. Após o livro de Nascimento, é possível constatar que a academia brasileira pouco abordou esta questão. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro* (2008), escrito por Ana Flauzina, é um dos únicos livros completos conhecidos a tratar deste tema atribuindo-o centralidade. Artigos e trabalhos acadêmicos<sup>82</sup> são mais recorrentes, embora em volume ainda reduzido para a complexidade e o tempo de existência deste campo.

É comum, entretanto, encontrar escritos que associam o termo genocídio a um recorte etário dentro de um grupo etnicorracial. É o caso do chamado *genocídio da juventude negra*. Este recorte se deve ao fato de que o segmento populacional de *jovens-homens-negros* é o segmento da população brasileira mais atingido pela violência homicida. Além disso, pesquisas como o Mapa da Violência, com destaque para os dados da edição de 2014<sup>83</sup>, vem evidenciando a escalada de assassinatos de jovens negros, num processo inverso ao de redução de assassinatos de jovens brancos,

---

histórico a afirmação de que inúmeras etnias foram extintas, além da drástica redução populacional geral sofrida ao longo dos séculos. Contemporaneamente, chama atenção a investigação realizada pela Comissão Nacional da Verdade. Ao analisar o período de vigência da ditadura militar, apontou, além das 8350 mortes estimadas, num universo populacional já reduzido, diversas práticas de expulsão de terras originárias e até mesmo a inoculação intencional do vírus da varíola (BRASIL, 2014). O relatório mostra também que, em diversos destes episódios, o Estado brasileiro contribuiu, tanto por negligência, quanto chancelando ações contra povos indígenas.

<sup>79</sup> Cf. Antinegitude (PINHO; VARGAS, 2016).

<sup>80</sup> Embora se utilize aqui a expressão no singular, é importante ressaltar que o que é aqui chamado de movimento negro é constituído, na verdade, de um conjunto de grupos, organizações e militantes independentes, e que, embora tenham muitas convergências majoritárias, nem sempre concordam entre si.

<sup>81</sup> Um estudo dedicado ao Jornal Irohìn no contexto do epistemicídio negro pode ser encontrado em Ariovaldo Lima Júnior (2009).

<sup>82</sup> Entre os artigos publicados com esta temática, encontram-se os trabalhos de Magali Almeida (2014), João Costa Vargas (2010) e Osmundo Pinho (2014).

<sup>83</sup> Enquanto foi reduzida em 32,3% entre jovens brancos, se intensificou 32,4% (WAISELFISZ, 2014)

explicitando, assim, o caráter racial destas mortes. Todavia, tratar esse fenômeno como *genocídio* da juventude negra não deixa de ser um equívoco que vai além de preciosismo acadêmico.

O que ocorre é que, como foi dito há pouco, o termo genocídio possui uma história, um significado que até hoje se encontra em disputa, e possui, inclusive, aplicações políticas e jurídicas, como as consequências previstas no direito internacional para os casos caracterizados e julgados como genocídio. Reduzir seu escopo amplo que vai além de homicídios e além de um segmento etário acaba por fazer com que outros elementos importantes sejam desassociados, fragilizando a construção de um quadro de totalidade ampliado, mais complexo e mais pungente, que seria o genocídio do povo negro brasileiro, ou de todo o povo negro em Diáspora.

Para traduzir esta afirmação, recorro ao próprio significado de genocídio adotado hoje pelas Nações Unidas, e depois ao significado mais amplo defendido por Raphael Lemkin, ainda na década de 1940, para caracterizar o que seria genocídio e pensá-lo em relação à realidade da população negra brasileira.

A definição adotada pela Organização das Nações Unidas, de acordo com a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio afirma em seu artigo 2º:

Na presente Convenção, entende-se por genocídio os atos abaixo indicados, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tais como:

- (a) Assassinato de membros do grupo;
- (b) Causar danos à integridade física ou mental de membros do grupo;
- (c) Impor deliberadamente ao grupo condições de vida que possam causar sua destruição física total ou parcial;
- (d) Impor medidas que impeçam a reprodução física dos membros do grupo;
- (e) Transferir à força crianças de um grupo para outro. (ONU, 1948).

Mesmo sendo considerada restritiva em relação ao conceito original de genocídio, a Convenção que o oficializa e define como crime passível de punição internacional, inclui ações para além do assassinato de indivíduos, compreendendo que as demais ações elencadas também são formas indiretas de aniquilação total ou parcial de um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como estabelece.

Na concepção de Raphael Lemkin, todavia, a prática de genocídio vai além dos atos incluídos na Convenção. Quatro anos antes da aprovação do referido acordo, Lemkin publica sua obra de maior notoriedade, *Axis Rule in Occupied Europe* (1944), aqui já mencionada. É nesta obra que o conceito de genocídio é abordado pela primeira vez. Para discorrer sobre sua concepção, o autor apresenta o que define como *técnicas*

*de genocídio em vários campos*, sendo eles: 1) político; 2) social; 3) cultural; 4) econômico; 5) biológico; 6) físico (este, subdividido em três formas principais, que são: I) Discriminação racial na alimentação, II) Colocando a saúde em perigo, e III) Matança em massa); 7) religioso e 8) moral. Vale ressaltar que, como o próprio título enseja, o trabalho de Lemkin está diretamente voltado à *Europa ocupada* pelas forças nazistas, cujos elementos genocidas estão postos em clarividência. Ainda assim, os campos definidos por Lemkin são de evidente aplicabilidade ao contexto da população negra brasileira que, por sua vez, é semelhante ao dos demais povos da Diáspora Africana como um todo. Analisando a descrição proposta pelo autor, é possível encontrar semelhanças entre a realidade judaica e a realidade negra na Diáspora brasileira em todos os oito campos. Como exercício comparativo, a fim de identificar convergências, a realidade apresentada na obra será analisada e comparada com a realidade da população negra no Brasil, em relação aos três primeiros campos abordados pelo autor. Isso por estarem mais diretamente relacionados com o objeto desta pesquisa, além do item *matança em massa*, assunto que vem sendo abordado ao longo de todo o trabalho.

No campo *político*, Raphael Lemkin destaca diversas ações de domínio, tais como: destituição de instituições governamentais e tradicionais do país; mudanças de nomes dos habitantes locais e suas famílias para nomes, no caso, alemães; inserção de indivíduos alemães para assumir as posições principais da administração pública do país; instituição de organizações do partido nazista, concomitantemente à fusão com partidos aliados da região e dissolução de partidos adversários. Destaca ainda a colonização, na migração de indivíduos alemães para países ocupados, muitas vezes por meio da expulsão dos habitantes nativos de suas próprias casas para ceder lugar aos colonos, que geralmente eram estimulados a migrar por meio de privilégios diversos no novo local, além da oferta de incentivos fiscais. Ao comparar tais medidas com a história da colonização do Brasil, são fartos os sinais de convergência, com a diferença de que, no caso brasileiro, o processo teve início nada menos que quatro séculos e meio antes, e nunca foi revertido em qualquer tipo de acordo formal, como no pós Segunda Guerra.

As semelhanças são muitas, tanto em relação aos povos indígenas, quanto aos povos africanos. No caso africano, porém, a primeira violência perpetrada foi a subjugação para a extradição dos indivíduos para outro território além do mar. Uma diferença naquele momento era o não interesse na dominação e colonização do território africano, o que, todavia, veio a ocorrer posteriormente. A dominação e a exploração pretendida era a dos próprios sujeitos subjugados, para a colonização de outro território, cuja população nativa foi mais exterminada do que subjugada para mão-

de-obra<sup>84</sup>. Contudo, a partir do momento em que estes indivíduos foram capturados e subtraídos em sua autonomia, forçados a viver neste novo território, desenrola-se uma sequência de diversos atos de violência que, analisados sob a perspectiva apresentada por Lemkin, são genuínos atos de violência genocida.

Destes aspectos, o primeiro a chamar atenção é o da concretude da ideia de *raça* e seu binômio *racismo*. Aqueles que foram designados como *negros* ou como *africanos*, nem sempre foram identificados como tal. O que se amontoou com violência nos navios não eram negros. As *galeras*, que posteriormente ficaram conhecidos como *navios negreiros* estavam, na verdade, repletos de indivíduos que, embora partilhassem a semelhança da pele escura, possuíam inúmeras diferenças, que tinham origem em seus pertencimentos étnicos, às vezes bastante distintos ou até conflitantes. É na Diáspora, resultado da escravidão racializada, que a convergência para a caracterização de um grupamento único se dá. Paul Gilroy (2012) apresenta em profundidade o que denominou como *Atlântico Negro*, e a centralidade deste lócus movente, fluido e de múltiplas sínteses representado pelo oceano. É dessa forma que nagôs, jêjes, congos e angolas, nomes que, por sua vez, são classificações posteriores das diversas etnias de povos iorubás, bantus, ashantis e outros, são reduzidos a um único grupo, num processo que revela as sucessivas camadas do genocídio negro.

Além das trocas de nomes dos grupos étnicos por parte do colonizador, os indivíduos foram também, pouco a pouco, destituídos de seus próprios nomes. Os nomes de famílias ou povos eram, muitas vezes, substituídos por nomes pertencentes aos senhores escravizadores, e os primeiros nomes também foram progressivamente substituídos por apelidos ou nomes de língua portuguesa.

Quanto às instituições governamentais e formas de organização social, administrativa e política dos povos negros, a situação é ainda mais complexa do que as dos países ocupados pela Alemanha nazista, descrita por Lemkin (1944). Isso em razão de um elemento central que foi destituído da população negra escravizada. O *território*. Expropriados de seu território e conseqüentemente de todo patrimônio material e imaterial inerentes a ele, esvaziam-se de sentido as principais formas de organização da vida social daqueles povos, fazendo com que o processo de subordinação a um sistema de governo de outro povo em um novo território que não lhes pertence ultrapasse em muito os danos causados pelo genocídio no âmbito político apresentado por Lemkin. No processo brasileiro e dos países da Diáspora, o cenário é o da realização de um leilão, no qual uma princesa africana encontra-se à venda para ser escravizada juntamente com seus súditos, todos presos a um carro de boi. Esta cena, narrada por

---

<sup>84</sup> Cf.: Moura, 1959.

Jorge Ben, que por meio de sua música ensinou mais sobre a história da população negra do que muitos livros didáticos brasileiros<sup>85</sup>, sintetiza bem os elementos políticos do genocídio negro aqui descrito.

No que diz respeito ao campo *cultural*, Lemkin (op. cit.) aborda uma série de ações que, a seu ver, configuram mais um aspecto de um processo genocida. Entre as medidas do regime nazista estão a proibição da reprodução da língua nativa em escolas e materiais impressos. O ensino da língua nativa esteve proibido em escolas primárias e permitido somente em escolas secundárias, e nas escolas foram introduzidos professores alemães, que eram compelidos a ensinar de acordo com os princípios do “nacional-socialismo”, como era chamado o regime nazista. Este modelo educacional se iniciava já aos seis anos de idade e durava por oito anos, ou com a conclusão da escola primária, e depois até a conclusão da escola profissionalizante (*vocational school*). Os jovens poloneses eram também privados das escolas superiores de artes liberais e majoritariamente encaminhados para escolas de cunho profissionalizante, por predominar entre os dominadores nazistas o pensamento de que as escolas de artes liberais poderiam despertar uma espécie de pensamento crítico indesejado para o regime de dominação. Além disso, existia a tendência de preparar estes poloneses para trabalhar nas indústrias alemãs. Os alemães exerciam ainda um rígido controle sobre as atividades de expressão artística de pintura, literatura, música, teatro, entre outras, com o objetivo de impedir a expressão de qualquer espírito nacional. Além disso, o autor faz destaque para o caso ocorrido em que a livraria do maior seminário teológico judeu na Polônia foi destruída com “orgulho especial” (1944, p. 85), conforme extrato noticiado em um jornal de Frankfurt apresentado por Lemkin.

Todas estas ações no campo cultural do genocídio judeu têm seus equivalentes no caso da população negra brasileira, com o agravante de que certas trilhas relacionadas ao patrimônio cultural atacado no período colonial escravista são impossíveis de serem refeitas. Manifestações artísticas, literárias e religiosas foram – e ainda são – desde o início da Diáspora, objeto de perseguição, criminalização, usurpação e apagamento. Templos, espaços e símbolos de religiões de matriz africana ou afro-brasileira são, talvez, os únicos que figuram com frequência em páginas jornalísticas em razão de atentados incendiários ou depredatórios. No livro *Cativeiro carioca: memórias da perseguição aos capoeiras nas ruas do Rio de Janeiro (1888 – 1930)*, Gabriel Siqueira (2015) apresenta a criminalização como contínuo do pós escravização, tendo a capoeira como estudo de caso. O autor evidencia, pela análise

---

<sup>85</sup> Conferir, por exemplo, o artigo *A discriminação racial presente em livros didáticos e sua influência na formação da identidade dos alunos*, de Luciane Wattier. <https://www.geledes.org.br/a-discriminacao-racial-presente-em-livros-didaticos-e-sua-influencia-na-formacao-da-identidade-dos-alunos/> acesso em agosto/2019

do primeiro Código Penal, de 1890, e dos cantos de roda, o processo de perseguição à capoeira, como manifestação de cultura e resistência negra.

Quanto aos aspectos educacionais mencionados por Lemkin, a principal evidência da devastação do patrimônio cultural africano na Diáspora e seu reflexo nos processos educacionais é a difícil efetivação da Lei nº 10.639/2003. Trata-se da lei federal que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas. Isso em um país de maioria negra em que um sujeito pode concluir todo o ciclo de educação básica e sequer saber os nomes das línguas nativas faladas pelos povos ou países de onde seus antepassados vieram. A própria necessidade de uma determinação legal para que haja o ensino de elementos históricos e culturais que, na verdade, são fundantes no processo de formação do país já sinaliza, por si só, a realidade histórica de aversão ao patrimônio negro.

A força da lei também expôs a constrangedora realidade dos currículos escolares e dos currículos acadêmicos pelos quais se formavam os educadores. Em outras palavras, o apagamento deste patrimônio imaterial se revelou tão patente que, antes de se pensar na formação de qualidade para alunos do Ensino Fundamental e Médio, os próprios professores necessitavam ainda aprender e se capacitar em relação a este conteúdo. As editoras de livros didáticos, por sua vez, também precisavam não apenas incorporar estes assuntos em seus materiais, como também rever os conteúdos saturados de racismo subjacente, como por exemplo limitar a história do negro no Brasil à história da escravidão, e a representação do escravizado como um sujeito passivo e incapaz de reivindicar a sua própria liberdade. Na impossibilidade de mencionar uma referência bibliográfica única que resumisse o conjunto de obstáculos e de novas possibilidades decorrentes do processo de implementação da lei nas escolas, uma rápida busca no banco de teses e dissertações da CAPES já revela a diversidade de estratégias de trabalho sobre o assunto. O trabalho junto a escolas em comunidades quilombolas, por exemplo, pode ser tanto um exercício de conhecimento, quanto autoconhecimento da história negra viva na Diáspora. Nesse contexto, uma comunidade pode tanto aprender sobre esta história, como também ensinar. A prática da capoeira na matéria de Educação Física, o uso de músicas como o samba, o rap, bem como canções antigas de capoeira como ferramentas para o ensino de língua portuguesa, e até mesmo o ensino de formas geométricas a partir de ornamentos africanos. Tais propostas, ao mesmo tempo que desvendam a infinidade de possibilidades de abordagens ao assunto, evidenciam o quanto o processo genocida privou a própria

população brasileira de conhecer, valorizar e se apropriar de um patrimônio que é constitutivo desta história<sup>86</sup>.

Os demais campos em que o genocídio se manifesta, como no econômico, biológico, físico, religioso e moral, embora não abordados aqui, trazem também diversas similitudes entre o processo que sofreram os judeus contra o eixo nazista, e a realidade em que historicamente se encontra a população negra em países colonizados por meio da escravidão racializada, como o Brasil. Como um fractal, a dinâmica dialética da colonialidade traz à tona, sob nova roupagem, tecnologias de violência e dominação que se remontam aos primórdios da escravidão moderna, utilizados agora aos propósitos do totalitarismo nazista, sendo o principal destes a desumanização. Os elementos do genocídio judeu se remontam aos tempos da escravidão negra moderna, entretanto, mesmo sendo o Brasil um país que se estruturou pela escravidão, e que tem por realidade atual o contexto aqui apresentado, a reivindicação política da categoria genocídio não alcançou até hoje o status legal de crime que poderia alcançar

### 3.2.1. Sobre homicídios e o extermínio

Uma vez situado o que se entende por genocídio, e ainda os limites e possibilidades do emprego desta categoria jurídica e analítica à realidade da população negra brasileira, faz-se necessário entender e diferenciar o que se compreende por homicídios e o que seria a ideia de *extermínio*. Embora estas três categorias sejam utilizadas frequentemente como sinônimos, as diferenças existentes que possuem são expressivas e, sobretudo, importantes para sustentar a perspectiva teórica deste trabalho em relação à mortalidade de jovens negros no país.

Falar em *extermínio* da juventude negra brasileira, como vem sendo feito neste trabalho, denota a perspectiva teórica e política pela qual se decide tratar o assunto das mortes de jovens negros no país. Quando se fala em extermínio, aparentemente, o que está sendo abordado são justamente os homicídios contra jovens negros que assolam o país em constante crescente. Todavia, apesar de estarem imbricados, não representam exatamente a mesma perspectiva.

Tanto o termo *homicídios* quanto o termo *extermínio* de jovens negros fazem referência a jovens que vem sendo vítimas da violência letal. Todavia, expressam formas distintas de analisar o problema. Enquanto o termo homicídios descreve com

---

<sup>86</sup> O artigo [http://www.scielo.br/pdf/ep/v40n2/en\\_v40n2a09.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ep/v40n2/en_v40n2a09.pdf) realizou uma análise bibliográfica a respeito da implementação da lei 10.639/2003 e da formação de professores para o ensino da matéria e afirma a invisibilidade do assunto até os anos 2000, ao mesmo tempo que passou a ser crescentemente demandado após as mudanças ocorridas com a chegada da lei.



suposta neutralidade o que vem ocorrendo com estes jovens por todo o país, a expressão *extermínio* denuncia que há outros processos em curso. Enquanto *homicídios* induz a pensar que o problema central é a morte dos jovens referidos, o termo *extermínio* acusa que a morte é “tão somente” a manifestação final de um conjunto sistemático de violências que atravessaram toda a breve vida destes sujeitos.

Enquanto ferramenta analítica, a categoria *homicídios* apresenta um fenômeno que enseja políticas públicas, sobretudo de segurança pública, voltadas para a redução de índices estatísticos. Já a categoria *extermínio* parte da compreensão de que se trata de algo maior do que a soma das mortes de jovens. De que os assassinatos constituem uma totalidade maior, perpassados por algo que os aproxima e os torna mais do que um somatório estatístico grave. Esse *algo* é o próprio racismo, no ápice de sua letalidade. A categoria *homicídio* se reporta à “cena do crime” ou aos momentos finais que culminaram no ato. Compreender o *extermínio*, por outro lado, implica seguir um caminho reverso, no qual o momento do assassinato de um jovem se torna ponto de partida para compreender as engrenagens da crescente de mortes que se estruturam por meio de um forte componente racial, expresso em dados e levantamentos estatísticos, e cuja matriz se remonta aos primórdios do racismo que estruturou o projeto de país em que hoje vivemos.

Pesquisar homicídios tem geralmente, como ênfase, os aspectos mais diretamente vinculados ao episódio da(s) morte(s) em questão. A premissa do extermínio, por sua vez, impele o pesquisador a encontrar, para além do fenômeno da morte física, os elementos profundos que vem produzindo tal dinâmica de eliminação de determinados sujeitos. Índícios presentes ainda na infância, de quando o sujeito crescia na ausência dos pais, ou mesmo tendo sido criado apenas pela mãe, que precisava trabalhar o dia inteiro em empregos precarizados para garantir o mínimo de sustento material para o filho. O extermínio se inicia aí. Na verdade, muito antes. “Eu já morri tantas antes de você me encher de bala”, afirma o rapper Rico Dalasan (2015), sintetizando a dinâmica do extermínio e onde nela se situam os homicídios.

A categoria homicídios inclui os jovens negros mortos de forma violenta no país, no entanto, não abarca a realidade de suicídios, que expressam o ápice da intensidade do mal-estar dos tempos atuais. Os suicídios em geral são também chamados tecnicamente de autoextermínio, nomenclatura que, neste contexto, dá o tom da realidade que enfrenta o país. Com uma taxa de 11.433 suicídios por ano<sup>87</sup>, uma média de um caso a cada 46 minutos, e um aumento de 2,3% em relação ao ano anterior, o quadro se intensifica ainda mais entre a população negra, sobretudo jovem. De acordo

---

<sup>87</sup> Disponível em: <http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/44404-novos-dados-reforcam-a-importancia-da-prevencao-do-suicidio> Acesso em set/2019.

com a pesquisa elaborada pelo Ministério da Saúde em parceria com a Universidade de Brasília<sup>88</sup>, o índice de suicídios entre jovens negros foi 45% maior do que entre jovens brancos em 2016, e que, entre 2012 e 2016, a taxa entre jovens negros aumentou 12%, enquanto se manteve estável entre jovens brancos. Os jovens do sexo masculino estão ainda mais presentes nestes índices, e os jovens negros do sexo masculino são o público mais afetado, enquanto a taxa de jovens negras se manteve estável, indicando a importância das questões de gênero e masculinidade na resultante destes autoextermínios. Para cada suicídio entre jovens negras, ocorrem seis entre jovens negros. Chama atenção o fato de que o segmento populacional que possui a maior incidência entre os casos de extermínio é o mesmo que lidera os casos de autoextermínio<sup>89</sup>.

Retornei a este tópico depois que, no dia 20 de setembro de 2019, um jovem negro, estudante da Universidade de Brasília pôs fim à sua vida em frente à reitoria, impondo-nos novamente a reflexão sobre que incidência tem a universidade no agravo ou no enfrentamento desta realidade. Neste mesmo dia, Ágatha Félix, uma criança de oito anos foi assassinada no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. Balas perdidas geralmente encontram seu destino entre pessoas negras e pobres no Brasil. Testemunhas afirmaram que o disparo foi de autoria de policiais militares<sup>90</sup> que estariam em operação, o que corresponde à política de excludentes de ilicitude do atual governo federal, e a política estadual defendida pelo atual governador do Rio de Janeiro, de incentivo a ações mais violentas para a força policial, que já fez outras vítimas sem qualquer envolvimento com atos criminosos. Estes dois episódios não serão contabilizados no universo de homicídios de jovens em 2019. Todavia, para a perspectiva adotada nesta pesquisa, casos de suicídio como estes são, de fato, um ato de autoextermínio; e a bala “perdida” não impediu apenas a existência da Ágatha que devia estar viva no dia seguinte, com sua família. Impediu também a existência da Ágatha de 2029, que estaria com dezoito anos e cheia de sonhos; impediu a existência da Ágatha em sua vida adulta; quem sabe, até mesmo a existência de Ágatha, a primeira governadora negra do estado do Rio de Janeiro. Enquanto o *homicídio* se refere à morte da pessoa no tempo presente, o *extermínio* enfatiza, sobretudo a morte da potência, no tempo futuro.

---

<sup>88</sup> Disponível em:

[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/obitos\\_suicidio\\_adolescentes\\_negros\\_2012\\_2016.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/obitos_suicidio_adolescentes_negros_2012_2016.pdf)

<sup>89</sup> Vale destacar, ainda relacionado às questões de gênero, que, enquanto homens são prevalentes nos casos de suicídio, mulheres lideram os casos gerais de lesão autoprovocadas, o que inclui não somente os suicídios, mas as tentativas de suicídio e automutilação. Cf. <http://www.generonumero.media/suicidio-violencia-autoprovocada-homens-mulheres/> acesso em nov/2019.

<sup>90</sup> Após os ocorridos, foi noticiado ainda o caso de que policiais tentaram pegar a munição que atingiu Ágatha, segundo a reportagem: <https://veja.abril.com.br/brasil/pms-invadiram-hospital-e-tentaram-levar-a-bala-que-matou-agatha/> acesso em out/2019.

O debate em torno dos *homicídios* situa os jovens negros assassinados na soma do escandaloso rol de mais de 60 mil homicídios por ano, que evidencia a intensidade da violência no país. Todavia, o segmento mais recorrente neste total de mortes é marcado por idade e raça/cor, não de forma aleatória. São 30 mil jovens assassinados por ano, e destes, 77% são negros, segundo o último levantamento realizado pelo Mapa da Violência (2014). Para chegar nesse quadro de super-representação, a violência no país se comportou de forma surpreendentemente seletiva. Os dados de 2014, por exemplo, demonstram que as mortes foram reduzidas em 32,3% entre jovens brancos, ao passo que se intensificou 32,4% entre jovens negros. Estes dados deixam explícito o caráter de extermínio denunciado há muitos anos pelo movimento negro. O extermínio é, então, justamente a categoria de mediação, que possibilita compreender o problema dos homicídios em sua profundidade, complexidade e como componente de um quadro maior: o próprio genocídio.

É neste cenário de genocídio, em um território que se assemelha a um *campo de extermínio*, como já dizia o Fação Central, ainda em 2003, que a vida da juventude negra brasileira se desenvolve, se mantém e também se esvai. Os pertencimentos de raça e classe nesse contexto, situam esta juventude em dinâmicas complexas e contraditórias em relação à sociedade em que vive, o Estado, e entre seus próprios pares. Tais dinâmicas são fundamentais para se compreender a morte, a vida e as potencialidades da juventude e negritude aqui em tela. Tanto a academia quanto outros *loci* de saber, inclusive aqueles protagonizados pelos próprios jovens, vem tratando sobre o tema. Nos tópicos seguintes, pretendo situar a dialética existente entre as forças que atravessam este cenário.

### **3.3. Dialéticas da diferença e da visibilidade**

Pautada pelo fenômeno dos homicídios, a agenda pública discute o problema da violência sem alcançar o seu âmago. Sem a compreensão dos elementos que conformam tal realidade e a dinâmica pela qual ela se (re)produz, o problema da violência homicida é apreendido apenas em sua superfície. E enquanto esta apreensão for apenas superficial, o problema dos homicídios e o conjunto de problemas que estes expressam será enfrentado de maneira ineficiente.

Por outro lado, analisar os elementos que se combinam e produzem o nefasto quadro de genocídio no país é observar aspectos que operam no implícito, nas profundezas, no não-dito, mas que são determinantes para a produção da realidade em questão. A desumanização produzida pelo racismo, já discutida anteriormente, também

apresenta seus subprodutos. Entre eles, a *indiferença* e a *invisibilidade*. Vejo que estes dois fenômenos são atravessados por uma dinâmica dialética e ao mesmo tempo perversa. Portanto, ambas serão discutidas nesta seção, devido à importância fundamental que possuem na produção da realidade de extermínio da juventude negra.

O Estado brasileiro é indiferente ao extermínio da juventude negra. Essa foi uma das principais conclusões a que cheguei, à medida em que avançava no processo de pesquisa. No entanto, como pode ser indiferente ao extermínio de jovens negros, um Estado que se encontra no cerne da produção deste rol de homicídios? Foi com esse questionamento que saí do exame de qualificação do meu projeto de pesquisa, para o qual eu acreditava ser possível encontrar uma resposta. Afinal, embora o Estado seja um agente que promove direta e indiretamente a criminalização seletiva e morte de jovens negros, isso não parecia anular a conclusão em que tinha chegado acerca da indiferença. Costa Barros tinha acabado de enterrar cinco jovens estudantes e trabalhadores com cento e onze tiros, a vereadora Marielle Franco tinha sido claramente executada e as investigações se desenvolviam vagarosamente, ao mesmo tempo em que algumas das cidades adjacentes ao Distrito Federal continuavam a figurar entre as regiões mais mortíferas do país, recebendo inclusive a intervenção da Força Nacional, sem que isso causasse qualquer repercussão social. Foi, contudo, na realização do estágio que fiz na University of British Columbia (UBC), em Vancouver, no Canadá, que encontrei os caminhos para concluir que a produção da indiferença estava dialeticamente combinada à produção da *diferença*.

As rotas improváveis da Diáspora fizeram com que eu encontrasse, às margens do Oceano Pacífico, uma mulher negra, carioca, a dirigir o Instituto de Justiça Social da UBC. Mencionei, já em meu primeiro encontro de orientação com Denise Ferreira da Silva, que deixaria de lado a tese da indiferença. Denise reagiu com surpresa, e disse que aquilo era um dos elementos mais importantes de minha pesquisa, mas que precisava de alguns ajustes. Ao mesmo tempo que enviava por e-mail uma série de trabalhos em que ela mesma abordava este assunto, me explicou resumidamente o modo pelo qual compreendia esse fenômeno. Existe uma dinâmica em que o Estado oferece proteção, e uma dinâmica em que protege a si mesmo. A pista deixada me fez retomar o ânimo para voltar a estudar esta questão.

Quando é que se tornou uma trivialidade o fato de que um quantitativo expressivo de jovens sucumbe como sujeitos da violência infringida para a preservação da lei? É mais ou menos com essa pergunta que Denise Silva inicia seu artigo intitulado *No-bodies: law, raciality and violence*<sup>91</sup> (2014 b). Nele, a autora tece diversas reflexões

---

<sup>91</sup> Este artigo foi publicado tanto em sua versão original, em inglês, quanto em português pela revista *Meritum* em 2014. Quero destacar, a partir de minha própria leitura, que a tradução de *no-bodies* para

sobre a *diferença* e a *indiferença*, e sobre como essa ferramenta de dupla-face opera de forma subjacente aos mais diversos atos de violência racializada. Racialidade esta que, embora raramente evocada nestes processos, quando denunciada é expressamente desmentida, conforme a própria dinâmica da operação racial já discutida neste trabalho. Na mesma direção argumentativa que venho aqui construindo, Silva (2014 a, p. 69) afirma que “Esses extermínios não desencadeiam uma crise ética porque os corpos dessas pessoas e os territórios que elas habitam quase sempre já significam violência.”.

Entremeado de exemplos de casos concretos, o texto escrito originalmente em 2009 dialoga, sem qualquer ruptura, com a realidade dos casos concretos de 2019, ainda que pese a intensificação do caráter hediondo nos episódios mais recentes. O argumento da autora para este estado de coisas, ao mesmo tempo absurdo e socialmente aceito, é o de que o Estado, a fim de sua autopreservação e valendo de sua função coercitiva já mencionada, aniquila os sujeitos racializados, significados tanto em corpos quanto em territórios, num processo em que “a separação entre os mandatos de proteção e de punição do Estado cai por terra, pois, nesse caso, a administração da justiça (julgamento) e a aplicação da lei (punição) se convergem na força de autopreservação do Estado” (SILVA, 2014 a, p. 70).

As próprias reivindicações dos movimentos sociais expressam há tempos a percepção da realidade de desumanização negra. Esta percepção se fez presente após sequências de mortes violentas e ao mesmo tempo banais de jovens negros nos Estados Unidos, quando foi criado o movimento/manifesto *Black lives matter*. A máxima, traduzida em português para *Vidas negras importam* é também repetida em atos e protestos pelo movimento negro brasileiro. O lendário protesto *I am a man* (Eu sou um homem, ou Eu sou um ser humano), na cidade de Memphis, realizado por trabalhadores negros às vésperas do assassinato de Martin Luther King Jr., manifesta essa mesma percepção. Ambas as máximas, assim como o questionamento levantado por Sojourner Truth, *Ain't I a woman?* (Não sou eu uma mulher?), a partir do qual a escravizada proferiu seu célebre discurso na Convenção de Mulheres em Ohio, ainda 1851, expressam, ao mesmo tempo, a afirmação de um status e a negação desse status pela realidade. *Vidas negras importam* é um grito contra o grito maior que afirma “vidas negras não importam”; “eu sou um homem” é a voz do empregado à sociedade, mas, sobretudo, ao patrão, que afirma com ações que “você não é um homem, é um pós-

---

*ninguém*, ainda que seja a melhor tradução possível encontrada, apresenta algumas perdas na reflexão da construção do termo da forma como foi elaborado em inglês. A palavra *no-bodies*, além de representar aqueles que são a encarnação do *não-ser*, ou seja, os próprios *ninguéns*, apresenta essa discussão sobre humanidade por meio da ideia de *corpo*, matéria ocupada ou não por vida, subjetividade, valor; o que desaparece na tradução, mas que me parece valioso que seja mantido.

escravo, é um burro de carga”; e “Não sou eu uma mulher!?” é uma indagação diante de uma igreja e um mundo repleto de mulheres e homens a afirmar que “essas negras podem ser qualquer coisa, exceto mulheres”.

A narrativa de que vidas negras importam, de que aqueles trabalhadores negros eram homens humanos, e que aquela mulher negra que estava a discursar era uma mulher, emerge justamente da percepção da indiferença estampada nestas realidades. Cada morte banal enuncia a desimportância; as condições de trabalho em Memphis enunciavam a reificação daquelas pessoas e as condições desumanas em que trabalhavam; e o lugar inferior ao de qualquer mulher é a própria resposta àquela mulher, por ser negra, e também por ter um dia sido escrava.

É nesse contexto de indiferença que a morte de sujeitos, entre ‘infratores’ e ‘inocentes’, é significada sem grandes distinções e dispensa maiores comoções sociais, afinal, era apenas o Estado atuando em prol de si mesmo, no papel de representante dos interesses daqueles que o hegemonizam. Como afirma Emicida (2015), “Eles não choram pela cor do orixá”. Seja pela dor da violência homicida, seja pela dor da miséria. Os dados apresentados na seção *Numerologia da morte* atestam essa realidade, que combina ao mesmo tempo a seletividade (diferença) da violência estatal e da violência que emerge da sociedade, e o desprezo (indiferença) diante do quadro calamitoso em que vive e padece a população negra brasileira. Emicida resume este quadro da seguinte forma: “Nessa equação, chata, polícia mata, plow! Médico salva? Não! Por quê? ‘Cor de ladrão!’” (Idem.).

A dialética da diferença seria, portanto, a produção simultânea da diferença, isto é, a produção do outro racializado, e a produção da indiferença sobre este outro. A (in)diferença é capaz de produzir, portanto, a um só tempo, as investidas pela sujeição ou aniquilação do outro, e o menosprezo ou o desprezo pela realidade desse outro sujeito ou aniquilado. A (in)diferença é o que plasma, como manifestações diferentes de um mesmo processo, o homicídio cometido por um agente do Estado contra um infrator, ou mesmo contra um inocente, e a não apuração de ambos; a banalização e baixa apuração de homicídios cometidos entre civis; a insalubridade das condições de vida em uma penitenciária e a permanência das condições de miserabilidade de uma parcela expressiva da população de um país.

Essa dinâmica que combina, de um lado, controle, perseguição e aniquilação, e do outro a indiferença às desvantagens, ao sofrimento e à morte, é muito semelhante à dinâmica produzida no estado de guerra. Se assemelha à dinâmica da *inimizade*. Achille Mbembe, em seu livro *Políticas da inimizade* (2016) aborda em diferentes momentos as formas pelas quais a presença do *inimigo*, em muitos casos uma identidade construída pelo outro, está na base das justificativas para a conformação da violência, sobretudo

nos territórios marcados pela colonialidade. Mbembe ressalta a existência de uma cultura política da inimizade, oriunda da colonização, e que se encontra oculta sob a superfície e a imagem da democracia. A democracia liberal teria como fundamento o colonialismo e a escravidão, tanto em África como na Diáspora, e teria como seus pilares o nacionalismo e o imperialismo. O humanismo que oficialmente é o valor destas democracias não vem sustentando despistar a essência violenta que as constituem. Tanto a democracia das nações colonizadas quanto a das nações colonizadoras se originaram por meio da violência colonial que teceu, ainda que de duas formas distintas, o desenvolvimento de ambas ao longo de séculos. O acirramento identitário presente nas democracias liberais, para o autor, reforça tanto os laços entre grupos a partir de suas origens antepassadas, quanto a hostilidade contra os demais, os não pertencentes, promovendo o que seria a *lógica da inimizade*, a qual produz o outro como uma alteridade ameaçadora. Esta composição produzirá o cenário de emprego intenso da violência como técnica de autopreservação, segurança e dominação do outro, e se refletirá de diversas maneiras na realidade de cada país.

Ao comentar os resultados drásticos apresentados no Atlas da Violência 2019, uma das pesquisadoras do Atlas e também diretora executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública afirmou que “É como se negros e não negros vivessem em dois países diferentes”<sup>92</sup>. É claro que, analisando isoladamente a disparidade entre os dados de que, entre 2007 e 2017, a mortalidade entre negros subiu 33,1%, enquanto a de não negros apresentou crescimento de 3,3%, parece que, de fato, se trata de dois países distintos. No entanto, o que defendo nesta tese e, mais especificamente neste capítulo, é que a realidade é justamente o oposto. A realidade de baixo crescimento, ou mesmo de redução em alguns anos, da taxa de mortalidade do segmento não negro está intimamente vinculada à realidade das altas e crescentes taxas do segmento de jovens negros. Na perspectiva teórica apresentada até aqui, não se trata de dois países diferentes. Essa é precisamente a dinâmica do extermínio que a perspectiva restrita aos homicídios não é capaz de alcançar. São justamente duas faces de um mesmo país em estado de guerra sofisticada.

O estado de coisas apresentado por Achille Mbembe já foi também percebido de formas convergentes por outros intelectuais da Diáspora. Os Racionais MC's lançaram, ainda em 1990, pela gravadora Zimbabwe, o disco *Holocausto Urbano*, que, além do título, demonstra em diversas das seis composições as tensões raciais e violentas que a faixa democrática visa sempre ocultar. O rapper Eduardo também, no refrão de sua

---

<sup>92</sup> Entrevista em <https://www.almapreta.com/editorias/realidade/atlas-da-violencia-2019-75-5-das-vitimas-de-homicidio-no-brasil-sao-negras> Acesso em jul/2019.

música de letra contundente, intitulada *Não existem civis*, afirma que “Não é preciso se alistar pra estar em combate, é só ter contra você um exército covarde, que vê na sua feição outra nação, outra língua, um motivo pra perfurar seu coração”, descrevendo poeticamente a dinâmica da inimizade a operar internamente no país.

Em que pese a ênfase de Mbembe sobre os contextos de guerra, como uma expressão da continuidade da guerra colonial, esta é também uma dinâmica doméstica, de produção da figura do inimigo e sua aplicação a segmentos sociais subalternos, no caso em questão, a população negra e sua juventude. Devido à importância vital do racismo, dos moldes servis e do imperialismo na fundação e operação do capitalismo, a violência e as distinções de raízes coloniais são atualizadas para os tempos contemporâneos, e a lógica da inimizade que operava de dentro para fora, passa então a operar de dentro para dentro. Diante de qualquer possível dificuldade de compreensão destes raciocínios e categorias, destaca-se o caso recente (setembro de 2019) de um adolescente de 17 anos que, por ter furtado uma barra de chocolate, foi torturado por seguranças do supermercado Ricoy em São Paulo, onde o crime ocorreu. Com as mãos e a boca amordaçadas, o jovem recebia chicotadas em seu corpo enquanto gritava de dor e era filmado por outro segurança. No vídeo, disponível nos sites dos principais jornais do país, é possível escutar um dos seguranças dizer “vai tomar mais uma pra gente não te matar”. Embora a cor da pele e os modos de punição sejam os mesmos de antes, a prática, e ainda a sua gravação, atualizam para o contemporâneo a violência colonial fundacional para o país, e escancaram de maneira tragicamente didática a diferença, a indiferença e a inimizade aqui abordadas.

O adolescente de 17 anos que, de acordo com a apuração do jornal El País, morava nas ruas desde os 12, se tornou conhecido por todo o Brasil, graças ao furto frustrado de uma barra de chocolate. Antes disso, não era mais do que um “moleque magro e fraco, invisível na esquina”<sup>93</sup> do quarteirão em que o supermercado ‘popular’ e a cracolândia se encontram. (In)diferença e (in)visibilidade se entrecruzam quando, após o caso vir à tona, outros casos - um deles de violência psicológica contra outro adolescente, que também foi gravado pelos próprios autores - vieram à tona. O fato de serem já conhecidos e anteriores ao caso de repercussão evidencia a indiferença pela qual estas situações vinham sendo tratadas.

Marca de uma sociedade que tem no *não-ser* o fundamento de existência do *ser* (CARNEIRO, 2005), a invisibilidade, que é também o lugar do não-ser, é um estado sentido e abordado em diversas produções bibliográficas e musicais. Mione Sales (2007) conceitua como *(in)visibilidade perversa* a dinâmica em que determinados

---

<sup>93</sup> RACIONAIS MC'S, *Quanto vale o show* (2014).



sujeitos, como os jovens pobres e negros, são, via de regra, invisibilizados socialmente, de modo que suas condições de existência se mantêm precárias e desumanas sem que isso seja efetivamente uma preocupação social; e alcançam a visibilidade de forma perversa quando cometem algum ato infracional que os projeta ao nível da atenção do Estado, que costuma intervir por meio de sua frente repressiva, e também da mídia, que tem na espetacularização da violência e do sensacionalismo duas de suas principais formas de audiência. Esta dinâmica, que concilia o caráter contraditório da visibilidade e invisibilidade, que plasma de maneira perversa tanto a visibilidade quanto a invisibilidade destes sujeitos é o cerne do que caracterizo aqui como dialética da visibilidade.

Para além do universo de adolescentes autores de ato infracional, o universo da juventude negra envolve muitas outras complexidades, como por exemplo, os diversos casos em que jovens passam a ser visíveis não por conta de qualquer delito, mas pela forma dramática pela qual foram assassinados. Além disso, invisibilidade e indiferença operam juntas, ao tornar o corpo e a existência negra e jovem destes sujeitos algo de menor importância, seja para os agentes do Estado, seja para civis, ou mesmo seus pares, com quem venham a ter algum conflito. Com a inovação das tecnologias que facilitam a produção de textos, áudios e vídeos, juntamente com a facilidade de circulação destes conteúdos por meio das chamadas redes sociais, tem sido comum a publicização de situações em que injustiças acometem inocentes que nunca chegam a ser de fato apuradas, em que pese a repercussão dos fatos<sup>94</sup>, demonstrando a deterioração do valor da vida ou da dignidade destes sujeitos.

No mundo do rap, eu poderia dizer que a dialética da visibilidade gira em torno do *homem invisível* e de *todos os olhos em nós*. Duas expressões que, curiosamente, se repetem em produções brasileiras e internacionais, e que nem sempre apresentam referências explícitas às outras composições semelhantes, o que sugere que este estado de coisas é percebido de maneiras semelhantes em diferentes países da Diáspora. Entre as composições nacionais, destaco algumas das músicas em que os Racionais abordam essa temática de maneira mais ou menos direta. Na colaboração *Homem invisível* (2013), Edi Rock afirma: “Você foi diluído, você foi esquecido, você foi humilhado o que te fez bandido, na sociedade morta do nosso rei falido”, trazendo a mesma contradição apresentada pelo conceito de (in)visibilidade perversa. Um sujeito sem importância e visibilidade em uma sociedade deteriorada que se torna um ‘bandido’, num processo de resposta a essa realidade. Edi Rock também menciona

---

<sup>94</sup> Dentre as diversas iniciativas que refletem este movimento, a criação do coletivo Papo Reto de comunicação expressa bem, não apenas as novas formas de comunicação, como também o contexto de indiferença das vidas jovens e negras, em territórios tipicamente negros. Cf.:

na música que, embora seja invisível, é possível de ser encontrado – pele escura às vinte e duas, pelas ruas, na ‘cultura’ – mostrando que a visibilidade deste sujeito está sujeita, na verdade, à capacidade do interlocutor de encontrá-lo e enxergá-lo.

Na música *O jogo é hoje*, Dom Pixote e Ice Blue contracenam de forma brilhante sobre a importância do futebol na constituição do universo simbólico do jovem pobre ou periférico. “Mais que um confronto, mais que três pontos”, o importante jogo que está para acontecer envolve a posição que o sujeito irá ocupar no mundo ao seu redor. Originário de uma realidade de pobreza e de poucas alternativas para uma trajetória de realização pessoal, sua família, torcida e ele mesmo veem no futebol um caminho não apenas para o provimento financeiro, mas também para o prestígio e a admiração de seus pares. O crime, embora uma das possibilidades lembradas pelo sujeito, acaba por ficar para trás, diante do exercício dos talentos que possui. Interessante destacar que, embora negado como alternativa para o sujeito da música, o “crime” também tem seus poderes, e um deles parece ser o aspecto desafiador e estimulante que incidia sobre sua vontade e sobre seu desejo em uma sociedade que tem como principais ofertas a jovens negros e pobres alternativas de formação e trabalho monótonas e subalternizadas. A frase “Vontade de quem tava no crime” parece dizer, então, que seja por ambição ou por arrependimento dos caminhos trilhados anteriormente, o crime é uma das fontes de energia para a força de vontade do sujeito jogador. Outros caminhos para além do sucesso no esporte parecem não existir para o personagem, quando afirma que é a “honra de um homem e a alma em xeque”, de modo que este parece ser o único caminho de honra e sucesso disponível para ele, a partir da afirmação de que estão “todos os olhares em nós, moleque. No dia das nossas vidas eles verão que eu existo e por não ter sido visto eu preciso vencer”. A concentração dos olhares de todos por meio do talento geralmente traz admiração, esperança, inveja, ou mesmo expectativas de fracasso. A invisibilidade perversa provocada pela pobreza e pelas desigualdades é superada por uma visibilidade que oscila entre um lugar de dignidade e apreço, e o lugar perverso da visibilidade que recai como peso e desafio, como quando alguém ocupa um espaço ou posição que parecia não ser destinada a ele.

Esta sensação que combina visibilidade e tensionamento, que também corresponde à ideia de contrariar o lugar natural<sup>95</sup> previsto para determinados sujeitos, é relatada também por Emicida, na música *Todos os olhos em nóiz* (2018). “Camuflados na noite. São favelados ou playboys?”. As marcas das conquistas adquiridas, que no caso do autor, são resultado da carreira como músico e dos empreendimentos que criou a partir dela, confundem o olhar de quem tenta compreendê-lo. “Tela azul nesses

---

<sup>95</sup> O conceito de lugar natural foi objeto de breve discussão no capítulo 1 desta pesquisa.

prego”, “Brilho pra deixar cego”, reforçam o estado de confusão que o autor busca produzir ou simplesmente produz naqueles que fitam olhares de desconfiança ou descrença sobre sua imagem e trajetória. Seu sucesso improvável atrai a inveja. Confundido com traficante, com ladrão, e desejado por mulheres que, a princípio, não o desejariam se não possuísse o destaque que possui no auge em que vive.

Num cenário semelhante, a música que talvez faça a mais conhecida das referências ao desafio de lidar com esta concentração de olhares é *All eyes on me*, de Tupac. Lançada em 1996, a canção fez sucesso internacionalmente e traz relatos que retratam justamente os contextos da visibilidade perversa. Desconfiança dos pares, das mulheres, dos agentes do Estado, do sistema de Justiça, vivendo entre a vida de ‘ladrão’ e de ‘patrão’, a visibilidade do autor ou do personagem está mais condicionada ao *ter* do que ao *ser*, ainda que, para além do superficial, seja também um indivíduo complexo e dotado de questões existenciais que vão muito além do enredo imediato em que se encontra. O drama de um sujeito que estava destinado a ser invisível, mas está sob os olhares do mundo também é mencionado em uma das mais importantes composições de Mos Def, renomado rapper e ator originário do Brooklyn, nos Estados Unidos. O verso *invisible man, got the whole world watching* serviu também de título para o livro de Mychal Smith (2016), já mencionado neste trabalho. Embora o livro não se construa exatamente em torno desta frase, que é mencionada apenas mais adiante no texto, Smith explora diversas situações relacionadas também a essa tensão entre invisibilidade e visibilidade, geralmente perversas, buscando, porém, um lugar próprio e autodeterminado para o trato dos dilemas humanos da população negra, sobretudo jovem.

Num dado momento do livro, Mychal Smith dialoga com Ralph Ellison, que em 1952 publicou a premiada<sup>96</sup> obra *Invisible man*, talvez a primeira a abordar os dilemas do racismo a partir do prisma da invisibilidade, não numa perspectiva acadêmica, mas de literatura e romance. Smith pinça um trecho chave, do prólogo da obra de Ellison, em que o protagonista afirma ser invisível, simplesmente, porque as pessoas se recusam a vê-lo, e traz como contraponto a visão da escritora Toni Morrison. Em uma notória entrevista concedida no salão da Biblioteca Pública de Nova York<sup>97</sup>, a autora, ao comentar o trabalho de Ellison, questiona a invisibilidade do personagem. “Invisível para quem? Não para mim.” É justo considerar que ser ou não enxergado pelo branco em

---

<sup>96</sup> Entre os prêmios e menções honrosas, *Invisible man* foi escolhida pela revista Time para estar entre os 100 melhores romances em língua inglesa de todos os tempos.

<http://entertainment.time.com/2005/10/16/all-time-100-novels/slide/invisible-man-1952-by-ralph-ellison/> Acesso em jul/2019.

<sup>97</sup> A entrevista completa pode ser assistida em <https://www.youtube.com/watch?v=J5kytPjYjSQ> Acesso em set/2019.

uma sociedade como a dos Estados Unidos na década de 1950, que ainda vivia sob a era Jim Crow, era algo capaz de influenciar decisivamente a vida de um sujeito negro. Entretanto, a observação de Morrison, que a princípio sugere a capacidade da própria mulher negra de enxergar o homem negro, possibilita importantes reflexões para a dialética da visibilidade.

A pista levantada pela autora vai, a meu ver, além da questão que combina gênero e raça apresentada num primeiro momento, de que a mulher negra era capaz de enxergar aquele a quem mulheres e homens brancos não eram capazes; e que este homem negro, por sua vez, ao concentrar sua atenção na importância do olhar do branco, poderia acabar não enxergando a mulher negra que se encontra ao redor. Todavia, para além destas questões, outros elementos adquirem importância a partir deste questionamento. Ser capaz de reconhecer o invisível e, também, ser reconhecido, apesar de um processo social de invisibilização, é fundamental para a contraposição às dinâmicas de estranhamento que estão na base dos conflitos entre semelhantes. A (in)visibilidade do sujeito negro na sociedade é peça fundamental no processo de produção do desprezo e da desimportância que o acometem. Esse processo, ainda que nem sempre de forma consciente, é assimilado pela polícia, pelos desafetos, e pela sociedade em geral, que percebem que aquela vida não parece deter muito valor, o que torna sua eliminação uma possibilidade aceitável. Esta realidade se torna ainda mais complexa pelo fato de que parte importante dos que agem com desprezo ou com violência de poder letal são jovens inseridos num contexto de tráfico de drogas, assaltos e outros delitos, ou mesmo policiais de baixa patente, grupos compostos majoritariamente por pessoas negras, cuja vida também não parece ter muito valor. Esse processo tende a se retroalimentar, pois não reconhecer um semelhante é também uma maneira de não reconhecer a si mesmo. A cena real em que dois homens negros chicoteavam sem qualquer remorso o corpo desnudo de um adolescente negro, amordaçado em razão de um furto, é um trágico exemplo desse processo.

Quando os assuntos aqui discutidos se tornam questões e ocupam a agenda pública, são discutidos em formatos que desfavorecem a participação de jovens e negros. A maneira pela qual a sociedade costuma definir quem possui autoridade para tratar de determinado assunto também adquire um formato que desfavorece os saberes e formas de expressão da juventude e da negritude, perdendo, assim, a oportunidade de conhecer melhor a compreensão, as formas de abordar, as estratégias de enfrentamento e as alternativas que estes sujeitos vem construindo historicamente. Na seção a seguir, busco apresentar esta potência jovem negra, embora tenha buscado fazê-la presente ao longo dos capítulos e seções anteriores. Se a desumanização, a indiferença e invisibilização dos sujeitos jovens negros fundamentam e alicerçam o

extermínio; a humanização, a sensibilidade e a visibilidade virtuosa podem ser caminhos potentes para o que estou chamando de anti-extermínio. Embora pouco presentes na agenda pública como sujeitos detentores de contribuições relevantes, a juventude e a negritude vêm, há muito tempo e ao seu modo, analisando e interpretando a realidade em que vivem, e elaborando respostas a ela. E a seção a seguir se propõe justamente a discutir estas questões.

### 3.4. Reexistência jovem negra anti-extermínio

*“Comecei a escrever sobre poder  
porque era algo que eu tinha muito pouco”*  
Octávia Butler<sup>98</sup>

“Sei que minha vida não tem tanto valor quanto seu celular, seu computador”. Narrando a vida de um detento (1997), Mano Brown sintetiza de forma certa uma das características mais definidoras da sociedade do capital. Pessoas são tratadas como objetos, e objetos são tratados como pessoas<sup>99</sup>. Essa realidade se expressa, entre outros lugares, no sistema penal brasileiro. Apesar de os homicídios serem investigados de forma meramente residual, como já discutido anteriormente, o país mantém uma população carcerária de 812 mil pessoas<sup>100</sup>, em que a maioria historicamente responde por crimes contra o patrimônio, como roubo, furto e receptação (BRASIL, 2017). A mística da humanização dos objetos e da reificação do ser humano é a mesma capaz de convencer que Coca-Cola não é um refrigerante, mas a própria felicidade engarrafada; e é a mesma que torna possível o racismo.

A ideologia possui a capacidade de incidir sobre a realidade, a ponto de atribuir características a seres vivos e a objetos que não encontram correspondência concreta. É capaz também de influenciar indivíduos em suas relações com pessoas e objetos, de modo que se comportem de uma determinada maneira em tais relações. Atribuir valores simbólicos capazes de distorcer a realidade concreta é um processo fundamental para reduzir a juventude negra e pobre à condição de um ‘problema a ser resolvido’, ou para transformar adolescentes infratores na metáfora da violência, como afirma Mione Sales

<sup>98</sup> Epígrafe do livro *Kindred: laços de sangue* (2017)

<sup>99</sup> Nas palavras de Marx: “Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens.” (MARX, 1989, p. 148)

<sup>100</sup> O número atualizado, divulgado em julho de 2019 foi divulgado em diversos portais jornalísticos. Todos eles faziam referência a uma atualização recente à época do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões, gerido pelo Conselho Nacional de Justiça, cujo acesso é restrito e, por isso, não comprovado em sua fonte primária. Números disponíveis em matérias como: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/17/cnj-registra-pelo-menos-812-mil-presos-no-pais-415percent-nao-tem-condenacao.ghtml>. Acesso em ago/2019.

(2007). Mesmo que, na realidade, não sejam a maioria dos responsáveis pelos crimes no país, e que sejam muito mais vítimas do que protagonistas dos processos de violência social<sup>101</sup>, essa distorção de imagens e valores promovida socialmente também é peça fundamental na composição do quadro de extermínio da juventude negra no país, o que inclui tanto as mortes racializadas quanto a apatia social acerca delas.

Consciente destes mecanismos perversos e do processo de extermínio que a assola, a juventude negra vem produzindo, com os recursos que dispõe, estratégias de enfrentamento a esta realidade, ainda que desprovida de poderes econômicos ou institucionais. Na disputa por uma representação mais favorável a si mesma, a juventude encontra na produção cultural (música, literatura, cinema, entre outras expressões), possibilidades de elaboração de outras narrativas para sua própria história e realidade atual. São estes os atos de *reexistência* a que me refiro. São inúmeras as expressões culturais que têm por enredo ou trama o retrato de outros aspectos da história e da realidade destes personagens da vida real. Ao longo do trabalho apresentei alguns deles, e nesta seção pretendo retomá-los, introduzindo também outros sujeitos e trabalhos nesta discussão, a partir dos quais seja possível abordar a importância destes sujeitos e materiais na produção de um processo de anti-extermínio.

### **3.4.1. Como esse negro não cai?**

Um jovem de pele escura, corpo magro, bigode e cabelo crespo irrompe no centro da imagem. Avança correndo, ofegante, com preocupação e aflição estampadas no rosto. O cordão de prata que carrega em seu pescoço chacoalha, enquanto o conjunto da cena produz no imaginário do espectador a personificação da metáfora da violência.

Nova cena. Céu azul de nuvens brancas agitadas pelo vento, um campo dourado de centeio à meia altura, e aquele mesmo jovem caminha lentamente, sem camisa, em linha reta, ao encontro de outro homem sem camisa, de cabelos crespos e grisalhos, barba branca e passos firmes. É possível ver, ainda que de longe, o sorriso no semblante realizado deste jovem ao encontrar o ancião, e, ao se aproximar dele, lhe toca o rosto com respeito e admiração, enquanto a trilha sonora afirma ao fundo: “Jesus é Blues”.

---

<sup>101</sup> Além das pesquisas aqui já mencionadas, que demonstram que a faixa etária da adolescência é uma das que apresenta maior letalidade no país, outros esforços de pesquisa, embora imprecisos, devido ao descaso do país com o monitoramento da violência, indicam que, embora sejam parte do maior segmento vitimado pela violência letal, os adolescentes possuem uma baixa participação no total de homicídios e crimes em geral no país. Cf.: <http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2015/03/23-unodc-se-posiciona-contra-a-reducao-da-maioridade-penal-no-brasil.html> acesso em set/2019; e [https://www.anadep.org.br/wtksite/cms/conteudo/22511/Porque\\_n\\_o\\_redu\\_o.pdf](https://www.anadep.org.br/wtksite/cms/conteudo/22511/Porque_n_o_redu_o.pdf) acesso em set/2019.

Cidade cinza e poluída novamente. O jovem corre, suor escorre por seu rosto, chega a olhar para trás, mas mantém o olhar fixo onde parece querer chegar. O jovem surge em novo quadro, novamente sem camisa, em uma igreja, olhando tudo ao seu redor. A trilha sonora faz menção a um sujeito de emoções profundas e complexas, e menciona Basquiat, enquanto o jovem fita os olhos na pintura de um Jesus Cristo negro.

De volta à sua corrida contra algo que ainda não se sabe o que é, este jovem cruza lugares em que personagens pretos alternam entre uma estética de alta posição social, e reaparecem entre casas e ruas simples, mas enfeitadas de cores vibrantes, movimentos espontâneos e sorrisos irrestritos.

O jovem que tinha pressa investe tempo em cumprimentos a idosos e crianças, atravessa o pula corda das crianças, e toma um jato de mangueira de um homem preto, de cabeça raspada, sem camisa e riso farto entre a família, enquanto o vocalista afirma “eles querem um preto com arma pra cima, num clipe na favela, gritando ‘cocaína!’”. Querem que nossa pele seja a ‘pele do crime’, que pantera negra só seja um filme”.

O jovem surge agora na varanda de um edifício, dança ao toque do tambor com alguns irmãos do continente, toma um cigarro, solta fumaça, e ressurgem sem camisa e jeito astuto em um campo verde, rodeado de montanhas também verdes e coberto por um céu cheio de nuvens. O jovem olha nos seus olhos, espectador, e te encara com ousadia. Ele é agora a encarnação do negro-vida<sup>102</sup>: “despistador, proteico, multiforme, do qual na verdade, não se pode dar versão definitiva”. Ergue o punho, comemora, corre por uma trilha e se depara, no horizonte entre as montanhas, com um monolito prata, um obelisco imenso, portentoso como a natureza, como a história de seu povo, ou mesmo como seu futuro. Chuva.

O jovem volta a estar nas ruas pelas quais corria, recebendo a chuva fina que cai contra o seu corpo à luz do sol. Sob gotas de chuva que mais se assemelham a centelhas de ouro, o jovem abre e ergue os braços magros, sem camisa, e eis que, quem nasceu com a estética preferida pelos jornais policiais, sorri refestelado com a força de mais uma riqueza barata que soube encontrar no caminho.

Ruas e sons de cidade de novo. O jovem, novamente vestido, molhado apenas pelo próprio suor, decide afobado tomar à direita em um cruzamento. A câmera gira a um som perturbador. De cabeça para baixo, correndo sem nunca parar, esse jovem não vai conseguir. Já dentro de um daqueles prédios de aparência castigada pela urbe caótica, o jovem espreita na dobra de uma parede o ambiente. Decide adentrar. A perturbação sonora toma forma. Eram as primeiras notas em um violoncelo. Ele se desculpa com o sorriso envergonhado de um sem vergonha para seu professor. Estava

---

<sup>102</sup> Definido por Ramos em: RAMOS, 1955, p. 171

atrasado. Admite que perdeu a hora, enquanto colegas de turma sorriem com armas, eu digo, com harpas em punho. O atraso. O jovem corria do atraso, mas não conseguiu fugir de seu imaginário complexo e da riqueza do mundo que o cerca. Todos debocham daquela bagunça que parece não ser novidade, enquanto ele, que sorri parecendo conformado com sua condição de doçura atrapalhada, empunha com intimidade e olhos vivazes o trompete naquela sala multicolor de onde brotava a magia da música.

Essa é a história, ou pelo menos a minha narração da história, do filme *Bluesman*, de Baco Exu do Blues (2018). Nela, é evidente a intenção dos autores em frustrar o imaginário estereotipado acerca da explicação para a cena de um jovem negro correndo no espaço urbano. Para isso, o filme apresenta possibilidades um tanto incomuns no imaginário social, como uma sala de aula de música clássica composta apenas por pessoas negras, tanto o professor quanto os jovens estudantes. Os autores recorrem ainda a um conjunto inusitado de situações, ora mais factíveis, ora mais fantásticas, que caracterizam o personagem de forma radicalmente oposta à forma reificada e simplória que é tão recorrente. Construído a partir da complexidade e da diversidade, este personagem provoca o espectador a reelaborar a imagem que possui acerca do que é ou pode ser um jovem negro. Nesta construção, as cenas factíveis da história indicam a amplitude e a diversidade de seu mundo, e as cenas com aspectos de maior fantasia apontam para a riqueza de sua subjetividade e capacidade de imaginação, de introspecção. Sua astúcia e sabedoria se expressam também, a partir dos momentos em que o personagem sabe aproveitar elementos simples, cotidianos e desatrelados de valor financeiro, o que, a meu ver, indicam que este jovem tem uma contribuição autêntica e relevante a dar, acerca das possibilidades de outras realidades e maneiras de se viver, apontando, inclusive, para outras sociabilidades. Marcadamente atravessado por um debate racial, o clipe faz questão de estender essa riqueza e diversidade de formas de existir a todos os outros personagens que aparecem na trama, a partir de seu pertencimento racial comum.

Estas são as formas de *reexistência* a que me refiro, ocorrendo por meio da produção audiovisual. A partir de uma linguagem literária, poética, o filme apresenta outras possibilidades de *vida* a um sujeito tematizado predominante a partir de suas possibilidades de *morte*. Não por meio do convencimento argumentativo, o caminho utilizado em *Bluesman* recorre ao campo do sensível, da empatia, para produzir novos valores para o sujeito jovem negro. Em diversas cenas, personagens são alçadas a posições ou estéticas de poder e de valorização social. Posições vistas socialmente como sem importância também passam a adquirir alto valor, apresentando outros caminhos ao imaginário do espectador. Em outras palavras, promovendo *reinvenções* para a realidade atual.



Rever esse clipe, lançado no fim de 2018, agora em setembro de 2019, permite também olhar de outra forma para Caíque, um personagem da vida real que abre o filme numa espécie de prólogo. Caíque se apresenta como uma criança de dez anos de idade e moradora da Favela do Alemão. Jogador de futebol, soltador de pipa e desenhista, responde que gostaria de ser médico quando crescer. A voz rouca, o jeito sem jeito diante da câmera, o sotaque, a cara de criança bondosa e levada, as atividades, o sonho. Tudo opera em favor da conexão entre Caíque e o espectador. Vai, Caíque, vai, de sua casa no Alemão para os laboratórios da faculdade de Medicina, acredito que tende a pensar o espectador. Um Caíque como esse jamais poderia morrer, por exemplo, aos oito anos, ao ser atingido por uma bala perdida ao estar tranquilamente na favela onde nasceu, dentro da Kombi de seu pai. Mas um Caíque morreu, na pessoa de Ágatha. Ágatha que só conhecemos a partir da dor, da tragédia. Tragédia que não levou apenas Ágatha, mas 57 crianças de até 12 anos, que foram vítimas de bala perdida no Rio de Janeiro nos últimos 12 anos (2007 – 2019), 9 apenas esse ano, de acordo com os dados da Organização Não-Governamental Rio de Paz<sup>103</sup>, que demonstram a invisibilidade destas tragédias e a indiferença social perante uma realidade que deveria ser absurda. Diante de tamanha calamidade, atribuir nome, sobrenome, trajetória de vida, rosto, trejeitos, dificuldades e sonhos a essas crianças e às demais crianças *dos outros*, isto é, as crianças negras e pobres em um país governado por pessoas ricas e brancas, não seria suficiente para reverter o quadro de violência e racismo estruturais no país. No entanto, não deixa de ser um importante instrumento de denúncia e enfrentamento a esse estado de coisas.

Expressar a potência do jovem protagonista do filme e, de quebra, compartilhar a mini entrevista com Caíque, que, de alguma forma, dão visibilidade e importância às biografias de jovens e crianças tornadas anônimos nesse país, é uma das marcas de diversas produções jovens negras. Embora o processo de criação deva ser, a meu ver, um processo de liberdade para ousar ir além da realidade de vida do/a autor/a, sabemos, como já discutido anteriormente, a importância da trajetória e da realidade no processo de criação. Além disso, o contexto também influencia a escolha de quem serão os profissionais que participarão desse processo de produção. Um elenco completamente negro, uma equipe de produção com uma presença de pessoas negras maior do que geralmente possuem as produções cinematográficas no Brasil, e uma temática cara ao público negro. Tais desdobramentos são geralmente favorecidos quando o motor de todo esse processo é um cantor e compositor jovem negro.

---

<sup>103</sup> Os resultados da pesquisa foram divulgados pelo jornal O Globo. Cf.: <https://oglobo.globo.com/rio/maioria-das-criancas-mortas-por-bala-perdida-no-rio-foi-vitima-de-trocas-de-tiros-entre-policia-bandidos-1-23976559> acesso em set/2019.

Quando o filme *Pantera Negra* confirmou sua estreia nos cinemas, deflagrou um movimento encadeado de elementos que os demais filmes de heróis não costumavam provocar. A começar por um protagonista negro, ladeado de um elenco predominantemente negro. Além disso, um filme como aquele precisaria de uma trilha sonora especial, que ficou a cargo do rapper Kendrick Lamar, e rendeu o Grammy de melhor performance de rap, a indicação ao Oscar de melhor canção original, e a vitória do Oscar de melhor trilha sonora. A repercussão que o filme produziu movimentou também outros sujeitos, como o rapper Emicida, que, do Brasil, gravou música e videoclipe extraoficial para o filme e o personagem. O movimento estético provocado pelo filme gravado em continente africano lhe rendeu também as estatuetas de melhor figurino e melhor direção de arte, além de ter sido a primeira a produção de super-herói indicado ao Oscar de melhor filme do ano.

Gravado majoritariamente em território africano, *Pantera Negra* promove a reinvenção do lugar-comum atribuído à África no cinema internacional. O filme apresenta um protagonista negro, mas também africano, e exhibe seu povo e território em condição de grandeza natural, tecnológica e filosófica. Além de trazer um sujeito africano e o próprio território em posições de grandeza raramente observada nos filmes de maior circulação, a trama composta em grande maioria por atores negros apresenta diversas mulheres em posição de destaque, muitas vezes em destaque até maior do que o personagem principal. A importância das mulheres de Wakanda corresponde às experiências africanas que se distinguem da noção patriarcal que organiza o imaginário ocidental. O filme apresenta ainda em seu enredo outro elemento fundamental para a complexidade do sujeito jovem negro. O caráter complexo dos personagens T'challa, o herói, e N'Jadaka, o rival Killmonger, produzem na mente do espectador um movimento contraditório que oscila entre a identificação com T'Challa e Killmonger. Essa construção complexa humaniza tanto a figura do herói, aproximando-o do humano, com seus medos, contradições e ações mundanas, quanto a figura do vilão, cuja maldade se mistura à inconformação com sua história repleta de injustiças, e com a hipocrisia do mundo em que vive.

Esta humanização, tanto de heróis quanto de vilões é um exercício importante para a promoção de um imaginário mais complexo acerca dos lugares que cada indivíduo ocupa socialmente. O fenômeno, aqui já discutido, que produz uma força policial que comete e sofre homicídios em taxas extremamente elevadas é atravessado por uma noção de heroísmo altamente desumanizada. É o que apontam os relatos observados no livro *O guardião da cidade*, de Adilson Paes de Souza (2014). Um dos entrevistados, preso por homicídio, ingressou na polícia aos 18 anos movido pela admiração ao pai, que também era policial. De origem nordestina, embora não

informado como se declarava no quesito raça/cor, se deparou nas favelas de São Paulo com uma realidade de intensidade muito maior do que estava acostumado. O relato do entrevistado deixa evidenciar que o posto mítico de herói em meio à guerra, intensificado pela constatação da falência das demais instituições (como delegacias, judiciário e sistema penitenciário) levou-o a assumir uma responsabilidade desumana em relação ao combate à criminalidade. Ignorando o fato de que, sobre a criminalidade do país, aquele policial só era capaz de alcançar o sujeito mais fraco e vulnerável, pois exercia seu poder executando os vilões estereotipados, pouco diversos, e que emergiam destituídos de histórias complexas, contextos injustos, e até mesmo de virtudes que, se exercidas, poderiam ressignificar a trajetória daqueles sujeitos.

É comum, e fundamental para a construção da complexidade do branco, o desvelamento de suas razões e contextos quando do cometimento de crimes. Matérias jornalísticas e recursos judiciais revelam dramas familiares, condicionantes de saúde e razões profundas e dignas de condescendência social<sup>104</sup>. Tal dinâmica reforça e é reforçada por meio do cinema, em séries como *Breaking Bad*, *Narcos* e *La Casa de Papel*, ou mesmo no filme *Coringa* recém-lançado. Nestas produções, as noções de herói e vilão pendulam entre sujeitos complexos, agindo dentro e fora das regras, porém, dotados de fortes motivações sociais e subjetivas. É o efeito que produzem também documentários, como *Auto de Resistência*, de 2018, e o clássico *Ônibus 174*, que teve entre outras premiações, a conquista do Emmy Awards de 2005. Ambos os filmes, embora não produzidos por pessoas negras, expõem a história e as adversidades presentes na vida dos sujeitos negros que protagonizam os documentários, desvelando injustiças sistemáticas sofridas por estes sujeitos, e complexificando o debate acerca de qual é, de fato, o epicentro da violência social presente no país. Se, por um lado, sujeitos negros são frequentemente esvaziados de complexidade e importância, e isso facilita a colocação destes sujeitos no papel de culpados pelos problemas do mundo, por outro lado, é incomum ver o sujeito negro ocupando o lugar das virtudes maiores e da promessa de resolução dos problemas do mundo.

O fortalecimento da crença por parte da sociedade de que um sujeito negro também dispõe de virtudes o bastante para ocupar posições heroicas e messiânicas

---

<sup>104</sup> Entre diversos casos, vale citar o caso icônico em que o cantor Justin Bieber, em apresentação no Brasil, entre outras atitudes consideradas imorais, foi flagrado pichando um muro. À época, o caso ganhou ainda mais repercussão, devido à repórter e comentarista Raquel Sheherazade ter argumentado que se tratava apenas de um jovem testando seus próprios valores, como algo normal da etapa de crescimento; e depois após comentar, em tom agressivo, um caso de linchamento ocorrido no Rio de Janeiro. Neste segundo caso, o jovem linchado, o “marginalzinho amarrado ao poste”, como disse a repórter, parecia ser merecedor de pena extrajudicial, e aqueles que cometeram o ilícito, chamados de *vingadores*, são narrados como a legítima resposta à ausência do Estado. A força do contraste entre os dois discursos entre datas próximas rendeu reportagens à época. Cf.:

<https://www.bol.uol.com.br/entretenimento/2014/02/07/rachel-sheherazade-detonou-jovem-em-poste-mas-defendeu-bieber.htm> acesso em set/2019.

poderia fazer diferença nas decisões de infligir a violência letal a estes adolescentes e jovens. A construção do acesso de indivíduos negros a este lugar no imaginário social é uma ocupação recorrente nas produções culturais da juventude negra. O negro de Baco correndo mais do que os carros, pisando no céu e ajudando o próprio Deus com suas crises de depressão, enquanto eles se perguntam se o céu é o limite. A jovem profeta Lauren Oya Olamina, personagem de Octavia Butler. O Deus mulher e negra, descrito na frase provocativa difundida pelo movimento negro para causar o curto circuito no imaginário branco e masculino de todos nós. Todos esses são, entre outros, exemplos de reinvenção e de formas de reexistir no universo abstrato, ou mesmo teleológico, para o negro.

### 3.4.2. Para que os reis não despertem

Inconformado com a representação recorrente da juventude como problema, encontrei no samba de roda de Roberto Ribeiro uma perspectiva rival. *Todo menino é um rei*. A partir desta máxima, enfatiza-se a potencialidade do indivíduo mais novo e o valor social que a eles poderia ser atribuído. O modo como sujeitos são representados e significados socialmente é um elemento determinante no modo pelo qual estes mesmos sujeitos serão tratados socialmente, assim como determina também o modo pelo qual atuarão na realidade que os cerca. Na disputa por um imaginário de autodeterminação, poder e virtudes, Octavia Butler, a autora da frase em epígrafe nesse capítulo, oferece pistas acerca de como produz seu enfrentamento aos sistemas de opressão racial e exploração econômica. Autora de diversas obras literárias de ficção em que protagonistas jovens e negras lidam com sistemas injustos por meio de seus talentos e habilidades, Butler vinha produzindo mais do que entretenimento. Por não possuir poder e pertencer a uma população destituída de poder na Diáspora, a autora promoveu com seus livros o fortalecimento de um imaginário de virtudes e protagonismo para suas personagens e, ao construir o cenário hipotético que estas personagens enfrentam em suas histórias, exercita os desafios que diversos sujeitos negros enfrentariam, uma vez que estivessem nestas situações. Tal perspectiva se coaduna com a tese de J.K. Rowling, autora de *Harry Potter*, que afirma: "Não precisamos de magia para mudar o mundo, já temos dentro de nós todo o poder que precisamos, o poder de imaginar melhor"<sup>105</sup>.

Onde entraria a força que os atos de imaginar melhor e escrever sobre poder possuem, num processo de transformação de realidades marcadamente atravessadas por obstáculos robustos, como desigualdades de condições e racismo estrutural, como a do

---

<sup>105</sup> <https://news.harvard.edu/gazette/story/2008/06/text-of-j-k-rowling-speech/> acesso em set/2019.

extermínio da juventude negra? Essa era uma das perguntas que me fazia enquanto desenvolvia minhas teses sobre reexistência e reinvenções, como processos de resistência e enfrentamento à realidade hostil vivenciada pela população negra e jovem no país. Conquistar outro significado que não o de metáfora da violência, de corpo exterminável, diferente e insignificante, alçando lugares de liderança e poder, como nestas e outras produções mencionadas, já era algo importante por si só. Entretanto, ao retomar as leituras sobre o ser social e o gênero humano me dei conta de um aspecto sobre a questão ontológica.

Sérgio Lessa (1999), quando ensina acerca do trabalho, esta atividade humana mediadora entre a realidade no estado em que se encontra e a transformação desta para atender a necessidades do ser humano que com ela interage, traz como exemplo alguém que pretenda quebrar um coco. Esta pessoa identifica diferentes possibilidades para alcançar o resultado que deseja, escolhe elaborar um machado, busca no ambiente em que se encontra o material necessário para isso, e o processo resulta, de modo geral, da forma como havia planejado. Tanto da produção do machado, quanto da abertura do coco. Imaginar os meios e agir para a sua concretização são as duas ações fundamentais evidenciadas no processo de trabalho aqui descrito. Não é força de expressão, então, quando J. K. Rowling afirma que a imaginação é capaz de mudar o mundo. Ao promover a imaginação, a música e a literatura estão mais do que meramente entretendo ou divertindo. Estão exercitando justamente a habilidade que figura como pré-requisito do trabalho humano, por meio do qual a humanidade subsistiu e alcançou todo o seu desenvolvimento. Entretanto, além da capacidade de imaginar e produzir mentalmente uma realidade inexistente aos sentidos, e além da capacidade de agir para produzir um resultado conforme o imaginado, existe outro elemento cuja importância é igualmente fundamental para que este processo de transformação da realidade se concretize. Esse sujeito necessita *acreditar* que esse processo é possível. Se esse indivíduo considerasse a possibilidade de elaborar um machado, avaliasse que sua projeção é razoável, identificasse que existem recursos materiais para realizar sua ideia, mas, por qualquer razão que fosse, não se considerasse capaz o bastante para realizá-la, sua ideia jamais se concretizaria. Ainda que as razões sejam infundadas, que sejam produto de traumas ou dominação ideológica, se aquele indivíduo não conseguir acreditar que é capaz e digno de seu próprio plano, este plano não se concretizará.

Acreditar, portanto, é um requisito imprescindível para a transformação da realidade, e esse requisito não passou despercebido pelo rap. Seja para sobreviver ao extermínio, seja para vislumbrar horizontes mais amplos, o jovem necessita acreditar. Ele provavelmente viu ou ouviu falar de outros jovens semelhantes a ele que foram capazes de transformar suas vidas. Ele sabe que não é algo impossível, mas sente dificuldade de acreditar que ele mesmo é capaz. Isso quando não está acreditando que é fadado ao

fracasso, ou, que é “programado pra morrer” (RACIONAIS, 2006). O componente *crença*, curiosamente, está presente em dois clássicos do rap nacional. Na música *A vida é desafio*, Edi Rock abre a música e encerra o refrão apresentando a mesma ideia: *Acreditar e sonhar sempre é preciso. É isso que mantem os irmãos vivos*. Na mesma direção, o rapper Dexter, em seu primeiro disco solo, ainda de dentro da prisão, escreveu na música de abertura de seu disco *Exilado, sim, preso, não* (2005) que “Se você não sonha, não crê, já morreu. Mesmo estando vivo, entendeu?”. Para Dexter o sonhar, isto é, o imaginar, o planejar e o crer, ou nos termos aqui propostos, o acreditar, são condições de existência de qualquer sujeito. E a crença de que, embora exilado, afastado do convívio em sociedade, não estava preso, mas sim livre, foi fundamental para que fosse capaz de cumprir dentro das leis a sua sentença no presídio. E que nesse período, mesmo com todas as limitações de sua realidade, fosse capaz de compor músicas e gravar discos. De fato, cadeia nenhuma foi capaz de prendê-lo.

Identificando o potencial da juventude negra e periférica, e ao mesmo tempo identificando a necessidade de estimulá-la para que estes jovens acreditem no potencial que possuem, o rapper Eduardo (2014) escreveu a música *Eu acredito*. Nessa música, cuja letra se destina expressamente a se contrapor à falta de convicção que tem prevalecido nas mentes de muitos jovens negros e pobres, o rapper busca chamar a atenção destes jovens, dirigindo a eles a mensagem de que, sim, ao contrário do que fazem parecer, vocês possuem, sim, um grande potencial. Mas esse potencial está adormecido ou sendo utilizado na direção contrária à do próprio fortalecimento de vocês, porque vocês não estão acreditando na capacidade que possuem: “Não podemos nos conformar com a área de serviço. Com as celas, as sobras, o quarto do cortiço. Você pode ter sua grife, sua firma, seu livro. Acredite no seu potencial, porque eu acredito!” Contra aqueles que ocupam a posição de dominância em um país altamente desigual como o Brasil, Eduardo sugere: “Se vingue sendo nota 10 e meio. Roubando seus cargos, não as vans dos correios”. E, sobre o potencial adormecido não apenas pela falta de recursos, mas também pela falta da crença de que o êxito pode ser obtido, Eduardo reforça ao final de cada estrofe crenças como a de que “A mente que clona o controle do portão do executivo, se quiser, domina a economia. Eu acredito!”

É claro que a força do acreditar, sozinha, não é capaz de transformar a realidade social como um todo. A questão é que, mesmo diante de um plano viável e dos recursos necessários para a transformação social, nada acontecerá se os indivíduos que haveriam de concretizá-lo não acreditarem que o resultado desse plano possível os contempla, que o mundo que está no horizonte está disponível para eles. A música de Roberto Ribeiro, embora ofereça uma perspectiva potente para enxergar o *menino* e seu potencial, termina num desfecho triste. Eu já fui rei, mas depois despertei. Aqueles que sofrem o mundo atual possuem pleno poder de mudá-lo, mas são como reis despertados. Para criar o novo é

preciso sonhá-lo e acreditar nesse sonho. E é aí, a meu ver, que incidem as obras aqui discutidas.

### 3.4.3. A gente se vê onde?

Olhar o desafio presente e observar a realidade em busca de uma solução no futuro nem sempre é um processo fácil quando o mundo afirma que o futuro é um lugar onde você não está. Como já dito antes, ficcionar pode ser muito mais do que produzir entretenimento ou histórias irreais. Pode ser um ensaio sobre o real, e pode ser também um exercício de se projetar no amanhã, que na realidade atual se faz indisponível.

O filme *See you yesterday* (A gente se vê ontem, [2019]), dirigido por Stefon Bristol e produzido por Spike Lee, retrata a dificuldade de sujeitos jovens negros em lidar com o pêndulo do tempo. C.J. e Sebastian, dois jovens estudantes brilhantes e tenazes que vinham desenvolvendo uma máquina do tempo encontram, no assassinato injusto do jovem Calvin, irmão de C.J., o motivo para testar a capacidade do projeto. A cada viagem no tempo, a dupla faz mudanças no roteiro da história que leva à morte de Calvin, porém sem êxito no resultado final. Numa das tentativas, quem acaba sendo assassinado é o próprio Sebastian. C.J. regressa ao passado novamente e consegue corrigir o incidente. Contudo ao tomar conhecimento de que ele mesmo havia morrido no passado e dos riscos de ele ou sua parceira perderem suas vidas, Sebastian decide desistir. C.J., porém, obstinada a salvar a vida do irmão, persiste em seu plano e regressa, dessa vez sozinha, para mais uma tentativa. O filme se encerra com C.J. a correr novamente ao passado, a fim de salvar o futuro. O desfecho notadamente em aberto sugere que a determinação da jovem irá solucionar os problemas, mas o que vários elementos no decorrer do filme sugerem é que o esforço individual de C.J. ou de mais alguns indivíduos pontuais, por maior que seja, é insuficiente para transformar uma realidade estrutural e sistêmica.

Histórias como a do filme me fazem pensar que o passado e o futuro não são simplesmente momentos. São também lugares. Nessa perspectiva, tempo e espaço se constituem e se atravessam mutuamente. Todo tempo só faz sentido em um espaço, um lugar, e o acesso aos espaços não se restringe ao momento presente. Assim como a pedra de Exu, acessamos lugares do passado e do futuro por meio da mente, a partir do agora. Não precisamos, por exemplo, de uma máquina do tempo para, assim como C.J. e Sebastian, re-acessarmos vividamente lugares-momentos em que experimentamos a perda de alguém amado. Nessa visita, assim como no filme, é possível voltarmos às lágrimas, como se o fato passado estivesse nos surpreendendo no agora. Ignoramos o tempo presente e alçamos voo ao futuro. Nesse lugar nos parece

impossível viver sem aquela pessoa e, de fato, sofremos no agora, ignorando a realidade de que já estamos sobrevivendo no presente, e que esse futuro sequer se materializou para nos fazer amargar tal fracasso. A dor que sentimos no hoje ao viajar para o ontem ou para o amanhã demonstra o quão acessível é, não somente o passado, mas também o território futuro, e o quanto ambos interferem na constituição de nossas vidas.

Numa das viagens no tempo, as alterações que a dupla promove acaba resultando na morte do Sebastian do tempo passado. O Sebastian do tempo presente, então, acaba assistindo a sua própria morte. Ainda agonizando, o Sebastian passado percebe à sua frente aquele que seria alguns dias depois, no futuro, e o presencia desvanecer à medida em que vem a óbito. Quando o seu passado é de morte, você desaparece no futuro. É essa a mensagem que emerge da cena. Daí a importância de voltar ao passado, talvez não por meio de máquinas quânticas, mas por meio do conhecimento, e trazer de lá uma história negra que não se restrinja a genocídio ou escravidão, e que mostre também a resistência e as virtudes dos povos africanos e da Diáspora. Afinal, o que um jovem convencido de que a história de seus antepassados se restringe a dor e debilidade, e que vive um presente de dor e debilidade, estaria inclinado a projetar ao futuro?

Quando alguém morre, seja no passado ou no presente, passa a ocupar no futuro o terreno das memórias e dos sentimentos que a sua história de vida e de morte provocam. No filme, a morte, como dinâmica, reverbera e chega a Glória, avó de Sebastian, que sofreu um colapso nervoso com o trágico falecimento do neto, assim como histórias de mães de jovens assassinados, como a de Joselita de Souza, em 2016<sup>106</sup>, mãe de Betinho, um dos cinco amigos fuzilados em Costa Barros. Joselita teve uma série de complicações de saúde, desde a morte do filho, e, como disseram pessoas mais próximas à época, “ela morreu de tristeza”<sup>107</sup>.

O filme ilustra a capacidade de reverberação da violência racializada, o caráter de extermínio destes sujeitos, e o quanto este extermínio retroalimenta o genocídio de um povo. Em 2018, foi a vez de nos depararmos com a morte de uma das pessoas mais importantes do movimento de luta por justiça e pelo fim da violência homicida cometida e permitida pelo Estado. Trata-se de Vera Lúcia, uma das fundadoras do Movimento Mães de Maio. Embora o laudo médico divulgado à época não seja conclusivo, os vários sinais deixados indicam que Verinha, como era chamada, havia planejado se suicidar.

---

<sup>106</sup> Outros desdobramentos pulsando morte também ocorreram após a tragédia. Cf.: <http://www.justificando.com/2018/11/09/3-anos-da-chacina-de-costa-barros-5-jovens-mortos-111-tiros/> acesso em outubro/2010.

<sup>107</sup> <https://oglobo.globo.com/rio/o-adeus-de-joselita-mae-de-menino-morto-em-costa-barros-19680236>



O texto cuidadoso, escrito por Arthur Stabile, do Ponte Jornalismo<sup>108</sup>, relata os gestos finais de Verinha, o afeto impossibilitado pela morte da filha, do neto que ainda estava por nascer e do genro, os sinais instabilidade emocional que vinha dando às companheiras de luta. A gente se vê no passado, no mundo das memórias, é o que parece ter respondido Vera Lúcia à pergunta que intitula este item.

O suicídio demonstra, novamente, o caráter de autoextermínio que possui. Se os mortos se eternizam à medida em que são lembrados, a morte de alguém que os lembrava os faz morrer um pouco mais. Essa é uma das faces mais perniciosas do genocídio, e as políticas sociais destinadas a tais questões não tem sido capazes de alcançar e enfrentar os impactos da violência, sua dinâmica e desdobramentos.

Nos últimos anos, dois rappers jovens negros vêm chamando atenção para esse tema, mesmo num ambiente dominado por uma masculinidade empedernida e que, ao mesmo tempo, demonstra por meio dos dados aqui já mencionados que é o segmento mais suscetível aos processos de autoextermínio. Baco Exu do Blues, além das músicas em que aborda de maneira tangencial, lançou, tanto em 2017 quanto em 2019, duas canções que tratam do autoextermínio de maneira central. Ambas receberam videoclipes que trazem a emoção de sujeitos que consideram dar cabo de suas vidas, devido à diversas dores e pressões. *En tu mira*, a primeira delas, a música e o clipe inclusive geraram polêmicas pela forma crua como o rapper trazia a questão, num discurso em tom de desabafo tardio, cujo desfecho é um tiro contra sua própria cabeça. Já na segunda música, cujo clipe tem como descrição a orientação de busca ao Centro de Valorização da Vida (CVV) em caso de sofrimento emocional, tanto a letra quanto o vídeo trazem uma mensagem com uma maior problematização e algum encaminhamento para possibilidades de mudança da situação emergencial do sujeito, que no clipe é abraçado por um aliado no final.

O trabalho de Emicida, por sua vez, é enfático. “Levante essa cabeça, enxuga essas lágrimas e volta pro ringue”, “te vejo no pódio”, são algumas das linhas pelas quais o clipe *AmarElo* (2019) se desenvolve. Repleto de exemplos de superação de jovens negros das favelas, o clipe, lançado pouco antes do Setembro Amarelo, assume tons de campanha contra o autoextermínio, uma campanha pela auto aceitação, de motivação, com o diferencial de ser sido realizada por um jovem que já intencionou o auto extermínio, um jovem oriundo da periferia, gravado na periferia e voltada aos jovens negros que vivem nela. Retomando o refrão de Belchior, a mensagem “ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro” questiona a lógica do tempo e da vida posta pela compreensão predominante socialmente. O sujeito que morreu ano passado diz “a

---

<sup>108</sup>Cf.: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/05/fundadora-do-maes-de-maio-vera-lucia-morta.html> acesso em set/2019.

gente se vê esse ano”. Apesar das diversas derrotas, o sujeito vivo garante em si mesmo a esperança, pois o futuro chega a todo instante em um planeta que se constitui de movimento.

O diretor Jefferson Pierce, alter ego do super-herói Raio Negro, é mais um personagem a trazer outra perspectiva para a dinâmica do tempo e do futuro. O mote de Pierce em parceria com seus alunos é: “- onde está o futuro?” ao que eles respondem em coro “bem aqui!”. Para a cosmologia de Pierce, o futuro são pessoas. De fato, a noção de futuro que temos hoje é uma noção eminentemente humana, a partir da consciência, que se desenvolve coletivamente e historicamente, tendo como eixo o trabalho, o qual, por sua vez, tem como condição de existência a teleologia, que nada mais é do que visualizar no após o resultado das ações a serem realizadas no presente. Nesse sentido, o extermínio de pessoas é também o extermínio do futuro. O grupo de rap Ao Cubo, assim como Pierce, expressa a mesma compreensão de futuro a partir de pessoas. Na música *A ira dos 20*, o grupo denuncia o medo que os segmentos dominantes da sociedade possuem, não exatamente dos jovens que exterminam, mas sim da potência que trazem em si. Dos “grandes homens” que estes jovens poderiam vir a ser no futuro: “Matam grandes homens, mesmo antes de crescerem. Matam grandes homens com medo do que na Ira dos 20 possam fazer”<sup>109</sup> (2004). Pensar o indivíduo como futuro é ampliar o valor e a importância de sua vida. É pensá-lo a partir de sua potência, é pensá-lo como promessa. Matar um pivete “sem futuro” é muito mais aceitável do que matar um futuro diplomata, um futuro presidente do país. Como ensinava Tierno Bokar a Hampatê Ba, registrado no livro *Amkoullel, o menino fula* (2013), é preciso enxergar na semente o baobá que ali já existe em potencial. Mas indivíduos desaparecidos da projeção do futuro são mais facilmente elimináveis no tempo presente. Afinal, não é grande questão matar hoje quem já não existe amanhã.

Nesta realidade atual, em que o futuro morre exterminado no presente, o movimento de criatividade negra que se convencionou chamar de afrofuturismo é uma das formas de, por meio da arte, reaver o direito de existir no amanhã, e com isso discutir o direito à existência no agora. Nesse exercício de construção do futuro para sujeitos que nele não estavam previstos, menos ainda na condição de protagonistas, uma das vias mais recorrentes é se reportar ao passado. Seja o passado de sofrimento a partir da era colonial, seja pela reconstrução de um passado anterior a este, em que o continente africano dispunha de soberania e grandezas de todas as sortes que lhe foi sendo subtraída. À luz de sankofa, a ave que busca no passado para voar adiante, o ato de se pensar um sujeito negro em futuro de grandeza e promessa, parece

---

<sup>109</sup> Letra com adaptações de forma que não comprometem o sentido original.

geralmente demandar retomar ao passado de virtudes do qual este sujeito é titular, uma vez que o presente é de devastação. Ao subverter a saudação usual com o título *See you yesterday*, a gente se vê ontem, o filme provoca estranheza no/a espectador/a. O título do filme surge em um diálogo na parte final, quando, por um erro da dupla viajante, Sebastian acaba morrendo e desviando o curso de ações que levariam à morte de Calvin. De volta ao futuro e sem seu parceiro, C.J. conversa com o irmão sobre formas de, ao mesmo tempo, convencê-lo a sair do ambiente em que é assassinado pelos policiais, e impedir que o amigo seja assassinado pelos ladrões. Sabendo que a irmã encontraria o seu eu do passado, Calvin ironiza, dizendo a expressão *a gente se vê ontem*. C. J. desvia Sebastian da rota da morte, mas falha ao tentar alterar o desfecho do irmão, que mais uma vez é assassinado no ontem. Como ele havia sido poupado na viagem anterior, mas nesta viagem voltou a morrer, o filme retorna ao tempo presente, momentos após sua irmã regressar ao passado, e mostra Calvin desaparecendo no hoje à medida que morre no ontem. De fato, os votos de reencontro no ontem são os únicos votos possíveis da parte de quem desaparece no hoje.

Um presente precário indica um futuro embargado e um passado de escombros. Mas nem sempre foi dessa forma. Nem hoje precisa ser. E as produções, aqui discutidas, apontam para isso. Para outros lugares e outros momentos, no tempo futuro e no tempo passado, possíveis de se (re)encontrar, e que permitam inventar novas formas de existir para esta juventude.

#### 4. E se eles fossem à prova de balas? (ou: considerações finais sobre a reexistência)

Se o problema são os homicídios contra a juventude negra, e se estes jovens estão morrendo a tiros, o que aconteceria com eles, se se tornassem invulneráveis a balas e facas?

Esta é a pergunta a que a série *Luke Cage* parece ensaiar responder. Crescido no Harlem, conhecido reduto negro em que as forças do racismo e do antirracismo convivem de maneira intensa, Carl Lucas é um jovem adulto negro e ex-presidiário. Enquanto cumpria pena por um crime que não cometeu, Carl foi submetido como cobaia em um experimento científico extraoficial que tornou sua pele preta impenetrável. Adquiriu também uma força sobre-humana, o que lhe possibilitou vencer as forças de segurança da prisão, retornar ao seu bairro e recomeçar sua vida, agora sob o nome de Luke Cage. Por se tratar de um experimento ilegal, e por isso secreto, Luke Cage é capaz de minimamente retomar sua vida, mas não tarda para que os mais variados adversários comecem a surgir contra ele – ou contra seu bairro, que parece tão importante para Luke quanto sua própria vida.

Um jovem negro, com uma história de vida de negro, tentando resolver problemas de negros. Essa é a trama em que a série *Luke Cage* se desenvolve, cujo aspecto ficcional de maior importância não é a presença de poderes meta-humanos, como a força física descomunal e o corpo inviolável de Luke, ou os poderes de seus adversários. O elemento de maior ficção é a circulação de poderes entre sujeitos negros, num universo de super-heróis em que a absoluta maioria é composta por brancos, e em um contexto de brancos. Por poderes, nessa analogia, me refiro a protagonismo, liderança, dinheiro, alianças, imóveis, entre outros recursos que geralmente estão sob a posse de personagens brancos. A trama se desenvolve com explícita referência a todas essas questões, e eu resumiria esta série de ficção como um ensaio a pensar o real, a partir da pergunta com que iniciei esse texto. E não seria ir longe demais, considerando o contexto em que o personagem surgiu originalmente, em plenas tensões raciais dos Estados Unidos dos anos 1970, e o contexto em que foi adaptado para série de TV, que foi o surgimento e o ápice do movimento *Black Lives Matter*. Além de livros, discos e quadros com fortes temáticas negras e antirracistas do mundo real que surgem nos cenários ao longo da série, a indumentária de Luke resolve a questão: em vez de capa e colã, veste um moletom de capuz, que depois passa a ser ornado de furos de balas, dos tiros que recebeu, remetendo-se simbolicamente ao capuz que Trayvon

Martin estava vestindo quando foi assassinado pelo segurança de um condomínio na Flórida, em 2012<sup>110</sup>.

É fácil recair no imaginário clássico de que um sujeito com “superpoderes” teria uma “supervida”, ou de que uma história de super-heróis diz respeito a um escape do mundo real. *Luke Cage*, entretanto, propõe o contrário. Não obstante as esperadas distorções para atender ao apelo comercial que uma série produzida em uma parceria Marvel-Netflix certamente demanda, a história é um ensaio que recorre à inserção de alguns elementos fantásticos que testam um cenário mais próximo ao real.

Luke Cage é à prova de balas comuns, mas, por meio de recursos econômicos e tecnologia, seus rivais passam a dispor de protótipos de armas especiais, capazes de atingi-lo. Além disso, embora Luke tenha o seu próprio corpo à prova de danos, o seu psicológico e rede de afetos estão sempre sujeitos a ataques, limitando e alterando suas atitudes e a vida que leva. Seu passado no sistema prisional, apesar de oficialmente apagado, ainda sobrevive na memória dos que o conhecem; o que, além de mobilizar a opinião pública contra o personagem, poderia forçá-lo a dilemas éticos, em relação à sua subordinação civil ou desrespeito às leis e instituições sociais, que podem torná-lo um vilão. E o que talvez seja o mais estrutural dos desafios de Luke é justamente o de lutar para salvar o mundo, no caso o seu bairro, enfrentando inimigos como o tráfico de drogas cada vez mais forte, o crime e a corrupção, que imperam em um cenário de pobreza e desigualdade social. A trama da série gira em torno das questões pessoais e dos conflitos interpessoais de Luke Cage, mas desenvolve secundariamente questões estruturais e sociais, que remetem à pergunta de partida desta seção. Ser à prova de balas não é suficiente. Os problemas sociais serão sempre maiores e condicionantes da realidade que o herói se esforça para vencer.

*Luke Cage* é um teste de hipótese que nos convida a refletir sobre outras hipóteses análogas: e se o Estado aumentasse o poder de matar e prender inimigos? Grandes talentos individuais são capazes de se sobrepor ao processo ampliado de extermínio? Luke havia sido incriminado pela morte de um policial por seus adversários e estava a fugir de inimigos e policiais corruptos munidos com armas capazes de ultrapassar sua pele, intransponível até então. Estava ainda em fuga quando presenciou um assalto que decidiu impedir, mesmo que desviasse de seu plano inicial. Uma das vítimas era o famoso rapper Method Man. Após a repercussão do ocorrido, o rapper é chamado a uma entrevista em um programa de rádio local, em que trava um dos

---

<sup>110</sup> Trayvon Martin foi mais um dos jovens negros sem vinculação com o cometimento de crimes assassinado por agentes de segurança, cuja morte também estimulou a fundação do movimento *Black Lives Matter*. Em entrevista, Simone Missick, uma das atrizes, menciona a correlação entre o caso e a roupa de Luke. Cf.: <https://www.thedailybeast.com/luke-cage-star-simone-missick-on-the-magic-of-misty-knight> acesso em out/2019.

diálogos capaz de melhor resumir o argumento da série: “Se Luke é inocente e à prova de balas, por que ele está sempre correndo?” “Porque ser à prova de balas vem sempre depois de ser negro.” Nenhum herói é capaz de salvar o mundo, se não for capaz de mudá-lo em suas estruturas. E até mesmo um super-herói corre riscos quando tal estrutura é constituída de ódio letal contra ele. Num contraponto oportuno, Method Man declara sua admiração pelo gesto de Luke, mais impressionado com seu altruísmo do que com que com seus poderes sobre-humanos, e afirma: “Sabe, é algo poderoso ver um homem negro que é à prova de balas e destemido”.

Este quadro é a síntese daquilo que foi encontrado ao longo deste trabalho. Amplifique a voz de jovens negros, escute-os falar. De seus discursos autênticos, é possível extrair perspicazes leituras da realidade, do contexto de extermínio e também de potências. Partindo de um cenário adverso e da estrutura desfavorável em que se encontram, estes jovens negros são capazes de narrativas que denunciam o estado de coisas de desigualdade, exploração, opressão e de morte; e ao mesmo tempo, de narrativas que anunciam outras realidades possíveis, ainda que sejam a partir do fantástico.

Uma das marcas dessas produções é o efeito em cadeia que produzem. Ao assumirem posições de protagonismo em processos de produção artística, os sujeitos tendem a levar consigo o contexto em que estão inseridos. De referências a produções uns dos outros à montagem da equipe de produção, estes trabalhos movimentam as camadas que estão em seu campo, e também se multiplicam qualitativamente, de modo que quadrinhos se tornam filmes, filmes se tornam músicas, e músicos se tornam estilistas. Foi o caso de Emicida, ao conseguir que sua marca de roupas tivesse a primeira coleção a ser lançada no evento de moda São Paulo Fashion Week. Muito além de ser apenas mais uma marca de roupas a ser exibida nas passarelas, Emicida trouxe consigo seu mundo. A temática de sua coleção se chamou Yasuke, em referência a um guerreiro de origem africana que se tornou samurai no Japão, desconhecido para muitas pessoas, inclusive para mim. É evidente que um desfile de roupas em um evento que se constitui como tal pelo caráter elitizado que possui não produz alterações estruturais à realidade e, pelo contrário, acaba por reproduzi-la enquanto a critica. No entanto, além das referências estéticas das peças, da trilha sonora e do tema, Emicida resume em sua composição o elemento potente encontrado e explorado durante esta pesquisa. A capacidade de fazer “com as passarelas o que eles fez com as cadeia e com as favela: encher de preto”<sup>111</sup>. E, além de sua equipe de produção majoritariamente jovem e negra, Emicida de fato trouxe pessoas negras, cabelos crespos, pessoas de baixa estatura,

---

<sup>111</sup> EMICIDA, 2017. No texto original, “*enchi* de preto”.

obesas, entre outras marcas incomuns a um evento caracterizado por estética anti-diversa.

Retomando a pergunta que serviu como fio condutor do processo de pesquisa, é possível compreender a potência e as possibilidades trazidas nestas produções jovens negras. O que aconteceria se um jovem negro driblasse os obstáculos em seu caminho, chegasse até a universidade e pudesse escrever sobre a violência contra a juventude negra de forma autêntica, ainda que desfigurado e mutilado por todas as adequações e concessões que tivesse que fazer para chegar até ali? Acredito que o resultado de fazer conversar todos esses sujeitos e saberes, num processo não muito convencional, é tão improvável quanto real, como um samurai africano no Japão de 1500, ou uma preta gorda de baixa estatura no quinto maior evento de moda do mundo.

Há algo de poderoso, como disse Method Man, em ver estes sujeitos, antes subalternizados, ocupando lugares de poder e destaque. “Tem alguém na televisão que se parece comigo! Ela parece comigo, pai! Eu posso aparecer na TV, eu posso fazer isso!”, dizia a atriz Leslie Jones, enquanto homenageava Whoopi Goldberg em um notório programa de TV dos Estados Unidos<sup>112</sup>. “Hoje sei o que estou fazendo. Quando coloco minha roupa de Caça-Fantasma e uma garotinha me vê na TV, ela pode falar ‘Eu posso fazer isso!’”. Como já dito aqui, enxergar a possibilidade é como enxergar o futuro. E se reconhecer no futuro é, então, fundamental para definir que atitudes tomar no presente. Existe uma falsa polêmica sobre o tema da representatividade, uma polêmica emulada pelo racismo epistêmico que interfere até mesmo nos processos cognitivos dos indivíduos, induzindo-os a conclusões sem nenhum embasamento. A máxima *representatividade importa* é assimilada de maneira distorcida, como, *representatividade é a solução para todos os problemas existentes*. O que as produções em análise aqui fizeram evidenciar é que há, sim, a compreensão de que talentos, poderes, representações ou discursos possuem um potencial limitado. Ao mesmo tempo, se reconhece a importância de explorar estes e outros recursos para um enfrentamento por múltiplas frentes a fenômenos multideterminados como o racismo e o extermínio, sem contar o ciclo virtuoso e o potencial multiplicador que possuem.

“Você não muda as coisas lutando contra a realidade atual. Para mudar algo é preciso construir um modelo novo que tornará o modelo atual obsoleto”. Este pensamento, popularmente atribuído ao arquiteto Richard Buckminster Fuller, sintetiza o que parece ser a principal força dos *atos de reexistência* e das *reinvenções*. Produzir cenários e narrativas capazes não apenas de enfrentar a realidade atual, mas também

---

<sup>112</sup> Cf.: <https://www.huffpostbrasil.com/2016/07/15/homenagem-de-leslie-jones-a-whoopi-goldberg-prova-que-representa-a-21692875/> acesso em out/2019.

de mostrar o quanto ela é obsoleta e medíocre, quando comparada a outras realidades possíveis.

Observar os movimentos de jovens e negros como os que foram aqui discutidos, permite melhor conhecer o potencial e a inclinação destes a pensar outras realidades, além de nos fazer perceber a negligência com a qual estas habilidades e potenciais são tratados pelo Estado. A partir de modos coloniais racistas, a indiferença com que o Estado brasileiro trata seus jovens os invisibiliza em seu potencial. Por outro lado, contudo, impõe a estes jovens o centro das atenções e os transfigura no próprio inimigo da pátria, quando emergem por meio da violência. Tais elementos estão na estrutura e na base da conformação das políticas públicas e sociais destinadas a este segmento e de seus resultados de ineficácia, como evidenciado neste trabalho. E a sociedade, de um modo geral, também retroalimenta a mesma dinâmica.

Enquanto escrevia estas notas finais, outro caso tomou por um breve momento os jornais do país. Gabriel Souza, de 17 anos, estava com seu equipamento profissional a fotografar os pássaros das redondezas do bairro em que trabalha, ocasião em que passou a ser confundido com um criminoso. Em questão de minutos, a própria vizinhança fez com que sua imagem circulasse entre grupos de redes sociais e a polícia foi acionada. Um jovem com uma câmera nada discreta tirando fotos em plena luz do dia e às vistas de quem o quisesse ver. Segundo a lógica do racismo, certamente haveria de ser um ladrão planejando um assalto. Ser um jovem com acesso a possibilidades não é suficiente quando acreditam que você é um ladrão. Na verdade, uma pesquisa rápida nos sites de busca pelas palavras *jovem*, *confundido* e *ladrão* nos permite compreender o quão enraizado e recorrente tal fenômeno é. Por meio de jornais e de suas próprias redes sociais, Gabriel expôs belas fotos, que vinha realizado juntamente com seu instrutor. *Cuidado ao fotografar os pássaros*. É a mensagem que me parece emergir desse caso. Um jovem a observar como os pássaros voam e uma sociedade que o quer na gaiola. De fato, é preciso reinventar formas de existir, melhor dizendo, reexistir, pois este mundo é um mundo que associa negritude à perversidade.

Observar o fenômeno dos homicídios pelo prisma do extermínio é um processo que nos permite perceber uma realidade desfavorável à vida do jovem. Nem mesmo o mérito próprio, um talento, um predado profissional como fotografar, ou um cursar um doutorado em Farmácia<sup>113</sup> são escudos eficazes o bastante para neutralizar a violência

---

<sup>113</sup> Como no caso de Miriam França, quando da morte da turista italiana Gaia Molinari. Violando diversas prerrogativas do processo penal brasileiro, a doutoranda em Farmácia foi feita "culpada até que se prove o contrário", sob a alegação da delegada do caso de Miriam teria entrado em contradição em seu depoimento. Entretanto, sem qualquer indício substancial, qualquer antecedente que levantasse qualquer suspeição, e sem qualquer avanço investigativo que apontasse para o envolvimento de Miriam, a pesquisadora foi liberada da cadeia para a qual nunca mais regressou. Em um texto comovente e indignante, Miriam afirma:



que opera por meio dos vários estigmas impostos pelo racismo. Diversos trabalhos acadêmicos, entre outros abordados no decorrer desta pesquisa, vem demonstrando esta dinâmica da realidade, que é também retratada no filme *A gente se vê ontem*, assim como nas séries *Luke Cage* e *Raio Negro*, que, no caso, possuem personagens que dispõem de poderes sobre-humanos ou de máquinas do tempo. A compreensão da dinâmica da realidade é também retratada por rappers, como o próprio Method Man. Emocionado pelo gesto e os superpoderes de Luke, mas ao mesmo tempo atento aos perigos da realidade hostil que este enfrentava, Method Man escreve um rap em homenagem a seu herói, no qual indica um caminho potente.

A música é intitulada *Bulletproof love*, e a forma como o autor transita entre sujeitos é interessante. Apesar de falar sobre Luke Cage, a mensagem é endereçada à opinião pública e, principalmente, ao sistema policial e de justiça, que naquele momento buscavam capturar Luke, após este ter sido incriminado injustamente pela morte de um policial. Method Man descreve-o como um herói dos negros, dos pobres, um herói do povo; associa-o a mártires como Martin Luther King e Malcom X, que tiveram suas vidas interrompidas, deixando o povo desamparado, mas inverte o processo convencional. Geralmente, aquele que tem superpoderes se vê diante da difícil missão de proteger o seu povo. Mas, no desfecho da música, ciente dos limites da invulnerabilidade de Luke, o rapper oferece a ele o que seria o *Amor à prova de balas*. O bairro o protegerá com este amor.

Super poderes não são o bastante em um mundo que dispõe de formas diversas de exterminar. Esta é a resposta que, para mim, emerge de *Luke Cage* e das demais obras aqui discutidas. Entretanto, se superpoderes não são o bastante, um bairro unido protege um herói. O amor, assim como a memória ou um vínculo capaz de unificar indivíduos, são forças que subsistem, apesar de todas as mortes que já ocorreram. Enquanto Method Man dispara seu rap, como um contra-ataque via ondas sonoras, a série mostra sujeitos semelhantes a Luke vestindo moletoms crivados de balas assim como o dele. Não apenas como uma estratégia de protegê-lo das buscas policiais, mas para coletivizar uma luta em defesa das vidas uns dos outros e pelo futuro do bairro. O indivíduo reexistindo em coletivo. O singular reexistindo em plural. Esse é o amor à prova de balas. Ubuntu. É a oferta de um jovem negro na intenção de salvar um igual.

---

“Ser negra é ser chamada de estranha quando você sai de férias e passa o dia na beira da piscina lendo, porque uma negra gostar de ler ‘é muito contraditório, provavelmente está forjando um álibi’. Ser negra é ser questionada sobre como teria dinheiro para tirar férias no Ceará (um estado do MEU país, onde apenas turistas estrangeiros parecem ser bem vindos)”. Cf.: <https://mamapress.wordpress.com/tag/mirian-franca-2/> acesso em ago/2019.

Por mais difícil e desafiador que seja acessar esse superpoder, esta é uma palavra real de esperança. E eu não saberia encerrar de outra forma este texto.

## 5. Referências

ALENCASTRO, Luiz. *África, números do tráfico atlântico*. In: Dicionário da escravidão e liberdade. Schwarcz, Gomes (orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ALVES, Uelington Farias. *Cruz e Sousa: Dante negro do Brasil*. Pallas Editora, 2015.

ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. *Revista Em Pauta*, v. 12, n. 34, 2015.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BÂ, Amadou Hampâté. *Amkoullel, o menino fula*. São Paulo: Palas Athena: Casa das Áfricas, 2003.

BACO EXU DO BLUES. *Bluesman*. Filme. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-xFz8zZo-Dw> acesso em set/2019.

\_\_\_\_\_. - B.B. King. CD *Bluesman*, 2018. Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=-xFz8zZo-Dw&list=RD-xFz8zZo-Dw&start\\_radio=1&t=4](https://www.youtube.com/watch?v=-xFz8zZo-Dw&list=RD-xFz8zZo-Dw&start_radio=1&t=4) acesso em nov/2018.

\_\_\_\_\_. *En tu mira*. CD *Esù*, 2017.

\_\_\_\_\_. *Paris*. Single. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oEEui5Sphwq> Acesso em set/2019.

BARBOSA, Muryatan Santana. Guerreiro Ramos: o personalismo negro. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 217-228, Nov. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702006000200011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702006000200011&lng=en&nrm=iso)>. acesso em Outubro de 2018.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. *Soc. estado.*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 15-24, abril/2016. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922016000100015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100015&lng=en&nrm=iso). Acesso em setembro/2018.

BONILLA-SILVA, Eduardo. *Racism without racists: Color-blind racism and the persistence of racial inequality in America*. Rowman & Littlefield, 2017.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. *Centenários Negros*: Carolina de Jesus. 2014. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/?p=31849>. Acesso em nov/2019.

BURGINSKI, Vanda Micheli. *O “novo” desenvolvimentismo da Cepal: contrarreforma do Estado, empregabilidade e redução de direitos no século XXI*. 2016. Tese (Doutorado em Política Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

BUTLER, Octavia E. *Kindred*: Laços de sangue. São Paulo: Editora Morro Branco, 2017.

CAMPOS, Luiz Augusto. "We have a dream": cientistas sociais e a controvérsia sobre as cotas raciais na imprensa. *Rev. Sociol. Polit., Curitiba*, v. 20, n. 41, p. 53-73, Fev. 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782012000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782012000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em Nov. 2018.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 191-205, 2013.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese de Doutorado.

CASTRO, Jorge Abrahão de et al. *Gasto Social Federal: prioridade macroeconômica no período 1995-2010*. 2012.

CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flávia Magalhães. (Org.). *Pensadores negros – pensadoras negras: Brasil séculos XIX e XX*. Cruz das Almas: EDUFRRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. 447 p.

DALASAN, Rico. In: *Emicida – Mandume*. CD. Sobre Crianças, Quadris, Pesadelos e Lições de Casa. 2015

DE CALAZANS, Márcia Esteves et al. Criminologia crítica e questão racial. *Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades*, n. 238, p. 450-463, 2016.

DEXTER; Mano Brown; DI FUNÇÃO Eu sô Função. CD. Dexter. *Exilado Sim, Preso Não!*. Cosa Nostra Fonográfica: São Paulo, 2006. 1 disco sonoro. Faixa 06.

DU BOIS, W.E.B.; *As almas da gente negra*. Lacerda, 1999.

DUARTE, Evandro Charles Piza. *Criminologia e Racismo: introdução à criminologia brasileira*, Curitiba: Juruá, 2002.

DUARTE, Evandro Piza. Direito penal, criminologia e racismo. *Revista brasileira de ciências criminais*, n. 135, p. 17-48, 2017.

EMICIDA. *AmarElo*. Single. 2019.

\_\_\_\_\_. *Eminência Parda*. Videoclipe. Laboratório Fantasma Produções, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fXHpmuPJ4Ks> acesso em jul/2019.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. SciELO-EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

\_\_\_\_\_. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

\_\_\_\_\_. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. 3ª

ed. São Paulo: Editora Ática, 1978.

FERREIRA, Gianmarco; IGREJA, Rebecca. Narrativas como metodologia crítica para o estudo das relações raciais no Direito. *Revista de Pesquisa e Educação Jurídica*, v. 3, n. 1, p. 62-79, 2017.

FERREIRA, Ricardo. *Jornal da USP*. Edição de 30/08/2016. Disponível em:

<http://jornal.usp.br/atualidades/carolina-maria-de-jesus-da-favela-para-o-mundo/>.

Acesso em: nov/2019.

FMI — FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. *Country Composition of WEO Groups*. 2008. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2006/01/data/groups.htm#1>. Acesso em: jan/2018.

GILROY, Paul. *Against race: Imagining political culture beyond the color line*. Harvard University Press, 2000.

\_\_\_\_\_. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

\_\_\_\_\_. *Entre Campos: Nações, Culturas e o fascínio da raça*. São Paulo: Annablume, 2007.

GÓES, Luciano. *A "tradução" de Lombroso na obra de Nina Rodrigues: o racismo como base estruturante da criminologia brasileira*. Editora Revan, 2016.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GORDON, Lewis. Prefácio. In: Frantz Fanon. *Pele negra, máscaras, brancas*. Salvador: EdUfba, 2008

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115-147, 2008.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. Editora 34, 2002.

\_\_\_\_\_. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Editora 34, 1999.

IANNI, O. *Pensamento social no Brasil*. Bauru: EDUSC/ANPOCS, 2005, p. 349-350. Disponível em: UERJ. <http://www.ceoctavioianni.uerj.br/octavio.html> (acesso em nov/2018).

JONES, C. P. Confronting institutionalized racism. *Phylon*. Atlanta: v. 50, n. 1, p. 7-22, 2002.

HAMPATÉ BÂ, Amadou.. *Amkoullel, o menino fula*. São Paulo: Palas Athena: Casa das Áfricas, 2003.

HANDY, William Christopher; BONTEMPS, Arna Wendell. *Father of the blues: An autobiography*. Da Capo Pr, 1991.

HARRYS-PERRY, Melissa. Prefácio. In: SMITH, Mychal. *Invisible man, got the whole world watching: A young black man's education*. Bold Type Books, 2016.

HEGEL, Georg. *Fenomenologia do espírito: parte I*. Petrópolis: Vozes, 1992.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 16, p. 193-210, 2015.

JAIME, Pedro; LIMA, Ari. *Da África ao Brasil: Entrevista com o Prof. Kabengele Munanga*. Revista de Antropologia, vol. 56, n. 1. São Paulo: 2013. Acesso em: nov./2018.

JAMES, Cyril Lionel Robert. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2000.

Konder, Leandro. *O que é Dialética*. Coleção Primeiros Passos. 23 28 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

- LADNER, Joyce. (Org.). *The Death of White Sociology*. New York: Vintage Books, 1973.
- LEMKIN, Raphael. *Axis rule in occupied Europe: Laws of occupation, analysis of government, proposals for redress*. The Lawbook Exchange, Ltd., 2005.
- LESSA, Sérgio. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: CFESS/ABEPSS. *Capacitação em Serviço Social e política social*. Módulo, v. 2, p. 19-33, 1999.
- LIMA JUNIOR, Ariovaldo. *Jornal Ìrohìn: estudo de caso sobre a relevância educativa do papel da imprensa negra no combate ao racismo (1996-2006)*. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- LUKÁCS, György. texto de 1940 publicado em 60 e alguma coisa  
\_\_\_\_\_. *Existencialismo ou marxismo?*. São Paulo: Senzala, 1967.  
\_\_\_\_\_. *Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.  
\_\_\_\_\_. *Para uma ontologia do ser social 1*. Boitempo Editorial, 2015.
- LUNA, Luédji. *Cabô*. CD. Um corpo no mundo. 2014.
- MAESTRI, Mário. Dez anos sem Clóvis Moura. *Correio da Cidadania*. (artigo em jornal) 2013. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/cultura-esporte/8059-02-02-2013-dez-anos-sem-clovis-moura>. Acesso em: 12/2018.
- MARINI, Ruy Mauro. *A dialética da dependência*. 10. ed. México: Editora Era, 1990 (1. ed., 1973). Tradução de Marcelo Carcanholo. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>. Acesso em: 13 jan. 2018.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013 (original de 1867).  
\_\_\_\_\_. Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana. In: MARX, ENGELS: História. São Paulo: Ática, p. 146-181, 1989.
- MARX, Karl; Engels, Friedrich. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA / BRASIL. Levantamento nacional de informações penitenciárias. 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias->

[1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio\\_2016\\_22111.pdf](#)

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala*. Edições Zumbi, 1959.

\_\_\_\_\_. *A sociologia posta em questão*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. Editora Atica, 1988.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Cadernos PENESB*. UFF, Rio de Janeiro, n.5, p. 15-34, 2004.

\_\_\_\_\_. Algumas considerações sobre "raça", ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. *Revista USP*, n. 68, p. 46-57, 2006.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. *Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos*. São Paulo: Global, v. 118, 2004.

NASCIMENTO, Beatriz. *Por uma história do homem negro*. In: RATTTS, Alex: *Eu sou atlântica*. São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

\_\_\_\_\_. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: RATTTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beariz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial, 2006. p. 117-127.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2007.

NOGUERA, Renato. Ubuntu como modo de existir: elementos gerais para uma ética afroperspectiva. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 3, n. 6, p. 147-150, 2012.

OLIVEIRA, Alan. *Sankofa: a circulação dos provérbios africanos – oralidade, escrita, imagens e imaginários*. Dissertação. Universidade de Brasília, 2016.

OLIVIERA, Eduardo de Oliveira e. De uma ciência Para e não tanto sobre o negro (conferência), 1977a, p. 1. Coleção EOO/UEIM-UFSCAR, São Carlos, Série Produção Intelectual.



\_\_\_\_\_. Etnia e Compromisso Intelectual (Rascunho), 1977b, p. 1. Coleção EOO/UEIM-UFSCAR, São Carlos, Série Produção Intelectual.

OLIVEIRA, Fábio. *Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra*. Dissertação. Universidade Federal Fluminense, 2009.

PROCÓPIO, Ana Paula. *O contrário de “casa grande” não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura*. Tese. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

PAULA, Benjamin Xavier; GUIMARÃES, Selva. *10 anos da lei federal nº 10.639/2003 e a formação de professores: uma leitura de pesquisas científicas*. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 40, n. 2, p. 435-448, abr./jun. 2014

PINHO, O; VARGAS, J. *Antinegitude: o impossível sujeito negro na formação social brasileira*. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte : Fino Traço, 2016. (Coleção UNIAFRO; 15).

PONTES, Reinaldo N. *Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social*. Cortez Editora, 2018

QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa. *Constitucionalismo Brasileiro e o Atlântico Negro: a experiência constituinte de 1823 diante da Revolução Haitiana*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. LANDER, Edgardo (org). Buenos Aires: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais - CLACSO, 2005.

RACIONAIS, MCS. *Diário de um detento*. CD Sobrevivendo no Inferno. Cosa Nostra, 1997.

\_\_\_\_\_. *Vida loka*. CD Nada como um dia após o outro dia. 2002.

\_\_\_\_\_. *Vida Loka parte 2. Mil trutas, mil tretas*. 2006.

\_\_\_\_\_. *Negro drama*. \_\_\_\_\_. *Nada como um dia após o outro*. CD, 2002.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Patologia social do “branco” brasileiro*. Jornal do Comércio. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/247547/mod\\_resource/content/1/guerreiro\\_pa\\_tologia.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/247547/mod_resource/content/1/guerreiro_pa_tologia.pdf). Acesso em outubro/2018.

SALES, Mione Apolinario. *(In) visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência*. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do "ser negro": um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. São Paulo: Univ. Pontifica Comillas, 2002.

SANTOS, Sales. *A Formação do mercado de trabalho livre em São Paulo: tensões raciais e marginalização social*. Dissertação. Universidade de Brasília, 1997.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, Denise Ferreira da. No-bodies: Law, raciality and violence. *Griffith Law Review*, v. 18, n. 2, p. 212-236, 2009.

\_\_\_\_\_. Ninguém: direito, racialidade e violência. *Meritum, revista de Direito da Universidade FUMEC*, v. 9, n. 1, 2014.

SIQUEIRA, Gabriel. *Cativeiro carioca: Memórias da perseguição aos capoeiras nas ruas do Rio de Janeiro (1888-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. Luminária Academia, 2015.

SMITH, Mychal Denzel. *Invisible man, got the whole world watching: A young black man's education*. Bold Type Books, 2016.

SOUZA, Adilson Paes. *O Guardiã da Cidade*. Escrituras Editora e Distribuidora de Livros Ltda., 2014.

SOUZA, Ana Lúcia; JOVINO, Ione; MUNIZ, Kassandra (orgs.). *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*. v. 10, jan. 2018. Disponível em: <<http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/5>

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TRAPP, Rafael. *A Sociologia Negra de Eduardo de Oliveira e Oliveira*. In: *Revista da ABPN*. v. 10, n. 15. – mar – jun 2018. p. 194 – 221.

TUPAC. *All eyez on me*. All eyez on me. Death Row/Interscope Records, 1995.

TWINE, France Winddance; STEINBUGLER, Amy C. The gap between whites and whiteness: Interracial intimacy and racial literacy. In: *Du Bois Review: Social Science Research on Race*, v. 3, n. 2, p. 341-363, 2006.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2012: a cor dos homicídios no Brasil. 2012.

\_\_\_\_\_. Os jovens do Brasil: mapa da violência 2014. **Brasília: Ministério da Saúde**, 2014.

\_\_\_\_\_. Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília. DF: FLACSO, 2015.

WERNECK, Jurema. *Racismo institucional e saúde da população negra*. Saúde e Sociedade, v. 25, p. 535-549, 2016.

WERNECK, Jurema P. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. *Revista da ABPN*. v. 1, n. 1, mar-jun 2010.

\_\_\_\_\_. *Racismo institucional e saúde da população negra*. Saúde e Sociedade, v. 25, p. 535-549, 2016.

ZUBERI, Tukufu. Teoria crítica da raça e da sociedade nos Estados Unidos. *Cadernos do CEAS*, n. 238, p. 464-487, 2016. Disponível em:

<<https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/281>> acesso em jan/2018.

ZUBERI, T.; BONILLA-SILVA, E. *White logic, white methods: racism and methodology*. New York: Rowman & Littlefield, 2008.